



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

GERALDO JOSÉ GASPARIN

A FORMAÇÃO POLÍTICA COMO NECESSIDADE DA CLASSE TRABALHADORA: A
EXPERIÊNCIA DO MST

GUARAREMA

2017

GERALDO JOSÉ GASPARIN

A FORMAÇÃO POLÍTICA COMO NECESSIDADE DA CLASSE TRABALHADORA: A
EXPERIÊNCIA DO MST

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Educação, Saúde, Cultura”.

Orientador: Dr. Rafael Litvin Villas Bôas.

GUARAREMA

2017

Gasparin, Geraldo José.

G213 A formação política como necessidade da classe trabalhadora : a experiência do MST / Geraldo José Gasparin. – São Paulo, 2017.

165 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Rafael Litvin Villas Bôas.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2017.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – História . 4. Movimentos sociais rurais – Brasil – História. I. Título.

CDD 301.350981

GERALDO JOSÉ GASPARIN

A FORMAÇÃO POLÍTICA COMO NECESSIDADE DA CLASSE TRABALHADORA: A
EXPERIÊNCIA DO MST

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Educação, Saúde, Cultura”.

Orientador: Dr. Rafael Litvin Villas Bôas.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Rafael Litvin Villas Bôas (Universidade Nacional de Brasília)

Dra. Sílvia Adoue (Universidade Estadual Paulista)

Dr. Adelar João Pizetta (Universidade Federal do Espírito Santo)

Dra Maria Nalva Rodrigues Araújo (Universidade Estadual da Bahia)

Dr. José Fernando Peixoto de Azevedo (Universidade de São Paulo)

Guararema, 19 de maio de 2017

Dedico esse trabalho a todos os formadores e formadoras do MST que, cotidianamente, transformam a sua militância na convicção de que a formação política é a condição inarredável para mudar as pessoas e o mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a quatro mulheres fundamentais em minha vida. A Inês, minha mãe, que enfrentou todas as vicissitudes e labutas diárias para que existíssemos. Um exemplo de vida e de amor ao próximo. A Rosmeri, companheira, formadora, com quem partilhamos o amor e a militância. É dela a lição de que amor e militância não se separam. A Vanessa e Raíza, filhas, que vão descobrindo aos poucos que a vida não faz sentido se não se é militante.

Ao Rafael pelo estímulo e por acreditar que poderíamos fazer essa travessia juntos.

Ao MST por nos ensinar a aprender e desaprender a tarefa da formação.

O que é, exatamente por ser tal como é não vai ficar tal como está (BERTOLT BRECHT)

RESUMO

O trabalho foi construído com o objetivo de ser um instrumento de investigação e diálogo sobre a trajetória da formação política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ao fazer-se Movimento, a organização dos camponeses fez-se território em suas multiplicidades, abarcando aprendizados históricos da classe trabalhadora. O trabalho analisa o legado histórico das organizações que antecedem o MST que, em grande medida, vão dar forma e conteúdo a perspectiva do território que queremos estudar. Assim, no segundo capítulo foram tratados as questões da formação política como uma necessidade histórica da classe trabalhadora, passando pelas experiências do Partido Comunista Brasileiro (PCB), das Ligas Camponesas, do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Muitos aspectos formativos e ideológicos presentes nessas organizações foram assimiladas pelo próprio MST. No terceiro capítulo está exposto o resultado da pesquisa sobre a gênese da formação política no MST. Essa pesquisa considerou três aspectos como fios condutores para o diálogo: o contexto histórico, a estratégia política da organização naquele período e o método de formação. O método, como veremos, sempre esteve articulado à própria estratégia do Movimento que constituiu uma cultura auto formativa de luta social e resistência, combustível do próprio “que fazer pedagógico”. Por isso, o foco central de nossa pesquisa foi analisar como o MST foi construindo o seu processo formativo a partir dos diferentes contextos históricos que a luta pela reforma agrária ia impondo. No quarto capítulo foi retomado o tema da formação política e seu vínculo com a luta da classe trabalhadora para analisar algumas lições históricas e o próprio legado do Movimento. No quinto capítulo é apresentado o tema da reforma agrária popular. Como um dos objetivos centrais do MST se apresenta no atual contexto em que mudaram substancialmente as condições históricas para sua realização. A nova formulação da estratégia da reforma agrária, por certo, apresentará desafios novos também para o campo da formulação política. Nas considerações finais estão apontados alguns desafios que, a nosso ver, dizem respeito à formação política não só ao movimento camponês, mas ao conjunto das organizações da classe trabalhadora. Por fim, ao fazermos esse percorrido histórico buscou-se responder a questão de se os instrumentos, os métodos e as estratégias da formação ainda correspondem aos desafios atuais da luta da classe trabalhadora e, em particular, do MST, que se reinventa para manter viva a luta pela reforma agrária, por direitos e justiça social no Brasil.

Palavras-chave: Consciência. Cultura. Formação Política. Método. Estratégia.

ABSTRACT

The work was built with the objective of being an instrument of investigation and dialogue on the trajectory of the political formation of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). By becoming a Movement, the peasants' organization became a territory in its multiplicities, encompassing historical apprenticeships of the working class. The work analyzes the historical legacy of the organizations that precede the MST, which will, to a large extent, give form and content the perspective of the territory that we want to study. Thus, in the second chapter, we dealt with the political formation as a historical necessity of the working class, passing through the experiences of Partido Comunista Brasileiro (PCB), das Ligas Camponesas, do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Many formative and ideological aspects present in these organizations were assimilated by the MST itself. In the third chapter, we explained the results of the research on the genesis of political formation in the MST. This research considered three aspects as guiding threads for the dialogue: the historical context, the method and the strategy of the formation. The method, as we shall see, has always been articulated to the very strategy of the Movement, which constituted a self-formative culture of social struggle and resistance, a fuel of the "pedagogical making itself". Therefore, the central focus of our research was to analyze how the MST was building its formative process from the different historical contexts that the struggle for agrarian reform was imposing. In the fourth chapter, we return to the theme of political formation and its link with the struggle of the working class to analyze some history lessons and the legacy of the Movement itself. In the fifth chapter, we dealt with the theme of popular agrarian reform. As one of the central objectives of the MST is presented in the current context in which they have substantially changed the historical conditions for its accomplishment. The new formulation of the agrarian reform strategy will certainly present new challenges also in the field of policy formulation. In the final considerations, we point out some challenges that in our view concern the political formation not only to the peasant movement but to all the organizations of the working class. Finally, as we have done this historical journey, we have tried to answer the question of whether the instruments, methods, and strategies of formation still correspond to the current challenges of the struggle of the working class and, in particular, of the MST, which reinvents itself to keep the struggle alive For agrarian reform, for rights and social justice in Brazil.

Keywords: Awareness. Culture. Political Formation. Method. Strategy.

RESUMEN

La obra se construyó con el objetivo de ser una herramienta de investigación, y el diálogo sobre la trayectoria de movimiento de la formación política de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Mediante la compensación de movimiento, la organización de los campesinos se convirtió en territorio en sus multiplicidades, cubriendo aprendizajes históricos de la clase obrera. El estudio examina el legado histórico de las organizaciones antes del MST que en gran parte se forma y contenido de la perspectiva del territorio que queremos estudiar. De este modo, en el segundo capítulo ocupado de la formación política como una necesidad histórica de la clase obrera, a través de las experiencias de la Partido Comunista Brasileiro (PCB), Ligas Camponesas, Partido dos Trabalhadores (PT), Central Única dos Trabalhadores (CUT). Muchas formaciones y aspectos ideológicos en esas organizaciones fueron asimilados por el propio MST. En el tercer capítulo explicamos los resultados de la investigación sobre la génesis de la formación política en el MST. Esta encuesta considera tres aspectos tales como conductores de alambre para el diálogo: el contexto histórico, el método y el entrenamiento de estrategias. El método, como veremos más adelante, esto siempre ha sido articulado de poseer una estrategia del Movimiento era una cultura formativa propia de la lucha social y la resistencia, el propio combustible "para hacer la enseñanza". Por lo tanto, el foco central de nuestra investigación fue analizar cómo el MST ha sido la construcción de su proceso formativo de diferentes contextos históricos que se impuso la lucha por la reforma agraria. En el cuarto capítulo volver al tema de la educación política y su relación con la lucha de la clase obrera para analizar algunas de las lecciones históricas y sí el legado del movimiento. En el quinto capítulo abordado el tema de la reforma agraria popular. Como uno de los principales objetivos del MST se presenta en el contexto actual en el que cambiado de forma sustancial las condiciones históricas para su realización. La nueva formulación de la estrategia de reforma agraria sin duda también presentan nuevos desafíos para el campo de la formulación de políticas. En las consideraciones finales señalan algunos desafíos en nuestra opinión relacionada con la educación política no sólo para el movimiento campesino, sino a todas las organizaciones de la clase obrera. Por último, al hacer esta cubierto histórico tratado de responder a la pregunta de si las herramientas, métodos y estrategias de formación siguen cumpliendo los retos actuales de la lucha de la clase y, en particular, el MST, que se reinventa a mantener viva la lucha para la reforma agraria, los derechos y la justicia social en Brasil.

Palabras-clave: La conciencia. La cultura. La política. La educación. Método. Estrategia

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Revista Problemas, editada pelo PCB, quando Marighella era seu diretor.....	37
Figura 2 –	“Comunista de carteirinha”, no documento emitido pelo PCB no período de legalidade, 1945 a 1947.....	46
Figura 3 –	Cartaz anunciando a realização do 1º Congresso do MST.....	70
Figura 4 –	Capa do primeiro Caderno de Formação do MST.....	71
Figura 5 –	No CF n. 5 de março de 1986 o tema central era dar elementos para que os militantes pudessem contribuir na construção do MST	73
Figura 6 –	Cartaz convocando para o 2º Congresso do MST.....	83
Figura 7 –	Painel alusivo ao 3º Congresso do MST	90
Figura 8 –	Painel do 4º Congresso do MST	98
Figura 9 –	Painel do 5º Congresso do MST.....	106
Figura 10 –	Alunos do Curso de Serviço Social realizado na UFRJ, concluído no ano de 2015.....	109
Figura 11 –	Painel da realização do 6º Congresso do MST.....	111
Figura 12 –	Escola Nacional Florestan Fernandes, um dos espaços onde ocorre a formação política dos militantes do MST.....	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – A luta e a conquista da terra no Brasil.....	91
Tabela 2 – Índice de GINI	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACO	Ação católica
CEPIS	Centro de Educação Popular Instituto Sedes Sapience
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CIOSL	Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DPF	Direção Política da Formação
ENERA	Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária
ESMA	Escola Sindical Margarida Alves
ESEF	Escola Sindical Eloy Ferreira
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FAT	Fundação de Amparo ao Trabalhador
FIPs	Formação Integrada a Produção
INCA	Instituto Cajamar
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTER	Movimento dos Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MCP	Movimento Campesino Popular
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
PAM	Programa Agrário do MST
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PNF	Plano Nacional de Formação
PNUD	Agência de Desenvolvimento das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
ORIT	Organização Regional Interamericana do Trabalho
PRONERA	Programa Nacional de Educação nas áreas da Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
TdL	Teologia da Libertação
ULTABs	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A FORMAÇÃO POLÍTICA E OS APRENDIZADOS HISTÓRICOS.....	27
2.1	O legado do Partido Comunista Brasileiro.....	32
2.2	O legado das Ligas Camponesas.....	39
2.2.1	As revoltas armadas.....	41
2.2.2	Nascem as Ligas Camponesas.....	43
2.3	O legado do Partido dos Trabalhadores.....	48
2.3.1	Carta ao povo brasileiro, muito tempo depois.....	51
2.3.2	A estratégia democrática popular.....	54
2.4	Da contestação à conformação: a trajetória da CUT.....	57
3	A TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO POLÍTICA NO MST.....	60
3.1	Impulso pelo trabalho de base.....	61
3.2	Formação dos que iniciaram a luta dos sem terra.....	65
3.3	Terra para quem nela trabalha – 1985.....	69
3.4	Aprendendo a andar com as próprias pernas.....	75
3.5	A formação massiva.....	78
3.6	Ocupar, resistir e produzir - 1990.....	83
3.7	Uma escola de autonomia: a formação militante.....	86
3.8	Reforma Agrária, uma luta de todos – 1995.....	90
3.9	Reforma Agrária, por um Brasil sem latifúndio – 2000.....	98
3.9.1	Inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes.....	104
3.10	Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular – 2007.....	105
3.11	Lutar, construir reforma agrária popular – 2014.....	111
4	A FORMAÇÃO POLÍTICA COMO NECESSIDADE DA CLASSE TRABALHADORA.....	115
4.1	Lições históricas.....	119
4.2	O legado do MST.....	120
5	O PAPEL DA FORMAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA POPULAR.....	124
5.1	Contexto histórico da reforma agrária clássica.....	124
5.2	A Reforma Agrária Popular como nova referência.....	127
5.3	A Reforma Agrária Popular e os desafios da formação.....	134
6	A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO POLÍTICA PARA O MST - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
6.1	Os aprendizados.....	140
6.2	Os desafios.....	145
6.3	Uma nova estratégia e novos métodos?.....	148
	REFERÊNCIAS.....	152
	ANEXO A - OBJETIVOS E ESTRUTURA DO PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE MILITANTES E DA BASE DO MST	157

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objeto a análise da experiência de formação política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Buscar entender nesse percurso de 32 anos de existência desta Organização, como a formação política ideológica contribui na sua estruturação orgânica, na consolidação das instâncias, dos setores, na projeção de novos militantes, na elevação do nível de consciência da sua base social e nos desafios particulares da luta pela reforma agrária popular, por direitos e justiça social é o objetivo principal do trabalho.

No capítulo “A formação política e os aprendizados históricos” vamos tratar da formação política como uma necessidade histórica da classe trabalhadora. Perceber como ela se apresenta como uma necessidade para essa classe. Por isso queremos analisar, do ponto de vista da formação política, as trajetórias do Partido Comunista Brasileiro; das Ligas Camponesas; do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores. Buscar entender o que estas organizações políticas legaram na temática da formação e como influíram no próprio processo de formação ideológica do MST.

Já no capítulo “A trajetória da formação política no MST” vamos expor o resultado da pesquisa sobre a gênese da formação política no MST. Essa pesquisa considerou três aspectos como fios condutores para o diálogo: o contexto histórico, a estratégia da formação e o método. Especificamente, ao abordarmos a questão do método queremos também evidenciar a questão da teoria ou teorias que foram sustentando os processos formativos. Buscar entender ainda como o MST foi dando respostas do ponto de vista da formação a cada desafio imposto pela própria luta pela reforma agrária em diferentes contextos políticos.

No quarto capítulo “A formação política como necessidade da classe trabalhadora” vamos dialogar sobre o tema da reforma agrária. Como um dos objetivos centrais do MST se apresenta no atual contexto em que mudaram substancialmente as condições históricas para sua realização. A nova formulação da estratégia da reforma agrária por certo, apresentará desafios novos também para o campo da formulação política.

Nas considerações finais vamos apontar alguns desafios que a nosso ver dizem respeito à formação política não só do movimento camponês, mas do conjunto das organizações da classe trabalhadora. Evidentemente, desafios que estão vinculados ao campo da estratégia, do método, da teoria e, fundamentalmente, da luta de classes travada na atualidade.

Consideramos importante nessa introdução, longe de qualquer pedantismo

autobiográfico, situar a trajetória do pesquisador, sobretudo porque sempre atuou nas tarefas da formação, seja na educação popular através da Igreja e ou na organização de base através do Partido dos Trabalhadores. A aproximação ao MST aconteceu pela tarefa da formação política. Portanto, o resultado desta pesquisa também é uma narrativa de quem atua diretamente na tarefa da formação política do MST. O fato de atuar nesta organização política, não foi coincidência circunstanciada pela vida, mas há uma origem de classe fundada num ser social que impulsionou a nossa própria militância: Comunidades Eclesiais de Base, Partido dos Trabalhadores e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Dessa forma há uma imbricação dialética entre o objeto da pesquisa e a trajetória do pesquisador.

O pesquisador é filho de camponeses e bisneto de imigrantes italianos que se estabeleceram no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, hoje município de Marau. Nasceu e foi criado no campo. Nasceu em 1965, ano em que a burguesia brasileira consolidava o golpe civil-militar pelo instrumento dos Atos Institucionais que ampliavam os poderes do Executivo e restringia ainda mais as liberdades civis. O direito à manifestação, as greves, a organização popular passariam a ser impedidos pela ditadura, via repressão, tortura e assassinatos. O controle do Judiciário pelo Executivo passou a ser uma prerrogativa e a confirmação das eleições indiretas para os governos estaduais conformavam o espectro e o ambiente político do Brasil naquele período. É, pois, neste contexto, que o pesquisador atravessa as fases de infância e adolescência, numa família camponesa.

Ainda criança, seus pais migram para o Estado de Santa Catarina, trilhando o secular caminho dos que vivem de seu trabalho no campo: a busca de terra para viver e trabalhar. Entretanto, a morte prematura do pai, aos 28 anos de idade, anunciava o nascimento de mais uma família sem-terra.

A família retornou para o Rio Grande do Sul para viver com os avós maternos. A avó que já criara 14 filhos, dizia não ser difícil alimentar mais cinco netos. O avô, arenista, quase alheio a nossa presença preocupava-se mais com o “perigo comunista”. As notícias do programa de rádio “A Voz do Brasil”, lhe eram alentadoras, pois o governo brasileiro tinha o controle da situação e os comunistas já não eram uma ameaça.

A infância foi própria das crianças camponesas daquele tempo: banhos de açude, pesca do lambari na sanga, comer frutas silvestres, jogar bola de gude e futebol com os primos. Uma característica marcava esse tempo da infância: o de ser o responsável pelos quatro irmãos mais novos. Na adolescência já assumia um papel de pai, premido pelas circunstâncias. A experiência de vida em família tem como lastro uma educação construída nos valores como a honestidade, a humildade, a solidariedade, o respeito ao outro, a ajuda

mútua e o trabalho, em destaque.

O seu tio Antônio, um professor, foi uma forte presença paterna. Foi quem lhe educou nas séries iniciais e lhe ensinou a ler o mundo. Foi dele o trabalho pedagógico de convencer minha mãe de que deveríamos estudar sempre. E assim aconteceu: foi expulso do paraíso aos 13 anos para estudar no Seminário dos Frades Capuchinhos. Ali aprendeu que a expulsão do Paraíso era pela culpa do “pecado original”.

O Seminário na verdade, cumpriu uma função social, sobretudo, no acesso ao conhecimento e na formação de uma cultura humanística. Através da Igreja se processou o início da trajetória militante no mundo. Neste sentido, é de destaque o aprendizado como seminarista e depois como Frade, na rica experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Através do acompanhamento da dinâmica dos encontros das CEBs aconteceu a formação enquanto agente pastoral e educador popular, temperado pela mística redentora de um primado da liberdade, da esperança e da utopia concreta.

Os estudos de 2º Grau, como Seminarista, se deram numa Escola Pública no município de Ijuí (RS). Morava num convento ao lado da Fundação Integração do Desenvolvimento Educacional no Noroeste do Estado (Fidene), hoje Unijuí. Eventualmente, tínhamos aulas nos laboratórios da Fidene. Ali conheceu o professor Dinarte Bellato. Dele recolheu as orientações das primeiras leituras que o situaram numa perspectiva crítica de entendimento do mundo, ao redor e ao longe. As lembranças do período trazem a indicação dos livros “Os Sertões” de Euclides da Cunha, “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre, os romances de Jorge Amado, o Manifesto do Partido Comunista, entre outros, formando um repertório de leituras em comum. Ele nos indicava em qual estante deveríamos procurar as obras e líamos durante as atividades de trabalho, aprofundando a compreensão na discussão coletiva com os demais seminaristas.

A formação acadêmica do pesquisador iniciou no ano de 1986, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras “Imaculada Conceição” (FIC), na cidade de Santa Maria (RS), no curso de Filosofia. Frequentou o curso nos dois primeiros anos, apenas como uma Introdução Geral à Filosofia para depois ingressar nos estudos de Teologia. A filosofia deveria continuar a ser serva da teologia, isto era o que nos bastava para a formação religiosa. Durante esses dois anos em que cursou filosofia participou ativamente de um programa de Extensão universitária “Projeto Gente”, cujo foco se voltava à alfabetização de jovens e adultos na periferia de Santa Maria. O projeto fundamentava-se no método da pedagogia crítica de Paulo Freire, animando nosso desejo de fazer uma educação como prática de liberdade. A tarefa do pesquisador consistia na formação e coordenação da equipe de educadores populares. No

contato com a comunidade dos Trilhos, descobrimos que a primeira necessidade não era estritamente a alfabetização e sim a luta por direito ao transporte coletivo. Assim o processo de alfabetização se deu através da luta pelo transporte. A comunidade foi vitoriosa e o Projeto Gente teve grande êxito como organizador coletivo a partir do processo de alfabetização. Outras conquistas de direitos foram alcançadas: a água, a iluminação e passagem de nível sobre os trilhos da viação férrea que mantinha a comunidade isolada, agora interligando com transporte coletivo ao centro da cidade.

A participação no Projeto Gente possibilitou inclusive a alegria de receber o educador Paulo Freire até a FIC, sendo uma das atividades mais significativas naquele período, quando o Salão de Atos da Faculdade, transbordou de público e esperança. Paulo Freire esteve na cidade a convite do Bispo Dom Ivo Lorscheiter.

Findos os dois anos do curso de Filosofia – e por exigência da congregação religiosa à qual pertencia – mudou-se para Porto Alegre para cursar Teologia na Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana (Estef), no bairro Partenon, em Porto Alegre (RS).

No ano de 1988 permanecia forte o debate inspirado nas reflexões latino-americanas hauridas do conteúdo da Teologia da Libertação. Foi por essa espiritualidade que decidimos fundar uma comunidade religiosa de inserção no meio popular. Vivíamos de nosso próprio trabalho e tínhamos uma intensa atividade militante, seja no Partido dos Trabalhadores e no movimento comunitário dos bairros da zona leste de Porto Alegre. Nesse período as Associações de Bairro eram muito combativas e lutavam com certa autonomia pelas melhorias dos bairros. Nesse mesmo ano, a confluência destas lutas comunitárias foi fundamental para a vitória eleitoral do trabalhador bancário Olívio Dutra à prefeitura de Porto Alegre. Era uma vitória do campo democrático popular com o qual as igrejas de base, o movimento sindical e popular estavam comprometidos.

No mês de agosto de 1990, os colonos sem-terra decidem acampar na Praça da Matriz no centro de Porto Alegre, reivindicando a desapropriação de terras, sobretudo, a solução para as cerca de 2000 mil famílias acampadas na região de Cruz Alta que decidem fazer uma marcha à capital. Nós, estudantes de teologia fomos liberados das aulas para apoiar a luta dos colonos. Colonos e a Brigada Militar (assim é conhecida a polícia militar no RS) frente a frente. O confronto parecia inevitável e o desfecho foi o cerco à Praça da Matriz. A repressão aos sem-terra foi a única resposta do governo estadual. No conflito um soldado é morto e a reação da polícia passa a ser ainda mais violenta. O acampamento montado na Praça foi todo destruído e vários colonos foram presos. Nossa tarefa primeira foi auxiliar na formação de um cordão de isolamento para impedir o acesso da polícia ao prédio da Prefeitura onde os colonos

havam se refugiado, e depois procurar abrigo, nas comunidades dos frades, para os colonos que haviam se dispersado fugindo da repressão policial.

O episódio da Praça da Matriz o marcou profundamente. A revolta e a indignação foram os primeiros momentos da consciência daquele acontecimento. Foi essa indignação ética que me empurrou para a decisão de que, como frade, deveria apoiar a luta dos sem-terra, não importando onde estivesse. Do ponto de vista da Teologia da Libertação, compreendíamos que os sem-terra encarnavam na história do tempo presente o povo de Deus em busca da terra prometida e de sua libertação. Organizamos inclusive uma semana acadêmica com o tema inspirado numa palavra de ordem que esteve na origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - “Terra de Deus, Terra de Irmãos”. Contudo, os movimentos da consciência já não aceitavam apenas um compromisso ético e moral, mas a necessidade de conhecer as causas e raízes desta injustiça social. Descobriu-se agora que, além de frade, pertencia a uma classe social e, dentro dela, na construção de um sujeito coletivo de luta e resistência. Diferentemente da identidade societária que marcava a sua infância do “perigo comunista”, reconhecia-se agora um lutador social, um comunista segundo o julgamento de seu avô.

No ano de 1991, decidi não mais cursar Teologia. Decidiu voltar a Santa Maria para concluir o curso de Filosofia. Mesmo estando numa comunidade religiosa, sua atuação militante se intensificou e seu apoio a luta dos Sem Terra também, já que em Santa Maria um novo acampamento havia se formado com a promessa de assentamento por parte do governo estadual, em áreas públicas, na região central do estado. A pressão dos latifundiários impediu que se efetivassem assentamentos no município.

Na academia concluíra o curso de Licenciatura em Filosofia, com habilitação em Sociologia e Psicologia. O trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de graduado foi um estudo da obra e do pensamento de Nicolau Maquiavel, o pensador renascentista reconhecido como um dos elaboradores da ciência política moderna. O título do trabalho foi “Maquiavel e o estatuto da política”. No estudo, além de fazer um recorrido histórico do pensamento de Maquiavel, chegou a outro pensador italiano, Antônio Gramsci, que também estuda a obra de Maquiavel para analisar a construção hegemônica do discurso político sobre “o governo do povo”. No fundo, do ponto de vista teórico, buscava justificar a sua ruptura com “as coisas” da Igreja. A política tinha regras e estatutos próprios e por ela deveria orientar sua militância.

O contato indireto com o pensamento de Gramsci motivou-o ainda mais na militância partidária, sobretudo na ideia do Partido como o “moderno Príncipe”, artífice da verdadeira

hegemonia proletária. Ao assinar a ficha de filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT), o fez quase como uma profissão de fé. A crença era de que o Partido seria o bastião das transformações sociais, a garantia de nossos desejos de liberdade e emancipação humana. A confiança e certeza de que nascia um novo jeito de fazer política era o de cerrar fileiras no então combativo PT.

Concluiu o curso de filosofia em 1992, ano em que também se envolveu na preparação e coordenação do VIII Encontro Nacional das CEBs, em Santa Maria. Neste mesmo ano saiu da vida religiosa e foi buscar formas de sobreviver materialmente. Trabalhou no ano de 1993 como professor de filosofia e ensino religioso no Colégio Marista, em Santa Maria.

Em 1994 seguiu para o município de Alegrete para trabalhar como professor da Fundação Educacional de Alegrete (FEA), hoje Universidade da Região da Campanha (Urcamp). A proposta de trabalho não se efetivou e seguiu na cidade quando passou a militar mais intensamente no Partido dos Trabalhadores, sendo membro da executiva municipal, e a trabalhar como repórter no “Jornal Amanhã”. Um ano depois juntamente com um grupo de funcionários adquirimos os equipamentos gráficos do proprietário do “Jornal Amanhã”. Montamos uma pequena editora e passamos a publicar uma revista cultural semanal. Fazíamos a Revista, animados pela vontade de ampliar o debate cultural na cidade. Mário Quintana, considerado pela elite dirigente da cidade como o filho mais ilustre, tinha uma definição do município, bastante marcado pela cultura do latifúndio: “em Alegrete quem não é fazendeiro é boi”.

Como repórter e editor da revista “Gralha” conheceu mais de perto a situação dos “peões”, os Sem Terra do município, e sua estrutura fundiária. Apenas 54 famílias controlavam 36% das terras em Alegrete, o maior município em extensão territorial do RS. Já no ano de 1996, como militante do PT, e assessor da bancada do PT na Câmara de Vereadores se via envolvido nas tarefas organizativas das famílias de trabalhadores Sem Terra nas comunidades rurais com o objetivo de organizar uma ocupação de terra. Durante três meses conseguiram, juntamente com mais um militante do MST indicado para a tarefa do trabalho de base, organizar 60 famílias que foram acampar no município de Piratini. Criaram as condições de transporte e alimentação para as famílias e as acompanharam até o acampamento. Era o dia 17 de fevereiro de 1997. Era a data do ingresso no MST. Foram apenas acompanhar a organização do acampamento e auxiliar as famílias para depois retomar as atividades em Alegrete. Lideranças do MST o convenceram de que deveria fazer a experiência da ocupação que seria na semana seguinte. Fez a experiência e nunca mais pode voltar para as atividades anteriores: deixo o jornal, a assessoria na bancada do PT na Câmara

de Vereadores, a casa e os objetos pessoais para somar na luta dos Sem Terra. A partir daí passou a fazer parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A adesão ao MST foi vista com certa desconfiança e medo pela minha família.

A forma acampamento e a ocupação do latifúndio produzem uma verdadeira revolução no comportamento das pessoas, na forma de ver o mundo e as coisas. Os valores vivenciados no acampamento como o companheirismo, a solidariedade, as relações sociais estabelecidas questionam a dominação de gênero, a tomada de decisão, a forma da educação dos filhos. Ali, nesse primeiro contato com os Sem Terra já se expressava aquilo que Roseli Caldart chamaria com acerto de Pedagogia do Movimento Sem Terra. Foram os liames e os princípios dessa Pedagogia que ajudaram a fortalecer seus laços com o MST.

Uma semana após a ocupação, assumiu a tarefa de contribuir na organização da resistência juntamente com as 600 famílias naquele acampamento. O acampamento é cercado pela Brigada Militar; em torno de 1000 policiais participaram da ação. Não tínhamos força suficiente para resistir à força policial e o despejo se efetiva. As famílias precisaram caminhar 8 km, com seus pertences, debaixo de chuva, para uma área de um assentamento próximo. Foi necessário muito trabalho de convencimento e organização interna para reagrupar e reanimar as famílias diante deste primeiro processo de luta.

Poucos dias depois, decidimos fazer uma marcha estadual, com duas colunas, para exigir do governo estadual a desapropriação de terras para a Reforma Agrária. A coluna de nosso acampamento inicia a marcha no município de Rio Grande, zona sul do estado, até Porto Alegre. A outra coluna, em torno de 1000 famílias, foi formada pelos acampados na zona norte do Estado. Foram intensos 40 dias de marcha, passando de cidade em cidade, fazendo o debate nas escolas, igrejas, sindicatos, universidades, sobre a necessidade da Reforma Agrária. Também foi um intenso momento de formação e preparação da militância do MST. Eu era responsável por uma das equipes que deveria organizar as palestras.

Em 17 de abril, chegamos a Porto Alegre, quando realizamos um grande ato no centro da cidade, na Praça da Matriz. Oito anos depois estava de volta ao local que tinha sido palco da luta dos Sem Terra, agora como integrante do MST. A junção das duas colunas deu origem ao acampamento de Viamão, com 1600 famílias.

No município de Viamão, localizamos o acampamento relativamente próximo a um latifúndio de 11 mil hectares, que por força da pressão e luta, um ano mais tarde seria um assentamento para 372 famílias. O assentamento hoje se denomina “Os filhos de Sepé”, uma homenagem a saga e luta do povo guarani de Sepé Tiarajú na resistência às tropas portuguesas e espanholas que os expulsam de suas terras, em meados do século XVIII. É atribuída a Sepé

a exclamação “Esta terra tem dono!”. Sepé seria morto em combate na batalha de Caiboaté no dia 07 de fevereiro de 1757

Já neste novo acampamento, constituímos as instâncias de direção, a composição dos setores, as tarefas que teríamos para o ano. Entre 1998 e 1999, o acampamento realizou 11 ocupações de terras e, pela pressão, acelerando os processos de desapropriação das áreas. A sua tarefa, além de compor a direção do acampamento, era coordenar a formação política junto aos núcleos de base e militância. Em dois anos de lutas praticamente todas as famílias conquistaram o direito de produzir na terra em diversos assentamentos no interior do Rio Grande do Sul.

No acampamento de Viamão, pode acompanhar o processo organizativo e formativo das famílias, sobretudo, nas relações que íamos construindo a partir da organicidade e da consciência e de luta das famílias. Já havia ali uma identidade de luta, um sujeito coletivo atuando, uma força social e moral em luta. Havia um intenso processo de autoformação; compartilhamento de tarefas e participação das famílias, o que fortalecia ainda mais a disposição para a luta.

Recordou-se, em especial, de Dona Laci, que desde Alegrete aceitou o desafio de enfrentar a luta pela terra. Mãe de 11 filhos abandonou o marido, alcoólatra, e se manteve convicta que, para mudar de vida deveria estar na luta pela terra. Não bastasse o zelo e cuidado com seus filhos, ainda encontrava tempo para cuidar de outras crianças do núcleo de base no qual fazia parte. Hoje é assentada no município de Santana do Livramento e três de seus filhos também conquistaram o direito a um lote de terra.

Pode viver essa experiência de como a luta pela terra e a pedagogia do MST mudam a vida das pessoas: de sujeitos, párias da sociedade, em que todos os direitos são negados, à condição de vida digna, de autoestima recuperada, de cidadania plena. Pode acompanhar, como dirigente do acampamento, praticamente todos os processos de instalação dos assentamentos das 1600 famílias em diferentes territórios e regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Cada tomada de posse das áreas sempre eram feitas com muita festa, alegria, mística, celebração: os elementos concretos da história da resistência.

No acampamento de Viamão, uma das experiências que mais o marcou foram o debate e envolvimento das famílias na construção de sua escola. Após a organização dos barracos, a construção da escola passaria ser a preocupação central. Em poucos dias quatro salas de aula foram construídas em madeira e lona preta. Durante o dia as salas eram utilizadas para a escolarização das séries iniciais e a noite para a alfabetização de jovens e adultos. Todos os educadores eram acampados e a maioria deles com o magistério já concluído no Instituto

Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra). Era uma escola que se constituía desde um processo de luta. Nas marchas e ocupações deslocávamos toda a estrutura para garantir a escolarização, por isso foi chamada de escola itinerante. Ali eram trabalhados todos os conteúdos exigidos nos programas formais da educação básica, mas resignificados a partir dos novos conteúdos em construção na pedagogia da luta.

Foi parte da própria luta do acampamento de Viamão ter o reconhecimento da Secretaria Estadual de Educação como uma “escola legal”. Envolveu todo o acampamento no debate e no enfrentamento ao Estado que defende a escola como uma instituição que o reproduz, que molda pessoas para sua continuidade e que estejam em conformação com o modelo capitalista. E o MST comprou essa briga para que o Estado garantisse a infraestrutura e a contratação dos professores, com autonomia pedagógica do Movimento. Vários daqueles educadores que participaram do processo de luta e organização da escola itinerante são parte ativa do MST. O que se quer reter aqui é o fato fundamental: nenhuma criança ficou sem o processo de educação durante os dois anos de acampamento.

No ano 2000, com um grupo de 25 famílias, fomos assentados num projeto de Assentamento com organização coletiva do trabalho e posse coletiva da terra. Essa experiência duraria três anos. As contradições internas não superaram a vontade de viver em coletivo. A partir deste ano, até 2004, integrava o coletivo estadual de formação e por esta tarefa fazia parte do Setor Nacional de Formação que se constituía pela composição e representação de dois dirigentes por estado. A sua tarefa no RS era garantir o programa de formação de base nos acampamentos, seja durante as ocupações ou nos momentos com menos intensidade na luta e nos assentamentos. Acompanhávamos e coordenávamos os cursos de formação de militantes. No ano de 2000 coordenamos, em Caçador, Santa Catarina, a XV Turma de Formação de Militantes da Escola Nacional.

A partir do ano de 2004 fomos deslocados para São Paulo para contribuir na Coordenação da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em processo de conclusão de sua estrutura física. Em 2007 assumiu a tarefa de Coordenador Geral da ENFF, até o ano de 2011.

Na ENFF foram inúmeros os cursos e processos de formação na qual nos envolvemos no acompanhamento pedagógico. Estruturada em diferentes níveis de cursos (formação política para dirigentes do MST; dirigentes dos Movimentos Sociais; dirigentes de organizações sociais de praticamente todos os países da América Latina; cursos de nível superior realizado em colaboração com as Universidades Públicas com destaque ao curso de Geografia realizado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Presidente Prudente e

com etapas presenciais na Escola, entre outros) a Escola organizava ainda diversos ciclos de debates e estudos sobre temas contemporâneos. A ENFF rapidamente passa a ser um referente na formação política e na qualificação técnica para atender as demandas internas das organizações populares, sobretudo, como espaço de debate e construção contra hegemônica de um pensamento comprometido com as transformações sociais. Um pensamento crítico e engajado na luta sócio-política da classe trabalhadora e nos seus necessários processos de formação com o objetivo de elevar o nível de consciência de seus sujeitos históricos.

A formação política no MST sempre esteve vinculada à busca de nossa autonomia histórica, ou seja, elevar permanentemente o nível de consciência da base social, multiplicar o número de militantes e dirigentes e formar quadros com capacidade política para fazer avançar a luta de classes pelas transformações sociais. Nos últimos dez anos, sua atuação como dirigente do MST sempre esteve vinculada a essa tarefa da formação.

Depois de uma longa trajetória contribuindo com os processos de formação do MST, seja de base, de militantes, e da ENFF, colocou-se diante da necessidade de retomar os estudos formais após 21 anos da conclusão do curso de Filosofia. Aliás, a filosofia sempre foi o tema com o qual contribuiu com o debate nos cursos do MST, sobretudo, na construção do método e de uma perspectiva geral da história do pensamento filosófico. A necessidade do aprofundamento teórico e da sistematização das práticas formativas é uma exigência da própria construção do conhecimento.

Nesse sentido, poderia haver algum diálogo entre filosofia e o curso de Mestrado com o foco na Geografia? O livro do professor Eliseu Spósito “Geografia e Filosofia”, publicado pela editora da Unesp, 2004, o orientou a compreender que esse diálogo além de possível, é necessário, sobretudo, quando aponta para a construção de um conhecimento crítico, radical e totalizante. Essas são categorias centrais da própria elaboração filosófica, isto é, todo conhecimento que se pretende científico deve ir além do senso comum, deve buscar a raiz mesma das realidades que se quer compreender para transformar e deve abarcar a totalidade dos processos sociais em estudo. Aliás, o estudo, a nosso ver, sempre adquire sentido na perspectiva de contribuir para a formação e qualificação para as tarefas em que estou envolvido, mas, sobretudo, porque colocado na perspectiva da construção da emancipação humana, em que o ser humano possa expressar sua capacidade e inteligência, porque não mais determinado pela lógica das relações capitalistas de produção. Uma nova sociabilidade se faz necessária para libertar a inventividade humana na busca incessante do conhecimento a serviço da felicidade. Enfim, os lados positivos e contraditórios dessa trajetória só foram possíveis graças ao apoio de um sujeito coletivo MST e sua pedagogia.

Aproximou-se do Programa TerritoriAL e no projeto, inicialmente pensava em sistematizar e aprofundar a experiência do curso de Residência Agrária da UnB na qual era membro da Coordenação Pedagógica. O curso “Matrizes produtivas da vida no campo: formação em cooperação; agroecologia e cultura com ênfase na organização social” lhe daria a chave para a pesquisa e investigação de quais práticas – matrizes produtivas – se constituíam em referentes na luta contra hegemônica ao projeto do agronegócio. A educação ambiental, cultura e agroecologia são matrizes que podem articular novas práticas naquilo que podemos configurar como elementos da construção do poder popular para a agricultura? A partir da inserção dos educandos do curso nas comunidades seria possível traçar a teia das experiências emancipatórias e libertárias posicionadas na construção de práticas educativas que assentem novas relações entre o homem e a natureza, sobre novas bases produtivas e pulsadas pela produção de uma nova cultura.

Todavia, e em permanente diálogo com o orientador, foram construindo outro caminho para a pesquisa do mestrado e consoante à própria prática militante do pesquisador. Toda a sua trajetória de militância no MST fora construída a partir do Setor de Formação. Nascia assim, a necessidade de sistematizar essa experiência de formação, não tanto pela experiência pessoal, mas, sobretudo, pelo acúmulo histórico e aprendizados que a trajetória desta frente de atuação do Movimento pode acumular. Porém, mais que a trajetória histórica ou uma gênese da formação política no MST, buscar entender como esta organização política conseguiu articular o tema do método formativo; a teoria; juntamente com os desafios da conjuntura e vinculação à estratégia política. Desta perspectiva, seria também entender como esses elementos (método, teoria e estratégia) foram sendo apropriados de outras experiências e processos de lutas que antecederam ao próprio Movimento e que também compuseram certo “bloco histórico”.

Evidentemente que todos os processos formativos não se dão fora do contexto das lutas de classes, determinando os conteúdos de toda uma época histórica e, por isso mesmo, na própria estratégia da formação política com os quais as organizações se defrontam, em particular o MST.

Portanto, o objeto de pesquisa começou a ganhar impulso novo uma vez que, a nosso ver, um dos grandes desafios que se impõem na atualidade da luta política está justamente no campo da batalha das ideias, ainda que uma força material, como ensinou Marx, só é deposta com outra força material. Mas as ideias quando são apoderadas pelas massas ganham essa força material.

Não pretendemos fazer esse estudo como um relato histórico, ainda que em alguns

momentos seja necessário, mas sim analisar as experiências a partir de dimensões que nos parecem essenciais para esse diálogo. São dimensões que se apresentam como fios condutores e instrumentos pedagógicos que buscam compor uma narrativa. Reconhecer esses fios, recolhê-los na análise, poderão nos dar uma dimensão mais concreta da trajetória histórica da formação e dos desafios atuais que ela enseja. Que fios condutores são esses?

1º) Analisar os cenários precisos da luta pela reforma agrária em cada período (no início da década de 1980 até os dias atuais), e de como a própria formação foi alimentando os desafios estratégicos desta luta. No fundo, esses períodos estão relacionados com a própria trajetória política do MST, de sua estratégia e táticas de lutas.

2º) Vinculado a cada contexto e cenários queremos analisar o pressuposto do método e ou dos métodos subjacentes ao que fazer formativo. Como em cada contexto político, o método age como pressuposto das ações formativas. Ainda que não se apresente com clareza, ele, o método, age o tempo todo. Portanto, nos parece que, do ponto de vista do método, não há neutralidade. Ele é reivindicado o tempo todo como uma espécie de andaime na construção: atua para dar suporte à obra que se quer construir. Em outras palavras, o método articula-se à estratégia.

3º) Como um terceiro aspecto para essa pesquisa queremos analisar justamente a questão da estratégia ou, mais precisamente, a formação desenvolvida pelo MST visa a que objetivos? Resumidamente, poderíamos dizer que esse será o nosso percurso: analisar a trajetória histórica da formação no MST, a partir de cada cenário político e das lutas travadas nessa trajetória, bem como analisar o pressuposto do método e da estratégia. Deste percurso histórico buscar responder a questão: ante o atual cenário e contexto da luta de classes no campo, qual e ou quais métodos concorrem na tarefa da formação tendo em vista a estratégia da classe trabalhadora? Nega-se a luta de classes? Reformulam-se os métodos? Redefine-se a estratégia? O exame minucioso desta trajetória, quiçá nos permitirá traçar tendências e auxiliar no debate aos desafios e impasses da formação política do conjunto da classe trabalhadora.

Esse é o ponto de partida do método dialético: tomar as coisas em seu momento historicamente efetivo. A realidade efetiva. O homem efetivo e em interação com o meio. Não o homem pensado e imaginado. Parece-nos que esse também é o sentido da geografia humana.

Se no método dialético um dos pressupostos é tratar da coisa em si, nosso objetivo com essa pesquisa é alcançar o essencial do objeto, isto é, o objeto pulsando, vivo, e cheio de contradições. Por isso alcançar a integralidade e totalidade do objeto que, no nosso caso, é a

formação política como necessidade da classe trabalhadora. Conhecer um dos núcleos dessa experiência construída pela classe trabalhadora, no que diz respeito à formação política: o MST. É plausível que tal pesquisa, como parte do método vá buscar os nexos e imbricações desta trajetória formativa que se inicia bem antes do próprio MST. Os significados e interações com outras experiências, supomos, vão dar elementos basilares para conformar a própria experiência do MST no campo da formação política, ainda que se possa reconhecer a própria singularidade desta iniciativa, na qual também pretendemos abordar.

Do ponto de vista do método de nossa pesquisa, há uma tentativa clara de se guiar pelo método dialético. Elizeu Spozitto (2012) fundamentou esse caminho para a geografia. Então buscamos identificar os sujeitos do conhecimento, os sujeitos da história, ou seja a um sujeito coletivo em seu recorte de classe e percebidas historicamente, pois os indivíduos se realizam no interior da classe. Cabe-nos precisar em cada momento histórico e da própria trajetória formativa do MST que interesses de classe se conflitavam e iam dando conteúdo à própria formação política e como os indivíduos iam tomando consciência deste conflito e punham-se em marcha, como classe, para resolvê-los.

Portanto, no contexto histórico do último quarto de século no Brasil, que abriu as janelas das lutas populares, das lutas sindicais da classe trabalhadora, da organização política de esquerda, teve um parapeito comum. Nele, de uma ou de outra forma todos se debruçaram, vislumbraram estratégias, definiram táticas e apostaram na formação política, na organização de base, na estruturação orgânica, no caminho institucional para, entre outros objetivos, dar formas às lutas da classe. Nessa trajetória comum, algumas janelas se abriram, outras se fecharam. E ao analisarmos esse percurso vamos buscar as lições, os aprendizados, os legados. Evidentemente que, ao falarmos dos legados, vamos recusar a visão maniqueísta, e vamos inseri-los na perspectiva de sua própria necessidade, de sua própria existência histórica eivada de contradições.

De outra parte, no terreno da luta política, a luta teórica não pode, a nosso ver, ser considerada como algo secundário. Ela é parte essencial desta batalha, e portanto, decisiva quando se afirma a necessidade de consolidar a tarefa da formação e ou de avançarmos para a construção daquilo que Gramsci vai chamar de "nova cultura". Formação, cultura e política são conceitos que já carregam uma historicidade e significados bem precisos quando se trata de interpretá-los na ótica da luta de classes.

É nesse aspecto que tratamos da tarefa e do papel da formação, o seu conteúdo e seu método: crítico, analítico, reflexivo, ativo, inovador, problematizador, comprometido com a transformação social. É, pois, desta necessidade – vital para a classe trabalhadora – de que

vamos tratar nessa pesquisa.

Evidentemente, como veremos na revisão bibliográfica, essa necessidade vital não nasce na própria classe. Aqui entra o próprio papel da formação que, com seu método, que esclarece que na luta econômica o trabalhador vê apenas a sua categoria e não as outras, isto é, não consegue ter a visão e a compreensão das classes; vê seus interesses corporativos e não as necessidades e interesses de todos os trabalhadores; percebe que é injustiçado, mas, não percebe as injustiças cometidas contra os demais trabalhadores e assim por diante.

Queremos ainda tratar, fruto das últimas elaborações do MST, de como ele se propõe a enfrentar o tema da formação política no contexto de uma nova configuração na luta pela reforma agrária. Entender porque a reforma agrária do tipo clássica foi derrotada e por qual proposta o Movimento se propõe a lutar e construir. Teria, a nosso ver, esse novo contexto da luta pela reforma agrária, denominada agora de “popular”, implicações para o campo da formação política. Implicações evidentemente que dizem respeito ao método da formação, ao seu programa, conteúdo que vão se vincular a essa nova estratégia.

2 A FORMAÇÃO POLÍTICA E OS APRENDIZADOS HISTÓRICOS

A clássica formulação leninista de que sem “teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”, evitando-se os riscos das generalizações e da descontextualização, pode ser interpretada em distintos períodos históricos da luta de classes.

No próprio Lenin (1978)¹ vemos que a consciência política de classe precisa ser levada ao operário. Nesse caso, o debate de revelações políticas, não implica que é algo externo levado a ele, mas é a fomentação da indignação a partir de um olhar distanciado, revelador, para uma situação e opressão que o trabalhador vive, mas não compreende como tal; ou seja, há uma relação direta com a experiência do sujeito explorado, a consciência é o entendimento da condição de exploração como algo que pode ser alterado, transformado, combatido, vem do exterior da própria luta econômica, isto é, vem da parte consciente, portanto, do partido que já se apropriou da teoria revolucionária e está em melhores condições para fazer as “revelações políticas”, pois essas revelações políticas abrangendo todos os aspectos são a condição necessária e fundamental para educar as massas em função de sua atividade revolucionária (LENIN, 1978).

Nesse aspecto Lenin ressalva que essas revelações não se tratam apenas de conhecimento teórico, mas são fundamentadas na experiência da vida política, de “*revelações vivas e precisas*” colocando o operário, em nosso caso preferimos utilizar a expressão “classe trabalhadora”, a “reagir contra todo o abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência [...] e, tendo sentido isso, desejará, desejará irresistivelmente e saberá ele próprio reagir” (LENIN, 1978, grifos nosso).

É a consciência de classe se manifestando na ação política. Em Lenin na obra já referida “Que fazer?”, consciência não é uma definição desarticulada da própria luta política, mas um conjunto de vários momentos, de várias relações. A consciência está relacionada com o momento do conhecimento. O quadro revolucionário precisa se apropriar antes de tudo da teoria revolucionária. Mas conhecer só não bastava, era necessário ainda o autoconhecimento, ou seja, a capacidade do quadro saber suas capacidades, qualidades e limites. Conforme Lenin (1978), esses dois momentos da consciência ainda eram insuficientes, se não desenvolvermos

¹ Nessa obra Lenin expõe em linhas gerais os problemas em torno da teoria e da prática revolucionária buscando dar respostas ao processo revolucionário russo. O combate aos “métodos artesanais” da luta política era uma das condições para forjar o revolucionário profissional que, dentre as várias qualidades, deveria se destacar como um bom teórico e publicista para fazer as revelações políticas precisas a classe trabalhadora. É nesse contexto que Lenin vai expor a necessidade da formação política e cuja estratégia também passava pelas “revelações políticas”, isto é, deixar claro aos trabalhadores os liames da exploração capitalista para que, adquira consciência de sua condição social e lute para transformá-la revolucionariamente.

a capacidade da imaginação. Ainda assim a consciência não se manifestaria por completo se o quadro não tivesse vontade, disposição de por em movimento uma ação prática. Portanto, para o dirigente da revolução Russa, consciência é na verdade a imbricação destes vários momentos do próprio conhecimento. Portanto, em Lenin consciência é sinônimo de conhecimento e conhecimento é também sinônimo de ação. Todavia, para Lenin sem organização não se mede a força de um movimento revolucionário e sem movimento revolucionário não se testa a teoria revolucionária. Lenin introduz a dialética na esfera da ação política direta e do movimento de massas pelo socialismo. Em vista desta estratégia Lenin formula suas concepções: a de um intelectual orgânico de um partido revolucionário, ou seja, de um homem militante, pensando a partir das contradições da luta partidária, aprendendo com os limites das formas de governo de seu tempo, buscando meios de superá-las em prol do poder da classe trabalhadora.

Nos ensinamentos de Lenin, os formadores da consciência política, sem distinção de classe, devem “ir a todas as classes da população como teóricos, como propagandistas, como tribunos, como agitadores e como organizadores” (GOMES, 2006, p. 119). O quadro político deve ser um verdadeiro “tribuno”, que realize a agitação de forma qualificada, para o povo perceber que deve ir além da reivindicação imediata.

De acordo com Lenin, a condição essencial para a extensão da consciência política, não se restringe às conquistas econômicas, mas supõem as “revelações políticas em todos os aspectos”. E, o que são as “revelações políticas”? É a capacidade que os trabalhadores adquirem e desenvolvem para entender a realidade e suas contradições, bem como o funcionamento de toda a sociedade. Para tanto, é necessário um amplo trabalho de educação, de conscientização e de formação das massas, que está além das lutas e reivindicações cotidianas e corporativas dos trabalhadores.

Assim Lenin (1978, p. 55) nos explica:

A consciência da classe operária não pode ser uma consciência política verdadeira, se os operários não estiverem habituados a reagir contra todo abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência, quaisquer que sejam as classes atingidas; a reagir justamente do ponto de vista social democrata, e não de qualquer outro ponto de vista [...] pois, para conhecer a si própria, de fato, a classe operária deve ter um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporânea, conhecimento não apenas teórico, ou melhor, não só teórico, como fundamentado na experiência da vida política.

A consciência, portanto, é reação, é ter a capacidade de se rebelar contra as injustiças porque o trabalhador possui na sua consciência uma revelação completa de toda a sociedade, entende os fundamentos do sistema gerador de injustiças. Nesse sentido, uma *revelação* é uma

denúncia fundamentada, explicada, que torna transparente a realidade de opressão para todas as classes e, desperta a capacidade de indignação, por vezes adormecida pelo sistema capitalista.

Anterior ao próprio dirigente da Revolução Russa, Marx e Engels é quem vão dar as bases teóricas para a formulação dos primeiros movimentos autônomos da classe operária em que fundam sua concepção do ser social e assentam as bases iniciais do socialismo como ciência na teoria materialista e dialética da história.

O comunismo não é para nós um estado de coisas que deve ser estabelecido, um ideal pelo qual a realidade (terá) de se regular. Chamamos comunismo ao movimento real que supera o atual estado de coisas. As condições desse movimento resultam da premissa atualmente existente. (MARX, 2005).

Não menos agudas são as observações de Gramsci cuja elaboração política e teórica sempre foi o de orientar-se pela revolução comunista, mas que deveria ser precedida de um grande esforço dos trabalhadores elaborarem uma consciência de classe fortalecida pela preparação cultural. É nessa compreensão que orienta as ações do movimento operário nas fábricas de Turim:

Instrui-vos, porque teremos necessidade de toda vossa inteligência. Agitai-vos, porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque teremos necessidade de toda vossa força. Conhecimento é, no momento atual, sinônimo de força. (SCHLESENER, 2005).

Estava Gramsci preocupado com a difusão de uma nova cultura junto ao operariado italiano, para isso seria necessário e preferível para o autor dos Cadernos do Cárcere, elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica, do que “participar” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior.

Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. (GRAMSCI, 2004, p. 94).

Buscar essa unidade e coerência no pensamento para Gramsci é poder participar ativamente na produção da história no mundo, *‘ser o guia de si mesmo’*. É poder participar de uma concepção de mundo e de uma nova cultura. Criar uma nova cultura.

não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 2004, p. 95, grifo do autor)

Está posta, portanto, a necessidade da formação política que impulse uma nova cultura, uma nova visão de mundo. Na visão gramsciana cultura é organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior: e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. Mas nada disso pode ocorrer por evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade, como ocorre na natureza vegetal e animal.

É que só pouco a pouco, de estrato em estrato, a humanidade adquire consciência de seu próprio valor e conquista o direito de viver independentemente dos esquemas e dos direitos de minorias que se afirmaram historicamente num momento anterior. E essa consciência se forma não sob a pressão brutal das necessidades fisiológicas, mas através da reflexão inteligente (primeiro de alguns e depois de toda uma classe) sobre as razões de certos fatos e sobre os meios para convertê-los, de ocasião de vassalagem, em bandeira de rebelião e de reconstrução social. (GRAMSCI, 2004, p. 108).

Ainda que a realidade atual apresente um elevado grau de dificuldade na construção do socialismo, de acordo com Gramsci há muito por fazer, como ações precedentes à própria revolução e que diz respeito ao próprio processo de formação política que culmine em um processo de espírito crítico generalizado na sociedade. Assim podemos ver que:

toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação. (GRAMSCI, 2004, p. 105).

É importante considerar que tanto em Gramsci quanto em Lenin, sobretudo, esse debate conceitual está fundamentado numa experiência concreta do ponto de vista da criação de um instrumento organizativo capaz de ativar o poder popular em perspectiva revolucionária: os conselhos, os soviets. Na Rússia a palavra de ordem “todo o poder aos soviets” foi decisivo para o desfecho daquele processo revolucionário. Os “soviets” (conselhos) já repousavam numa longa tradição de participação, organização e mobilização popular. Os conselhos mais expressivos eram organizados pelos operários, camponeses e soldados. Mais tarde seriam desativados por Stalin em seu governo, Na Itália ,os conselhos, sobretudo os que organizavam os operários nas fábricas existiram no momento do enfrentamento revolucionário mas foram derrotados, dando lugar ao nascimento e crescimento do fascismo. Todavia, é importante reconhecer que os “soviets” foram fundamentais na mediação do debate sobre as ideias e os conceitos, como materialização da cultura política que permitiu a elevação do grau de consciência da classe trabalhadora daqueles países.

A tarefa da educação política da classe trabalhadora também é vista pelo sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, como uma necessidade de se criar nas massas um poderoso movimento dos “de baixo”, contra a ordem vigente dos “de cima”. Era preciso clarear, no cipoal das concepções determinados conceitos sintetizados em palavras e que portassem as tarefas precisas como orientação e norte para os trabalhadores.

em uma sociedade de classes da periferia do mundo capitalista e de nossa época, não existem 'simples palavras' [...]. Se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas específicas e criadoras, ela tem de se apossar primeiro de certas palavras- chave (que não podem ser compartilhados com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruírem ou sem se prejudicarem irremediavelmente). Em seguida, deve calibrá-las cuidadosamente, porque o sentido daquelas palavras terá de confundir-se, inexoravelmente, com o sentido das ações coletivas envolvidas pelas mencionadas tarefas históricas. (FERNANDES, 1981, p. 2).

Florestan está buscando retomar o sentido histórico da revolução, colocada na defensiva pelos militares com o golpe de 1964. É o momento em que se começa a debater a redemocratização do país e Florestan está pensando numa alternativa revolucionária possível como passo posterior à derrota da ditadura. A partir da análise de Florestan é válido sustentar que palavras como "formação", "cultura", "política", devem carregar em si mesmo definições bem precisas para evitar enredar-se no cipoal das concepções e que, a rigor, devem conter tarefas históricas que orientem a luta da classe trabalhadora. Por isso nosso intento é calibrar bem esses conceitos para que traduzam tarefas "específicas e criadoras" como queria Florestan.

No nosso entender, a apropriação precisa destes conceitos que traduzem essas "tarefas específicas" é papel da formação no seu sentido mais geral e da formação política no seu sentido mais específico exprimir um conjunto de tarefas bem definidas e precisas.

Portanto, o conceito de formação política que buscamos nos aproximar, deve formar para a luta de classes, isto é, deve contribuir para a constituição da classe em luta, formando sujeitos críticos da realidade, da própria prática política e organizativa que forja métodos de trabalho, de direção e de lutas massivas.

Num conceito mais preciso tratamos a formação política como aquilo que nos forma para desempenhar a atividade política de modo cada vez mais eficaz em todas as suas dimensões, o que inclui não apenas a capacidade de compreender a realidade em múltiplos níveis, mas também a de atuar nela de modo concreto. Isso exige uma série de competências, de habilidades: propagandista, mobilizador, organizador, teórico, tribuno, agitador, formulador. Formação política, portanto, não é apenas aprender a pensar, mas também aprender a fazer (e, no limite, essa distinção é falsa, pois pensar é fazer, e fazer é pensar).

2.1 O legado do Partido Comunista Brasileiro

As lutas sociais que vão ocorrer em meados do século XIX, fundamentalmente na Europa, na assim chamada “Primavera dos Povos”, serão as primeiras manifestações de caráter de classe do operariado na nascente sociedade capitalista. Marx e Engels vão viver e se envolver nesses processos de luta que vão trazer um elemento novo: o operariado fazendo os seus primeiros ensaios na arena da luta política. Como balanço geral destes acontecimentos, os dois revolucionários e intelectuais alemães vão apontar a necessidade da criação do partido político como expressão da vontade e dos interesses do operariado.

Portanto, a classe trabalhadora vai encontrar em Marx e Engels os primeiros a formular ideias sobre o partido e os revolucionários. Fundamentaram cientificamente a derrota do capitalismo e a mudança para o comunismo – uma formulação econômica mais elevada. Essa derrota não ocorrerá de uma maneira espontânea, senão por um caminho de destruição e construção revolucionária.

Esse papel histórico da classe trabalhadora estaria fundamentado e determinado por fatores objetivos como a sua situação na produção social: proprietários e não proprietários dos meios de produção; a classe trabalhadora é que produz uma força social capaz de por fim a estrutura capitalista; a unidade entre trabalho e capital: compõe a base da produção capitalista. O proletariado só pode se libertar do jugo do capital se destruir a base mesma da sociedade burguesa.

Ora, para alcançar seus objetivos – como classe – deve atuar como classe organizada e revolucionária e para isso deve organizar-se num partido político já que o proletariado – por si só – compreende apenas a necessidade da luta econômica. Somente o partido, defendiam Marx e Engels, é que determina os objetivos e tarefas concretas da luta revolucionária; elabora formas e métodos; promove a unidade do movimento operário. O partido deveria ser composto pelos representantes mais ativos do operariado.

Portanto, a partir da irrupção das massas trabalhadoras, efervescência das lutas, que não eram apenas lutas sindicais, gestam-se os partidos operários e de massas, de caráter político. Surgem então as primeiras experiências de organização². Essas experiências vão unificando o pensamento político internacional da classe trabalhadora. Vai influenciando nas táticas e estratégias que por sua vez sempre estiveram sob a influência das Associações

² Comitês de correspondência; Liga dos Justos que mais tarde passaria a ser a Liga dos comunistas; Associação Internacional dos Trabalhadores. Marx e Engels foram os encarregados a escrever o manifesto da Liga e que passaria a ser conhecido como o Manifesto do Partido Comunista. A Liga dos Comunistas tinha por finalidade a derrocada da burguesia; instauração do regime do proletariado; abolição da velha sociedade baseada nos antagonismos de classe; criação de uma nova sociedade sem classes e sem propriedade privada.

Internacionais³. Os partidos comunistas que vão surgindo em todo o mundo vão ser marcados pelos debates teóricos e pela experiência da Revolução Russa. O próprio Partido Comunista Russo ascenderia sobre a trajetória dos demais partidos comunistas em praticamente todo o mundo na esteira moral da vitoriosa Revolução Russa de 1917. O Comitê Central do Partido Comunista Russo, sobretudo sob a condução de Stalin passariam a orientar e determinar as posições políticas dos demais PC ao redor do mundo pelo menos até o ano de 1953. Nesse ano, com a morte de Stálin, a URSS passara a ser dirigida por Nikita Krushev que elaborará um relatório dos crimes de Stálin, causando enorme impacto nos comunistas de todo o mundo. Carlos Marighella⁴ sofrerá com os impactos deste relatório (MAGALHÃES, 2012).

Não há como não reconhecer que a trajetória da esquerda brasileira foi hegemônica pela atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), cuja longa trajetória histórica praticamente viveu na clandestinidade. Fundado em 1922, no calor e onda da Revolução Russa de 1917, inicia seus primeiros passos também no nascente movimento operário. Tomam corpo as suas primeiras greves e manifestações no Brasil, influenciado também pelo Movimento Anarquista no início da década de 1920. Vale lembrar que o Movimento Anarquista seria derrotado após a grande greve geral de 1917.

Um primeiro aspecto que gostaríamos de destacar ao analisarmos o legado do PCB para o tema da formação política é o indubitável esforço de seus intelectuais e quadros na difusão das ideias marxistas e as publicações de Marx e Engels no Brasil. Até a década de 1960 teve papel determinante na divulgação do marxismo com um significativo aparato político-cultural construído: editoras, jornais e revistas. Em seu quadro de dirigentes, muitos

3 A I Internacional vai ser fundada em 1864 sob forte influência de Marx e Engels que viam a necessidade da organização e unidade do movimento operário e que fosse guiado por uma teoria revolucionária. A I Internacional vai funcionar até o ano de 1873. Os estatutos da 1ª Internacional diziam: a emancipação dos trabalhadores é obra dos trabalhadores; a emancipação não deve ter novos privilégios: mesmos direitos e deveres; submissão do trabalhador ao capital é fonte de toda a servidão política, moral e material; emancipação econômica é objetivo de todo o movimento político; os esforços até agora foram em vão: falta de solidariedade entre os trabalhadores de um mesmo país; entre os trabalhadores de diferentes países e entre as nações. Com a morte de Marx em 1883, Engels deu continuidade na articulação do movimento operário e vai convocar para o ano de 1889 um Congresso em que se instalaria a 2ª Internacional que vai reafirmar os princípios da primeira e vai funcionar de forma unitária até 1912 quando os partidos operários cindem-se em posições divergentes sobretudo na posição em relação a Primeira Guerra Mundial. A 3ª Internacional já mais sob a influência de Lenin foi fundada no ano de 1919 que defendeu o marxismo revolucionário frente às deformações oportunistas e revisionistas de direita e de "esquerda". Ela vai funcionar até 1943 quando é dissolvida por Stálin.

4 Carlos Marighella foi um dos principais dirigentes do Partido Comunista Brasileiro. Nasce no ano de 191 e é assassinado pela Ditadura Militar no ano de 1969. Como o próprio PCB, Marighella vive praticamente toda a sua militância na clandestinidade. Rompe com o PCB quando entende que este opta pela via pacífica. Marighella assume a da luta revolucionária como estratégia da tomada do poder. Por um longo período é responsável pelas principais publicações dos debates e posições políticas do PCB, por isso é personagem central ao analisarmos a trajetória do PCB no que diz respeito a sua contribuição no aspecto da formação política.

foram os que contribuíram para a divulgação das ideias marxistas no interior do partido e no movimento operário. Nos primeiros anos de existência do PCB coube ao farmacêutico Octávio Brandão e ao jornalista Astrojildo Pereira, como os principais dirigentes⁵, a tarefa de difundirem o pensamento marxista e as opiniões e posições políticas dos comunistas acerca da conjuntura nacional e internacional. Essas ideias seriam publicadas em inúmeros jornais e revistas mantidos pelo partido. Foi Otávio Brandão quem traduziu e publicou a primeira obra de Marx e Engels no Brasil: *O Manifesto de Partido Comunista*, em 1923-1924.

Conforme Ricardo Costa (Rico), Secretário Nacional de Formação Política do PCB no período posterior à chamada Revolução de 1930, apesar da forte onda repressiva do Estado contra os movimentos organizados dos trabalhadores, o PCB, além de conseguir publicar o jornal *A Classe Operária*, estendia sua influência a parcelas significativas das camadas médias, como estudantes, militares e intelectuais. Os modernistas Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (Pagu) entraram para o partido, e publicações editadas entre 1931 e 1934, tais como a revista mensal *Boletim de Ariel*, destinada à divulgação e discussão de livros, na qual se travaram debates sobre o socialismo soviético e a literatura proletária, a revista de literatura, arte, economia e ciência *Espírito Novo* contavam com a colaboração de nomes vinculados ou próximos ao partido, como Jorge Amado, Alberto Passos Guimarães, Aderbal Jurema, Cândido Portinari, Aníbal Machado, Raquel de Queiroz, Caio Prado Júnior, Carlos Lacerda, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral e o já citado Oswald de Andrade, dentre outros.

Em função da atuação na Aliança Nacional Libertadora⁶, o partido teve várias revistas culturais, boletins sindicais e estudantis. Conseguiu manter jornais diários (*A Manhã*, no Rio; *A Platéia*, em São Paulo; *Folha do Povo*, em Recife; *O Democrata*, em Fortaleza; *O Momento*, em Salvador, entre muitos outros), nos quais colaboravam o humorista Aparício Torelli (o Barão de Itararé), o pedagogo Anísio Teixeira, o professor Hermes Lima, o sociólogo Arthur Ramos, o poeta Jorge de Lima, os escritores Rubem Braga, Raquel de Queiroz, José Lins do Rêgo, Oswald de Andrade, Paulo Werneck, o pintor Candido Portinari, Jorge Amado, entre muitos outros destacados intelectuais.

5 Criança miserável em Alagoas, Brandão não tivera nem leite para beber. Alimentava-se de café ralo. Diria ter “entrado na vida pela porta da desgraça”. Ingressou no PCB sete meses depois da fundação e formou com Astrojildo o duo de formuladores políticos da infância do partido. Traduziu o Manifesto Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels. Basbaum completava o trio de intelectuais do comando partidário. Eles foram afastados da direção por não se enquadrarem numa fórmula tratada como “proletarização”, no futuro desmoralizada com a pecha de “obreirismo”: o PCB trocou quadros de boa formação por operários de instrução escassa. Brandão perdeu poder, Astrojildo e Basbaum foram expulsos (MAGALHÃES, 2012).

6 Foi uma organização política composta por setores de diversas correntes ideológicas (congregando democratas, tenentes, operários e intelectuais de esquerda), criada oficialmente em março de 1935 com o objetivo de lutar contra a influência fascista no Brasil. A associação contou com o apoio do Partido Comunista Brasileiro.

A ditadura do Estado Novo⁷ e todo o processo de repressão desencadeada sobre os comunistas não impediria que se editasse a revista *Problemas*, de orientação nacionalista e antifascista, tratando de temas relativos à economia, política, literatura, história e reunindo diversos intelectuais de esquerda, comunistas ou não.

Mesmo no regime ditatorial de Vargas várias outras publicações estiveram vinculadas à orientação mais direta do partido. Conforme Rico, esse arsenal ideológico poderia ser encontrado na revista *Cultura*, contando com a presença de Sérgio Milliet, Graciliano Ramos, Monteiro Lobato, a *Revista Proletária*, órgão teórico de orientação marxista-leninista-stalinista e de combate ideológico ao trotskismo e ao fascismo. No plano mais cultural, destacavam-se as revistas *Leitura*, *Esfera* (com a participação de Dias da Costa, Jorge Amado, Graciliano e outros) e *Continental*, a mais efetivamente ligada ao PCB, de caráter informativo e voltada a analisar o contexto internacional, além de pregar a linha partidária de defesa da união nacional.

Se na clandestinidade e com forte aparato repressivo e de controle social, o PCB conseguia fazer a disputa ideológica, no breve período da legalidade (1945-1947), o aparato cultural dos comunistas cresce rapidamente. Esse aparato era composto por meio de uma cadeia de informação. Esse aparato, registra Rico, contava com diversos semanários e oito jornais diários distribuídos propositalmente pelas principais cidades do país (*Tribuna Popular*, depois *Imprensa Popular*, no Rio; *Hoje*, em São Paulo; *O Momento*, Salvador; *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre; *Folha do Povo*, Recife; *Jornal do Povo*, João Pessoa; *Folha Popular*, Natal, entre muitos outros.). Comprovava esse poderio de comunicação dos comunistas, talvez suplantada pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand. “A tiragem do *Tribuna Popular*, por exemplo, chegou a atingir entre 30 e 50 mil exemplares nos anos de 1945 e 1946, quando a maior gazeta do Rio alcançava exatamente o número de 50 mil jornais impressos” sustenta Costa (2013).

Contudo, não foi apenas no campo da comunicação o crescimento do partido. Os dois anos da legalidade ampliariam significativamente o próprio número de filiados. Magalhães (2012, p. 202) conta que dos 6800 membros contabilizados no mês em que Marighella⁸

7 Estado Novo, ou Terceira República Brasileira, foi o regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 29 de outubro de 1945. Era caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo. É parte do período da história do Brasil conhecido como Era Vargas.

8 Marighella também atuará na linha de frente quando se tratava de expressar e publicar a opiniões e a linha do partido. Conforme Magalhães (2012, p. 202) Marighella não tinha mais as chaves dos cofres do partido, contudo já bebera na fonte da União Soviética. Em 1955, ele contou 10 mil dólares amassados em um bule velho — 84 mil dólares, atualizados. Foi como o jornalista Armênio Guedes ocultou o numerário que buscara em Buenos Aires. Mais uma vez, o PCB torrou a bolada com papel e tinta, como uma série de romances

deixou a prisão (23 de abril de 1945), o “PCB alcançaria de 180 mil a 220 mil em dois anos [...]. Até maio de 1947, a polícia vigiaria ao menos oitocentos comícios do partido somente no estado de São Paulo.”.

Vê-se, pois que a profusão de uma literatura de cunho marxista é uma das contribuições, a nosso ver, para a configuração de um pensamento fundado nos autores do Manifesto Comunista que contribuíram na formação política de várias gerações de militantes e de distintas correntes políticas no interior desta própria esquerda (socialistas, marxista-leninistas, trotskistas).

No ano de 1947, o PCB tem seu registro de partido cassado pelo governo Dutra que promove uma onda de repressão sobre os comunistas⁹, prendendo jornalistas, fechando jornais partidários. Mesmo ante essa ofensiva, o PCB, num incondicional alinhamento a Agência de Informação dos Partidos Comunistas, criado por Stálin em 1947, radicalizava seu discurso ideológico de ataque ao imperialismo e ao governo Dutra, perseguindo o controle e a instrumentalização política de entidades culturais como a ABDE (Associação Brasileira de Escritores), através das quais os intelectuais vinculados ao partido deveriam atuar em movimentos dirigidos pelo partido, nas diversas publicações de caráter teórico-cultural.

No auge do stalinismo, que vai de 1948 a 1954 a imprensa partidária era profundamente marcada pelas diretrizes do realismo socialista formuladas pelo dirigente soviético Zhdanov. A Revista *Problemas*, órgão teórico do Comitê Central, sob a direção inicial de Carlos Marighella e, depois, de Diógenes Arruda era a expressão desse realismo. Essa publicação mensal, que circularia entre os anos de 1947 a 1956 pautava-se pela divulgação das ideias do pensamento marxista-leninista-stalinista. Para Astrojildo Pereira (Magalhães 2012), a revista dedicara-se apenas a publicar traduções, quase sempre de autores soviéticos, sem jamais ter-se caracterizado como um veículo de discussão teórica dos problemas brasileiros, essa era a sua crítica feita já no final das últimas edições da revista.

russos — à época Marighella geria as editoras.

9 Conforme Magalhães (2012) “seguramente foram assassinados mais comunistas sob Dutra, de janeiro de 1946 a janeiro de 1951: 55, conforme o PCB, número igualmente superior aos 38 militantes do partido abatidos pela ditadura que vigoraria de 1964 a 1985”.

Figura 1 - Revista Problemas, editada pelo PCB, quando Marighella era seu diretor



Fonte: Magalhães, 2012.

Com o processo de “desestalinização” surgido após a divulgação do relatório de Krushev no XX Congresso do PCUS e que causara impacto no PCB, surgiram novas publicações coordenadas por comunistas. No entanto, diferentemente das publicações anteriores, a direção nacional do Partido não tomou muita participação na definição das suas linhas editoriais. “A revista *Brasiliense*, articulada por Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto, apresentava-se como uma publicação político-cultural de inspiração marxista e nacionalista, mas independente e crítica em relação às teses do Partido”, revela Ricardo Costa.

Evidentemente que a trajetória do PCB não está marcada apenas pela batalha das ideias, mas também pela ação revolucionária ainda que com divergências de leituras da realidade e da própria ação. Conforme Moraes (1989, p. 135-158) havia vários fatores que dividiam os vários grupos ditos de esquerda revolucionária, particularmente os armados: o caráter da revolução brasileira, se nacional-democrática ou socialista; as formas de luta revolucionária, maior ou menor peso das massas – urbanas ou rurais – na luta armada, desenvolvida em moldes que se aproximariam mais do modelo soviético, chinês ou cubano; e o tipo de organização necessária ao processo revolucionário, no modelo partidário marxista-

leninista clássico ou com flexibilização organizacional inspirada no exemplo da guerrilha cubana.

Contudo, todos os grupos revolucionários, no período que vai de 1967 a 1974 tinham na luta armada a prioridade e comungavam também a leitura dum certo imobilismo do PCB. Essas esquerdas viam-se como as vanguardas tendo no capitalismo e no imperialismo norte-americano os inimigos a serem combatidos.

Com a forte repressão desferida sobre o PCB, a partir do Golpe de 1964 a difusão de uma literatura marxista coube sobretudo a editoras, bem como universidades e organizações políticas¹⁰. Destaca-se a editora Civilização Brasileira, dirigida pelo comunista Enio Silveira¹¹ que, mesmo sob forte censura, consegue publicar títulos clássicos do marxismo e de autores marxistas como Lenin, Gramsci, Kautski. Igual papel cumpriram as editoras Brasiliense fundada por Caio Prado Junior, Paz e Terra, Zahar¹². Hoje, além das editoras ligadas às universidades públicas e outras, com catálogos dirigidos, principalmente, ao crescente público universitário, destacam-se, na publicação de obras clássicas do marxismo e de diversos pensadores marxistas, as editoras Boitempo e Expressão Popular (esta última, ligada ao MST, busca tornar mais acessível o acesso a livros fundamentais de autores marxistas).

É fato que a maioria dos quadros do PCB tinha formação política em graus e níveis diferenciados. Alguns autodidatas, e um alentado número de dirigentes comunistas frequentaram¹³ a Escola de Formação Política para Quadros na extinta URSS¹⁴, conhecida

10 Ver também KAREPOVS, Dainis. “A Gráfico-Editora Unitas e seu projeto editorial de difusão do marxismo no Brasil dos anos 1930”. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Ives. *Edição e Revolução. Leituras comunistas no Brasil e na França*. Cotia/Belo Horizonte: Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930.” In: DUTRA, Eliana Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Org.) *Política, Nação e Edição – o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas, séculos XVIII a XX*. São Paulo: Anna Blume, 2006; SECCO, Lincoln; DEAECTO, Marisa Midori (Org.) *Edgard Carone, Leituras marxistas e outros estudos*. São Paulo: Xamã, 2004; SECCO, Lincoln. “Leituras Comunistas no Brasil (1919-1943)”. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER Jean-Ives. (Org.) *Edição e Revolução. Leituras comunistas no Brasil e na França*. Cotia/Belo Horizonte: Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013.

11 Ver também ALMEIDA, Marta de Assis et al. *Enio Silveira*. São Paulo: ComArte/Edusp, 1992 (Coleção Editando o Editor – Coord. Jerusa Pires Ferreira), v. 3.

12 Para esta parte de nossa pesquisa deverão ainda ser objeto de leitura as publicações DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER Jean-Ives. *Edição e Revolução. Leituras comunistas no Brasil e na França*. Cotia/Belo Horizonte: Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.) *As Esquerdas no Brasil*. (v.1 – A Formação das Tradições). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). *As Esquerdas no Brasil*. (v. 2 – Nacionalismo e Reformismo Radical). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007a. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). *As Esquerdas no Brasil*. (v. 3 – Revolução e Democracia.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

13 Carlos Marighella, Luis Carlos Prestes, Heitor Ferreira Lima, Geraldo Rodrigues dos Santos, (o Geraldão), Hércules Corrêa dos Reis, Zuleika Alambert, Armênio Guedes, Pedro Pomar, João Amazonas foram alguns dos quadros do PCB que fizeram cursos de formação política na referida escola. Informações adicionais podem ser recolhidos nas várias publicações de memórias e de cunho autobiográfico.

14 O programa destes cursos deve ser objeto de nossa investigação ao longo da pesquisa, seja nos arquivos CEDEM/UNESP e AEL/UNICAMP, bem como nas publicações de Maria Lúiza Tucci Carneiro sobre

como Escola Superior do PCUS.

No Brasil, o que revela certo culto à personalidade, o principal programa de formação de militantes se chamava Stálin (MAGALHÃES, 2012). Marighella escrevera a elegia na *Imprensa Popular*, referindo-se a Stálin como o “nosso estremecido guia, mestre, educador e pai”, “o maior benfeitor da humanidade”, o “gênio imortal”. Para Gorender, a memória do dirigente soviético sobreviveria “como radioso diamante enquanto memória viver a espécie humana”. (MAGALHÃES, 2012).

A contribuição mais específica do PCB a organização do campesinato, seus acertos e desacertos vão ser tratados no legado das Ligas Camponesas. Todavia, é importante notar que o PCB teve como foco fundamental a formação política de seus quadros. Mas essa formação teve forte vínculo com a orientação dos PCUS. A profusão da literatura comunista esteve bastante vinculada ao conjunto de publicações e revistas que o PCB conseguia manter ao longo de sua trajetória política, grande parte dela vivida na clandestinidade.

2.2 O legado das Ligas Camponesas

Muitas foram às lições e o legado histórico deixado pela luta dos camponeses articulados em torno das Ligas Camponesas. Sem desconsiderar o período de gestação e os ensaios da ação sindical dos camponeses sob orientação da Partido Comunista Brasileiro, o período de 1954 a 1964 foi o período mais intenso de atuação deste movimento camponês.

No contexto mais geral, com a subida de Getúlio Vargas ao poder, quem passou a ter mais força na política brasileira foi a nascente burguesia industrial e comercial que começou a se desenvolver no país com o surgimento da moderna indústria. Muito embora os latifundiários e coronéis continuassem exercendo seu domínio, local e regional, mas também mantendo a sua influência no governo federal. Ocorre que as lutas dos camponeses, para além das lutas pela terra com traços messiânicos do final do século XIX e início do século XX, já

material confiscado pelo DEOPS, como ainda junto às publicações e/ou provável acervo documental das pesquisas de Anita Leocádia Prestes. Como exemplo destacamos CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “*O lugar do impresso revolucionário: dos porões aos arquivos policiais.*” In: DUTRA, Eliana Freitas, MOLLIER, Jean-Yves (orgs.) Política, Nação e Edição – o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas, séculos XVIII a XX. São Paulo: Anna Blume, 2007. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. (Org.). *A Imprensa Confiscada pelo DEOPS, 1924-1954.* São Paulo: Ateliê Editorial/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros Proibidos, Idéias Malditas.* O DEOPS e as minorias silenciadas. São Paulo: Ateliê Editorial/FAPESP, 2002. MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). *Livros Vermelhos.* Literatura, trabalhadores e militância no Brasil. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2010. MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984.* São Paulo: Publisher Brasil, 2013. MAUÉS, Flamarion. “*Livros e Censura durante a ditadura.*” In: Livro. Revista do Núcleo de estudos do Livro e da Edição - NELE. n. 2, São Paulo: Ateliê Editorial, 2012, p. 383-386.

não era uma luta diretamente contra os coronéis, mas uma luta mais geral contra a exploração da renda da terra que sofriam como parceiros e agregados e uma luta pela distribuição maciça da terra. O próprio Governo de Vargas¹⁵ chamava a atenção para a problemática da terra, mas não ousou avançar nenhum passo em sua direção já que seu compromisso era com a burguesia industrial sem a necessidade de mexer na estrutura fundiária do país.

É pois nesse contexto de definição e implantação de um novo modelo econômico¹⁶ para o país baseado fundamentalmente no desenvolvimento industrial, que os camponeses protagonizam suas lutas, ou seja, começam a fazer-se enquanto classe. Já não eram mais lutas localizadas em alguma parte do país. A preocupação dos camponeses já aparece como se organizar para conquistar a terra e diversas formas organizativas vão se estruturando: associações, união de lavradores, ligas camponesas, sindicatos.

Junto a essas formas que ensaiam seus primeiros passos, diversas organizações políticas mais amplas passaram a ter influência na organização dos camponeses, destacam-se: PCB, Ação Popular – AP, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Socialista Brasileiro e a Igreja, enquanto instituição, dirige sua ação pastoral à organização dos camponeses, seja pela ala conservadora através da Ação Católica¹⁷ como pela ala progressista através do Movimento pela Educação de Base - MEB¹⁸.

Antes porém de entendermos um pouco melhor a natureza das Ligas Camponesas e das lições e legados que essa luta legou as gerações que se sucederam na luta pela terra, é válido reconhecer que houve um momento anterior ao propriamente das Ligas, marcado

15 Na plataforma da Aliança Liberal, que o levaria ao governo, mesmo derrotado nas urnas por Júlio Prestes, Vargas defendia: “é necessário atender à sorte de centenas de milhares de brasileiros que vivem nos sertões, sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contato com os agentes do poder público apenas através dos impostos extorsivos que pagam.” Na mesma plataforma, Vargas seria mais preciso sobre a questão da terra: “em não poucas regiões mais próprias para a agricultura, impera ainda o latifúndio, causa comum do desamparo em que vive geralmente o proletariado rural, reduzido à condição de escravo da gleba. Nessas regiões, seria conveniente, para os seus possuidores e para a coletividade, subdividir a terra, a fim de colonizá-la, fazendo-se concessões de lotes, a estrangeiros como a nacionais, a preços módicos, mediante pagamentos e prestações, além do fornecimento de máquinas agrícolas mudas e sementes” (RIBEIRO, 2001, p. 63).

16 A traços gerais, esse novo modelo econômico, o governo interferiu intensamente na economia e criou uma série de medidas voltadas para o desenvolvimento da indústria brasileira. Foi adotado o modelo de Substituição das Importações e implantada a chamada indústria de base, com infraestrutura que ajudariam outros setores industriais a se desenvolverem.

17 A Ação Católica foi um movimento conservador da Igreja Católica fundado pelo cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra em 1935. O objetivo central deste movimento era formar leigos que submetidos ao poder do clero pudessem colaborar com a missão da Igreja que seria: "salvar as almas pela cristianização dos indivíduos, da família e da sociedade".

18 O MEB também foi uma iniciativa da Igreja Católica. Criado em 1961, com apoio do Governo Federal, propunha-se a desenvolver programa de alfabetização e educação de base, por meio de escolas radiofônicas, a partir de emissoras católicas. Após dois anos de atuação reformulou radicalmente seus objetivos e seus métodos de ação, aliando-se a outros movimentos de cultura popular do período. Com interrupções e refluxos, o MEB existe até hoje, tentando fazer ressurgir seu modo de atuação original.

sobretudo por uma série de lutas violentas pela terra. Como não é nosso objeto aprofundar o contexto de cada uma dessas lutas, que ainda apareciam bastante isoladas e sem nenhuma conexão (a não ser o contexto da estrutura fundiária brasileira, marcadamente latifundista), vamos situá-las em um contexto mais geral.

2.2.1 As revoltas armadas

a) **Luta dos Posseiros de Teófilo Otoni** (1945 – 1948): foi a reação armada de posseiros na região de Malacacheta, em Teófilo Otoni, Minas Gerais que após a construção da rodovia Rio-Bahia, as terras acabaram sendo valorizadas despertando a ganância de fazendeiros que passaram a tomar as terras dos camponeses. Isso acabou num grande conflito em que os posseiros seguidamente recorriam às armas para defender seus direitos.

b) **Revolta de Porecatu** (Paraná – 1946-1950): com a promessa de que terras seriam distribuídas as margens do rio Paranapanema que divide o Estado de São Paulo e Paraná, centenas de camponeses começam a chegar nessa região. Porém, vários fazendeiros reclamam a posse da terra. Os posseiros se armaram e durante dois meses ocorrem violentos conflitos naquilo que seria conhecido a guerrilha do Porecatu. Essa guerrilha teve a influência do PCB que depois de iniciada, o Partido achou que não levaria a nada e orientou os posseiros a terminarem a luta. Em 1951 as terras foram desapropriadas e distribuídas aos posseiros.

c) **Revolta de Trombas e Formoso** (Goiás – 1952-1958): na construção da rodovia Transbrasiliana as terras no município de Uruaçu, interior do estado de Goiás se valorizaram. Depois que chegou a estrada em 1952, começaram a chegar camponeses originários do Maranhão, do Piauí, mas que viviam no norte de Goiás, em Pedro Afonso. Vieram em grupos, liderados por José Porfírio. Ocorre que as terras haviam sido griladas por um grupo de fazendeiros, incluindo o Juiz e dono do cartório local. Os grileiros inicialmente tentaram subjugar os posseiros e ou transformá-los em parceiros. O conflito já era grande quando militantes do PCB chegaram a região que contribuíram na resistência armada dos camponeses contra os fazendeiros. Em 1957 o governo estadual enviara um grande contingente de tropas para reprimir os camponeses. Mas um acordo do PCB impediu o massacre, e em troca o Partido apoiaria a candidatura do filho do governador (Mauro Borges) para a próxima eleição. Assim foi feito. Depois do golpe de 1964, Porfírio foi preso e solto em 1975, quando desapareceu. A suspeita é de que tenha sido assassinado.

d) **Revolta de Dona Nhoca** (Maranhão – 1951): foi uma revolta de camponeses armados, mas com objetivos políticos de impedir a posse do governador Eugênio de Barros.

Foram liderados por uma fazendeira, Joana de Rocha Santos, prefeita de município de São João dos Patos, mas conhecida como Dona Nhoca. A prefeita conseguiu organizar centenas de camponeses armados que marcharam para São Luis, tomando diversas cidades em seu poder. Depois de 30 dias de combate, foram derrotados e os camponeses se dispersaram

e) Houve ainda a **revolta no sudoeste do Paraná** (1957), quando mais de quatro mil camponeses se armaram para enfrentar os fazendeiros da região de Francisco Beltrão que diziam serem os proprietários das terras compradas pelos camponeses através de uma companhia de colonização.

f) **A luta dos Arrendatários de Santa Fé do Sul** que também pegaram em armas para defenderem o direito de cultivarem a terra sob a liderança de Jofre Correia Neto, membro do PCB. O caso foi parar na justiça, as lideranças dos camponeses foram presas e apenas anos mais tarde o governo implantou alguns projetos de colonização na região.

g) **Experiência comunal de Lagolândia (Pirinópolis – GO)**: liderados por Benedicta da Silva, centenas de camponeses pobres se organizam, inclusive com resistência armada, para o direito de viverem numa comuna rural organizada por Benedicta da Silva. Filha de fazendeiros, Benedicta aliou elementos do sincretismo religioso com treinamento militar para organizar os camponeses que seriam combatidos pela família dos latifundiários da região, sobretudo a família Caiado. O movimento é derrotado quando Benedita é cooptada pelo exército brasileiro e se torna com suas tropas combatente militar. Fez acordo com a Coluna Prestes por ocasião de sua passagem pela região.

O que tiveram em comum essas lutas? O fato de serem revoltas armadas dos camponeses que lutaram para resolver os conflitos localizados em que a terra era o centro da disputa. Nenhuma delas, mesmo algumas sob a influência do PCB, resultaram em processos de organização política e de sua própria territorialização. Circunscritas a uma pequena região, resolvidos os conflitos, o movimento findava. Não havia objetivos maiores a serem alcançados pelos camponeses, até porque a repressão sempre fora, por parte dos fazendeiros e do Estado, que sempre deteve o monopólio da violência, muito forte. Contudo, foram lutas, ainda que dispersas, que sinalizaram para a histórica problemática da distribuição¹⁹ de terra no país.

19 A Lei de Terras de 1850, a Lei nº 601 sancionada por D. Pedro II em setembro de 1850, foi uma lei que determinou parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras no período do Segundo Reinado. Na prática, várias foram as consequências desta Lei: dificultar a compra ou posse de terras por pessoas pobres, favorecendo o uso destas para fins de produção agrícola voltada para a exportação; o aumento significativo nos preços das terras no Brasil; favorecer os grandes proprietários rurais, que passavam a ser os únicos detentores dos meios de produção agrícola, principalmente a terra; tornar as terras um bem comercial (fonte de lucro), tirando delas o caráter de status social derivado da simples posse.

O traço mais comum, o de serem conflitos armados, quiçá, não dava legitimidade e “legalidade” perante a sociedade e suas formas jurídicas de controle social e da própria propriedade. Outro aspecto que pode ser analisado enquanto legado, em quase todas as revoltas: a dependência de uma liderança forte e que configura a força, a segurança, a estratégia ao movimento. Porém, presas as suas lideranças, o próprio movimento findava.

No entanto, é forçoso reconhecer que as violentas lutas armadas dos camponeses desse período, carregavam em germe a presença de um campesinato com consciência de classe. Num contexto em que se negava aos camponeses o direito a terra, a luta pelo direito de possuí-la, já é uma consciência política de seus direitos mais elementares.

2.2.2 Nascem as Ligas Camponesas

O modelo de industrialização adotado no país sobretudo a partir da segunda metade do século XX, exigia cada vez mais dos camponeses como fornecedores de matérias primas para a indústria; produção de alimentos baratos para alimentar a nascente e crescente classe operária; além, evidentemente, de se constituírem em fornecedores de força de trabalho, também baratos, para a indústria. Com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, em 1945, surge a possibilidade dos movimentos populares ocuparem a arena da luta política no Brasil. O próprio PCB, a principal força de esquerda agora na legalidade, passa a atuar junto aos camponeses. Como a organização sindical²⁰ no campo ainda não era permitida e não havia legislação²¹ que a regulasse, o Partido criou a expressão Ligas Camponesas, cujo objetivo era a luta pela terra. Eram organizações que ficaram bastante centralizadas no PCB, preocupados em que estavam em organizar a célula do partido no campo. Já em 1947, no governo Dutra, que na campanha eleitoral declarara que o PCB não seria um partido clandestino, caça o registro do partido, abortando com isso as próprias Ligas.

O ressurgimento das Ligas, como organização camponesa de luta pela terra se daria apenas em 1954, através de pequenos arrendatários que trabalhavam no Engenho da Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, Pernambuco. As 140 famílias que ali trabalhavam organizam uma associação agrícola: Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de

20 O sindicalismo rural no Brasil surge a partir do início dos anos de 1960, numa conjuntura em que os camponeses emergiam como atores na cena política e o governo passaria então a regulamentar a sindicalização (MEDEIROS, 2012).

21 Segundo Clodomir de Moraes, “até 1963, no Brasil, existia, *de juri*, uma relativa liberdade sindical estabelecida no Direito Positivo (Consolidação das Leis do Trabalho) e, *de facto*, uma rígida restrição ao sindicalismo rural, ditada pelo contexto político de governos comprometidos com os latifundiários” (STÉDILE, 2002).

Pernambuco (SAPP). O presidente de honra seria o próprio usineiro que alertaria as forças policiais e passariam a reprimir os associados. Os camponeses encontraram apoio nos deputados do Estado e encontraram Francisco Julião do Partido Socialista que lhes deu apoio. A imprensa começa a divulgar o movimento de “Ligas Camponesas”, porque era muito parecida com a organização de 1945. Desde então começam a se expandir por várias regiões e em 1962, estavam organizadas em 13 estados.

A despeito das lideranças camponesas das Ligas e de sua estrutura organizativa, Clodomir de Moraes²² (2002) sustenta que nessa época não se formaram líderes camponeses de grande projeção nacional, regional ou mesmo local, pois, as Ligas Camponesas eram organizações apêndice da estrutura unitária e centralizada do Partido Comunista Brasileiro e, “especialmente pela pouca influência ideológica do campesinato nas teses programáticas do movimento camponês” (p. 14).

Sob a liderança de José dos Prazeres, um antigo militante do PCB e com longa trajetória de luta pela causa dos camponeses como na Liga de Iputinga (1945-1947) localizada nos arredores de Recife que funcionara no curto período de legalidade do Partido, as Ligas ressurgem.

Prazeres lograra êxito na busca de apoio político em Recife, inicialmente para evitar que a polícia continuasse sua repressão contra os camponeses da Galiléia. No entanto, conseguiu consolidar um “organismo informal de apoio urbano de alto nível às Ligas Camponesas”. Dentre esses estavam Francisco Julião e o próprio Clodomir. Como deputados, gozavam de imunidade e conseguiram a partir das inúmeras visitas impedir que os camponeses continuassem a ser reprimidos.

Assim, relata Clodomir (2002), surgia na atividade prática o embrião do futuro Conselho Regional das Ligas Camponesas, o que constituiria posteriormente uma peça decisiva no desenvolvimento inicial desse movimento camponês brasileiro. Esse Conselho tinha duas funções simultâneas (1) dar amplitude e respaldo político ao movimento camponês e (2) sensibilizar as massas urbanas com relação às palavras de ordem rurais.

Para Clodomir (2002), o método e a tática das Ligas, surgem da intuição de José dos Prazeres que com meio século de experiências nas lutas sociais levava a adotar dois pontos

22 Clodomir nasceu na Bahia no ano de 1928, no município de Santa Maria da Vitória. Estudou no Recife, onde formou-se em Direito. Foi um dos organizadores e assessor das Ligas Camponesas. Foi eleito Deputado Federal e cassado em 1964. Se especializou em questões de organização de camponeses e amargou durante 15 anos o exílio. Como funcionário da Organização Internacional do Trabalho – OIT/ONU trabalhou em diversos países, sempre dando assessoria em questões de agricultura, como no Chile, Honduras, Costa Rica, México, Nicarágua, entre outros. Também contribuiu com a formação política no MST sobretudo na temática da Teoria da Organização, vinculando a formação política aos processos de organização social e produtiva. Clodomir faleceu em 25 de março de 2016 no município de Santa Maria da Vitória.

básicos na nova tática política no movimento camponês:

Primeiro que organização camponesa deveria ter estrutura e circunscrição regionais e não locais. Com efeito, uma organização camponesa local era facilmente sufocada pelos latifundiários, policiais e Justiça da área em que surgia. [...] trazia em si mesmo extraordinárias vantagens: status de uma federação regional; versatilidade e dinamismo em seu crescimento; apoio de setores urbanos esclarecidos e mais progressistas, já que o foro da organização regional tinha sede na capital do Estado. Segundo, que a cúpula de respaldo urbano da organização camponesa embrionária seria formada inicialmente por personalidades vinculadas às amplas massas populares, incluindo os partidos políticos e entidades conservadoras. O importante era que ditas personalidades reconhecessem o direito que tem o camponês de defender o seu pedaço de terra. (STÉDILE, 2002, p. 21).

Esta estrutura orgânica inicial das Ligas, segundo Clodomir (2002, p.14), “pareceu ser uma exigência histórica em sua primeira fase.” Conquistaria assim a simpatia e o apoio dos operários urbanos, alçando o próprio movimento camponês num patamar de luta mais elevado para além da questão econômica apenas.

No trabalho de base tendo em vista a organização dos camponeses, foram utilizados diferentes métodos conforme a realidade de cada área e as circunstâncias e necessidades de mobilização. Clodomir reconhece que

[...] no trabalho de conscientização e politização camponesa, participaram cantadores e violeiros; estudantes de medicina, curando as doenças dos camponeses; estudantes de direito, atuando contra os latifundiários; grupos de teatro estudantil, entretendo e educando politicamente a família do camponês etc. (CLODOMIR, 2002).

No que tange a reforma agrária, nessa fase inicial, as Ligas Camponesas não tinham bandeiras mais avançadas, “se resumia em umas poucas medidas que não representavam mudanças estruturais”, pois, segundo Clodomir (2002), não havia clima para se exigir o fracionamento das grandes propriedades rurais e, por isso, as ações eram para inibir a violência da polícia em assuntos de natureza agrária, contra os castigos corporais e outras violências cometidas pelos latifundiários; contra os resquícios semifeudais que ainda prevaleciam no meio rural, sobretudo na cobrança de impostos. “Assim, estimou-se que o advogado civilista e o agitador político eram os tipos de trabalhadores sociais mais indicados para a fase inicial de expansão do movimento camponês” (p. 42) afirma Clodomir, avaliando que um dos principais fatores de expansão das Ligas foi “indubitavelmente, a ampliação das liberdades democráticas no país, cujo processo começou com a eleição de Kubitschek e Goulart à Presidência e Vice-Presidência da República, respectivamente” (p. 43).

Figura 2 - “Comunista de carteirinha”, no documento emitido pelo PCB no período de legalidade, 1945 a 1947



Fonte: Magalhães (2012).

No turbilhão das lutas sociais do Brasil nesse período, nada se agitava mais que o campo. O contexto destas lutas reverbera também no campo da cultura e fez o poeta João Cabral de Melo Neto, em 1956, publicar a sua obra-prima *Morte e Vida Severina*. O dramaturgo Augusto Boal, que ainda se arriscaria para ajudar Marighella, encenou, em 1961, um espetáculo em que os artistas erguiam fuzis e bradavam: “Temos que dar nosso sangue para retomá-la [a terra] dos latifundiários!” Vendo a peça, escreve Magalhães (2012), no Nordeste, um camponês chorou na plateia, pediu para lutar com o grupo, soube que era tudo de brinquedo, mas não esmoreceu: ele arranjaría armas de verdade para todos. Marighella escreveu em 1958 o ensaio “Alguns aspectos da renda da terra no Brasil”²³, no qual esmiuçou as entranhas da exploração nas plantações de cana-de-açúcar, algodão e café. No ano de 1963, ele observaria que o “o calcanhar de aquiles da revolução brasileira continua sendo o atraso na incorporação maciça do camponês na frente única nacionalista e democrática” (MAGALHÃES, 2012).

Por orientação do Pe. Alípio que disputa a hegemonia operária camponesa na direção da Liga influenciou o Conselho Nacional, constituído por personalidades, que aprovasse a

23 “O fundamento geral da questão agrária no Brasil reside em que o monopólio da terra é a causa do nosso atraso. Abalado ou eliminado esse monopólio, as forças produtivas darão um salto para a frente” (ARAÚJO, 2006).

criação de uma estrutura do tipo leninista denominada de Organização Política (OP) que se somaria a outra vertente organizativa chamada de Organização de Massa (OM) Essa fase já é fruto de uma avaliação interna dos limites da forma organizativa das Ligas e essa proposta seria uma tentativa de superação dos limites encontrados. Já em 1964 a OP vai estruturar uma Escola de Quadros cuja tarefa era capacitar politicamente os quadros da organização. Os temas principais ministrados na Escola giravam em torno da História da Luta de Classes, Noções de Economia Política, A Revolução Brasileira, A Organização do tipo Leninista (centralismo democrático), Agitação e Propaganda e a Prática do Funcionamento das Organizações de Tipo Leninista. Clodomir de Moraes um dos dirigentes ideológicos das Ligas relata que “os alunos aprovados em tais cursos eram imediatamente incorporados à Organização Política, com a finalidade de coordenar clandestinamente o trabalho da seção com Organização de Massas. Por esses cursos, passou grande quantidade de alunos de Pernambuco e de vários Estados” (MORAIS, 1997, p. 53).

Os métodos de luta das Ligas Camponesas contemplavam tanto a atuação no judiciário como a realização de intensas mobilizações. Do ponto de vista jurídico os trabalhadores queriam apenas estender a legislação trabalhista aos trabalhadores das usinas e dos engenhos. Era ter o direito de plantar e colher na terra que ele arrendava. Era ter o direito de pagar o foro em dinheiro e não através do cambão, também conhecido com ‘canga’, ou seja, o pagamento do aluguel da terra com dias de trabalho gratuito.

As mobilizações continham em sua pauta de reivindicações justamente a extinção do cambão, do barracão²⁴ e a luta contra o aumento do foro. A essas reivindicações, somava-se a luta pela reforma agrária que ganharia radicalidade na palavra de ordem “na lei ou na marra”.²⁵ Esse método de luta, da ação direta, das mobilizações massivas foi, indubitavelmente, um dos legados que o MST herdou das Ligas. Quando o Movimento atua, em ocupações de latifúndios improdutivos, expressa na verdade uma das táticas utilizadas pelas Ligas, a da ação de massas.

Do ponto de vista organizativo, a relação entre Organização Política (OP) e Organização de Massa (OM), ainda que não tivesse tido tempo de experimentá-la em toda a sua extensão nas Ligas, também traz lições ao próprio MST. É evidente que o Movimento

24 O barracão era a venda, uma bodega, que pertencia ao proprietário da terra e fornecia a quantidade de gêneros alimentícios suficiente apenas para manter o camponês vivo e pronto para continuar adubando com o seu suor a fortuna e o poder dos usineiros. Mercadoria vendida por preços aviltantes, sempre acima da capacidade de pagar que o patrão consentia ao camponês, fazendo com que o trabalhador vivesse eternamente endividado e dependente do barracão e se houvesse a intenção de ir embora, era preso, torturado e muitas vezes morto nas mãos da Polícia ou dos capangas da usina.

25 Para este ponto deveremos ainda recolher subsídios de pesquisa junto aos periódicos Terra Livre e A Liga, disponíveis no CEDEM/UNESP

sempre tratou de diminuir a espontaneidade de seu método organizativo combinando a atuação como um Movimento de Massas, mas que fosse incorporando os elementos de uma Organização de Massas. Os princípios e métodos de organização social²⁶ construídos pelo MST comprovam a combinação dessas duas esferas na sua estrutura orgânica que estavam sendo propostas para as Ligas. No entanto, é preciso ressaltar que a intenção das Ligas com a OP era disputar o poder. Era formar quadros na OM para projetá-los para a OP com a intenção de disputar o poder no parlamento, como Francisco Julião já fazia como deputado. De modo que essa esfera da OP não se coloca como estratégia do MST, muito embora muitos dirigentes se sintam motivados e dispendem energias no processo eleitoral, não como uma tática momentânea, senão a própria estratégia. O que se colocou desde o início da constituição do bloco histórico foi que as tarefas do equivalente à OP seriam realizadas pelo PT, enquanto a via sindical seria pela CUT e a luta pela reforma agrária pelo MST.

2.3 O legado do Partido dos Trabalhadores

No momento em que o Partido dos Trabalhadores (PT) é atacado pelos seus adversários, condenado pelos seus inimigos, criticado e abandonado pelos seus aliados, e posto em suspensão pelos menos avisados, vamos tentar buscar, a partir da própria trajetória desta experiência, as lições que essa organização política deixa para o ideário da esquerda brasileira.

Bem vistas as coisas, parece que o atual momento que envolve o Partido dos Trabalhadores apenas confirma o alerta que Florestan Fernandes na sua contribuição ao debate por ocasião do primeiro congresso desta agremiação partidária apontava. Na tese *O PT em Movimento*²⁷ Florestan destaca que o “o PT preparou-se para atuar no plano legal e não se resguardou, até hoje, dos riscos que corre num país no qual a democracia não vai além de um biombo que oculta o monopólio do poder das classes dominantes. A competição interpartidária não emerge como um fator de reforço da representação e da soberania popular. Ao contrário, ela aparece como um índice do poder relativo e do ‘perigo’ aos adversários dos partidos da ordem. Estes é que tomam as iniciativas de conciliação entre os de cima e de conspiração contra as concessões inevitáveis da democratização da sociedade civil e,

26 Em sua teoria da organização, o MST propõe um conjunto de princípios como referência para a atuação de seus dirigentes e militantes: direção coletiva; centralismo democrático; vinculação permanente com as massas; crítica e auto-crítica; estudo; divisão de tarefas; profissionalismo; disciplina; planejamento (Documentos Básicos do MST)

27 O PT em movimento. Contribuição ao primeiro Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Cortez/Autores Associados, 1991.

especialmente, do Estado. O medo das explosões sociais engendra o ‘recrudescimento’, frequentemente amparado pela opressão policial-militar, jurídica e política”. Creio que não se faz necessário, nesse momento colocar todo o enredo que confirma na atualidade aquilo que Florestan apontava como tendência. O atual cenário da luta de classes aponta num primeiro plano essa ofensiva da concertação do monopólio do poder com a derrota da esquerda eleitoral.

Evidentemente que toda aproximação a essa trajetória política não é neutra, vem mediada pela própria experiência pessoal, pelos encontros e desencontros dessa forma de fazer política que marcou toda uma geração de militantes, na qual também nos incluímos. Menos as disputas internas, mais o resultado que essas disputas produziram na sociedade em geral, e na esquerda em particular. Menos opiniões políticas, das centenas e milhares que se produzem no atual momento político, mais análises dos liames que transformaram essa agremiação política numa força social ou de sua fraqueza na atualidade. Menos apaixonadas posições políticas, mais racionalidade da política, se é que é possível separar paixão de luta política, quando a história nos oferece como parturição da própria luta um berço comum em que foram embalados sonhos e utopias.

No entanto, a perspectiva de nossa leitura não terá como foco uma gênese do surgimento e desenvolvimento do partido, mas nos interessa, sobretudo, entender como o partido, ao longo de sua trajetória, se quisermos, de sua própria gênese, manejou temas como a formação política, e sua relação com a forma organizativa, a estratégia política além de temas como: tomada do poder, eleições, política de alianças, socialismo, Estado, governo, luta de classes, democracia, reforma agrária, entre outros que configuram, a nosso ver, a própria estratégia do partido. São temas que tem vínculo com a estratégia da formação política.

Quatro obras serão o suporte mais direto para esse nosso diálogo: *A história do PT*, de Lincon Secco (2011); *Dossiê: verdade e memória na história da esquerda* (2012); *Muitos caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT* (2008); *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento* de Mauro Iasi (2006) além da própria experiência pessoal como militante do partido na década de 1990²⁸.

A periodização proposta por Secco (2011) nos parece ser um bom caminho para entender o conjunto das temáticas que pretendemos colocar em evidência nesse estudo. Mas não vamos nos ater somente a ela. A primeira fase é a da formação do partido (1978 – 1983). Conforme Secco sacramentou-se uma visão de que o PT fora constituído a partir de três

28 Para esta parte do trabalho deveremos ainda consultar publicações de coletâneas de documentos sobre o Partido dos Trabalhadores, disponíveis no catálogo da Fundação Perseu Abramo.

fontes: “a igreja progressista, os remanescentes dos grupos de luta armada e o novo sindicalismo”. Deste tripé, várias fontes conformariam a base da militância que fundaria o PT: o novo sindicalismo; o movimento popular fundado pela Igreja Católica; políticos oriundos do MDB; intelectuais de origens diversas como o antigo PSB ou posições liberais radicalizadas, militantes de organizações trotskistas e remanescentes da luta armada contra a ditadura.

Com tantas experiências e trajetórias de luta qual deveria ser o modelo a ser adotado? Partido de massas? Qual sua composição orgânica? Como caberia tanta diversidade dentro de um mesmo partido? “A diversidade regional e social brasileira criou inúmeros PT diferentes” (SECCO, 2011). O fato é que no encontro que fundou o Partido dos Trabalhadores, no dia 10 de fevereiro de 1980, participaram cerca de 1200 pessoas, na sua grande maioria estudantes, intelectuais e líderes de movimentos populares e muito poucos de trabalhadores. Na *Carta de Princípios* não se falava de socialismo. Em 1981 já contava com mais de 20 mil filiados somente em SP, MG, RJ e RS. Neste mesmo ano, no Primeiro Encontro Nacional, realizado em São Paulo, nos dias 8 e 9 de agosto, na Assembleia Legislativa, Lula em um discurso lido usou a palavra “socialismo”, quinze vezes. Já no II Encontro, realizado no mês de março de 1982, em São Paulo a palavra socialismo foi usada nove vezes. Uma carta de princípio fora elaborada para comprometer os parlamentares a repassarem 30% de seus vencimentos líquidos como contribuição partidária e ceder seus assessores para a construção do partido. Pouca importância teria, depois disso, a contribuição dos filiados na questão financeira do partido, esta seria insignificante.

Em 1982, o partido participaria das primeiras eleições, o que marcaria para sempre o seu caráter e natureza na arena da luta política brasileira e no campo das disputas democráticas. Na verdade, desta natureza, houve todo um trabalho político, de convencimento para a disputa eleitoral. Secco (2011) observa que o PT tinha uma especial dificuldade em combinar luta social e institucional. A institucional aos poucos ia se sobrepondo, mesmo com os infortúnios, acertos e desacertos de suas primeiras gestões a frente de prefeituras conformando assim grande parte da militância profissionalizada na máquina pública governada pelo partido. Nenhum outro partido, como o PT, teve tantas pessoas de classe média²⁹ baixa ascendendo socialmente pela militância política. Sua base social era alimentada dessa engrenagem e cada vez menos das lutas sociais:

[...] a presença da classe operária no PT é menos importante do que o real compromisso do partido com a causa dos trabalhadores. E nisso o PT foi coerente por muitos anos. As dificuldades vieram quando ele passou a ocupar um número

29 A categoria “classe média” tem um viés funcionalista, mas a análise marxista, segundo Lincon, não explica as contradições sociais em uma sociedade tão complexa como a nossa.

grande de governos locais e teve que entrar em conflito com políticas emanadas dos sindicatos de funcionários públicos e de movimentos sociais. (SECCO, 2011, p. 122).

Conforme Secco (2011), o V Encontro Nacional do PT, realizado de 4 a 6 de dezembro, em Brasília no ano de 1987, é considerado o mais importante de sua história. Esse encontro definiu pela primeira vez, de forma oficial, como estratégia para o socialismo a constituição dos trabalhadores como "classe hegemônica e dominante no poder do Estado", atacando a distinção entre partido de massas e de quadros e associando a construção do poder nas lutas cotidianas com a estratégia da tomada do poder político. Nesse encontro a palavra socialismo foi citada sete vezes, embora esse não fora o debate principal e sim a questão organizativa.

Do ponto de vista mais formal, a formação política e ideológica no PT ganha impulso com a construção do Instituto Cajamar (INCA) que foi criado justamente para a proposta de formação política e ideológica de sindicalistas e militantes do PT. A ideia vinha na esteira das discussões da Secretaria Nacional de Formação do PT, em 1985, data em que se formalizou um conjunto de programas permanentes (seminários e cursos) de formação militante e que desaguardaria na 1ª Plenária Nacional de Formação Política (1986). O Instituto Cajamar foi criado em julho daquele ano, como organização educacional autônoma. A primeira atividade desta instituição foi um seminário sobre participação popular na Assembleia Nacional Constituinte, realizado em dezembro de 1986. O Cajamar já havia formado quase 3 mil militantes quando se inicia a discussão para criação de uma rede de formação própria da CUT.

O Instituto teve como primeiro coordenador político o pedagogo e educador popular, Paulo Freire. Foi neste espaço que surgiu a Escola Sindical da CUT. Apesar de toda sua relevância, o Instituto encerrou as atividades em 1994. Na iminência de manter este espaço histórico, ex-funcionários se organizaram e fundaram no ano posterior a Cooperinca (Cooperativa dos Trabalhadores do Instituto Cajamar).

2.3.1 Carta ao povo brasileiro, muito tempo depois

Na *Carta Aberta ao Povo Brasileiro*, elaborada no 5º Encontro Nacional (1987) em que apresenta Luiz Inácio Lula da Silva como o candidato do PT a Presidência da República, a palavra "*reforma agrária*" aparece citada três vezes, na carta de 2002, uma vez e traduzida como condição para levar a "paz no campo". Na carta de 1987, no seu terceiro parágrafo, a defesa do PT seria brigar para que a vontade do povo trabalhador estivesse acima dos

interesses dos “banqueiros, latifundistas e militares”. Em 2002, os banqueiros e o agronegócio eram a saída e a solução do programa de governo.

Parece-nos que essa resolução no V Encontro do PT foi sendo minada pelas opções que o próprio partido, já no governo foi tomando. Reivindicando-se como um verdadeiro partido de massas, foram os seus quadros dirigentes que elaboraram a estratégia política da aliança de classe com a burguesia e não com as massas, como estratégia de chegar ao poder.

Das várias tendências que compunham o partido, uma delas, o Partido Revolucionário Comunista (PCR), tendência liderada pelo deputado federal José Genoíno, ainda em 1987 se preocupava com a "elaboração de uma teoria da violência revolucionária organizada", porém, em suas conclusões táticas (1988) já falava na luta de massas pelo socialismo e, taticamente, pelo governo democrático e popular.

Do ponto de vista do contexto econômico, a década de 1980 foi uma década perdida. Conforme Secco (2011, p. 128), viveu-se um "decênio de quebra do Estado e dissolução do tecido social". A recessão e a inflação convidaram os empresários mais para o fator especulativo da economia do que para o produtivo. O país estava em compasso de espera, em meio a uma revolução nacional e democrática simbolizada nas campanhas das Diretas Já. “A revolução falhara mais uma vez.”

No ano 1989 - 14 a 16 de junho, em São Paulo, realiza-se o VI Encontro Nacional do PT. Nesse Encontro o Partido rompe com o PC Chinês em função do massacre na Praça da Paz Celestial. Lula é lançado candidato e no programa econômico as palavras "socialismo" e "imperialismo" não são citadas uma única vez, no entanto, no documento final do VI Encontro a palavra “socialismo” apareceria 46 vezes. Isso reforçaria a tese de que o “PT abandona o debate teórico e começa a se preparar para o pragmatismo eleitoral” (SECCO, 2011, p. 133). O PT contava nesse ano com 550 mil filiados. A disputa eleitoral de 1989 se revestia de um significado. Por um lado representava um ciclo de ascensão e de fortalecimento das lutas sociais (CUT, PT, MST), mas a derrota eleitoral em grande medida podia estar significando o fim da ascensão deste ciclo, já que o partido tendia a trilhar o caminho da institucionalidade marcada por um longo período de oposição parlamentar.

O muro de Berlim (1990) caiu sobre o partido. Mas havia outros dilemas para o PT que conduzia líderes esquerdistas a trocar princípios por votos e cargos. As próprias tendências passavam por uma inflexão à direita, motivada pelos acontecimentos recentes: derrota eleitoral em 1989 e pela queda do muro de Berlim. “As tendências se mostram radicalizadas, mas vão se afundando no pragmatismo do jogo eleitoral e esquecem os princípios; isso era uma tendência generalizada no partido” aponta Secco (2011, p. 149), para

quem a crise do socialismo se dava em escala mundial, afetando, e não poderia ser diferente, o PT que se via fraturado ante essa crise, rachando as próprias tendências. Se, internamente, o Partido fraturava-se, no plano externo “consolidava a sua verdadeira oposição institucional no Brasil.” (SECCO, 2011, p. 150).

No VII Encontro o debate sobre a crise do socialismo fora adiando e a celeuma sobre a proporcionalidade da Comissão Executiva Nacional encerrada ali. Nesse encontro a tese guia mais votada foi a da radicalização da democracia, declarando-se avesso ao socialismo real e a socialdemocracia.

No primeiro Congresso, realizado em 1991, o PT através de uma de suas tendências, traz a crítica dos que queriam metamorfosear o partido tornando-o um partido de interlocução na sociedade civil. O símbolo desse debate foi uma borboleta. Nesse primeiro congresso define-se também o caráter da organização pela opção da não violência, portanto, da não confrontação violenta para a chegada ao socialismo. Nesse I Congresso, ao final, permaneceu a ideia de que o PT deveria rejeitar qualquer forma de ditadura, inclusive a do proletariado e “perenizar a (não) solução do PT sobre o socialismo”.

Vemos então que o partido já vai se distanciando das formulações clássicas da teoria da organização marxiana. O não uso da ditadura do proletariado era interpretado no sentido de atender o acomodamento do partido à ordem institucional do "jogo democrático"; afinal, fora para isso que surgira; para exigir democracia numa sociedade que mal acabara de sair da ditadura. O pleito nos parecia justo e apelativo. As esquerdas continuavam a defender as teses leninistas. O PT ia sofrendo transformações, de uma “agremiação predominantemente militante a uma predominantemente burocrática” (SECCO, 2011, p. 185)

O VIII Encontro Nacional (1993) teve como pauta principal as disputas para presidente do país no ano de 1994. As resoluções deste encontro criaram as figuras dos "notáveis" com os centros paralelos de poder que se destacavam em relação a base. Eis os perigos que rondam as organizações populares. Lula e seus auxiliares próximos se afastam dos debates mais ideológicos do PT e se voltam para estudos técnicos e de reconhecimento do território nacional. Começava aí uma verdadeira autonomização de Lula e seu círculo próximo em relação ao PT. Estariam se preparando para a questão da governabilidade, digo, a possibilidade de ser uma alternativa real de poder. Começava na verdade a separação entre governo e partido. Quando o PT assume ser governo essa separação já está consolidada. Uma coisa é fazer a política no partido e outra no governo. A nova direção eleita no VIII Encontro dirigia o PT, mas já não guiava os seus principais líderes. O partido pelas suas gestões vai se encontrar na contradição: entre os impulsos sociais por mudanças mais profundas ou a

integração à ordem que o seduzia.

A campanha de 1994 em que Lula perdeu no primeiro turno, ficou dividida entre uma direção supostamente mais à esquerda e um comando eleitoral autônomo, o que vai se confirmar como regra nas eleições seguintes, quando a estratégia eleitoral saiu dos debates partidários para o marketing da política; das ruas para a televisão. As próprias tendências eram, na verdade, mais uma disputa de espaço político do que uma divergência estratégica. Ao fim e ao cabo; todos cerravam fileiras em torno de seu maior capital político: Lula . A derrota de Lula consolidaria o ciclo neoliberal no Brasil que somada a repressão por parte de FHC, utilizando o exército na greve dos petroleiros, marcaria o ciclo seguinte de recuo estratégico, para não dizer derrota do movimento operário com retrocesso social. A onda neoliberal dominava no mundo. (SECCO, 2011, p. 177).

Esse contexto, da derrota eleitoral – estratégia que seduzira o partido, aliado a ofensiva do neoliberalismo, que significava também a ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores, o aumento da repressão foi provocando um declínio da militância, seja pela profissionalização e ou burocratização. A vida comunitária não animava mais a militância do PT. A militância na rua foi substituída pelos cabos eleitorais e os comícios já não eram mais o encontro da militância que passou a ser terceirizada e batia em retirada. “De uma agremiação militante o PT foi se transformando em uma agremiação burocrática.” (SECCO, 2011, p. 178). A perda do vigor ideológico não se dava apenas com a ausência dos cursos de formação política para a militância, mas da própria estratégia do partido, que não necessitava mais de militantes, mas de eleitores. Aliás, como sugere Singer (2013) o voto em Lula não representaria qualquer tipo de opção ideológica, antes pelo contrário, seria fruto de uma desideologização.

2.3.2 A estratégia democrática popular

A estratégia democrática popular foi a elaboração política construída pelo PT, independentemente das divergências internas das correntes que o compunham. Queria distinguir-se da antiga formulação do PCB sobre a revolução democrática nacional e a teoria das etapas para se chegar a um governo verdadeiramente revolucionário. A estratégia petista “democrática popular” só poderia se dar num governo hegemônico pelos trabalhadores, preservando-se de alianças estratégicas com a burguesia como previa a tese pecebista. Na sua essência, reconhece Iasi, a Estratégia Democrática Popular esperava, através de uma combinação de dois movimentos em “pinça” (a construção de um movimento socialista de massas de um lado, e assegurar as expressões institucionais destas lutas na conquista de espaços institucionais de outro), chegar ao Governo Federal para executar um programa anti-

latifundiário, anti-imperialista e anti-monopolista. Como sabemos, chegado ao governo a execução do programa se deu noutra direção.

O V Encontro Nacional do PT (1987) é considerado por Secco (2011) como um dos mais importantes, para quem a superação do capitalismo e o início da construção socialista marcavam uma “ruptura radical” que pressupunha a necessidade dos trabalhadores tornarem-se classe “hegemônica e dominante no poder de Estado”, eliminando o “poder político exercido pela burguesia”. Essa formulação se dissiparia logo na sequência.

Conforme observa Iasi (2006) a conjunção de vários fatores (a derrota eleitoral para Collor, a reestruturação produtiva do capital, a crise nas experiências de transição socialista, etc.) fará com que um processo de inflexão moderada se iniciasse a partir do VII Encontro Nacional (1990). A diferença sutil, mas cheia de significado, aparece nas resoluções deste encontro quando cita a formulação do V Encontro que apresentamos antes, afirmando que os trabalhadores devem se tornar hegemônicos na sociedade civil e no Estado, deixando outros aspectos do projeto socialista como “desafios em aberto” (IASI, 2006).

Tomado pelo desenvolvimento dos fatos, vimos que o que o Partido dos Trabalhadores não logrou foi se tornar classe dominante no Estado e muito menos destruir o poder político da burguesia, para instaurar o projeto socialista. O que ficou explícito é que os membros do partido passariam a ocupar a máquina do Estado burguês para colocá-la "a serviços da classe trabalhadora". Para Iasi (2006) essa opção já estaria clara em uma passagem das resoluções do I Congresso do PT (1991) que trata do tema:

O socialismo pelo qual o PT luta prevê, portanto, a existência de um Estado de Direito, no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas, de opinião, de manifestação, de imprensa, partidária, sindical etc.; onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais. A democracia socialista que queremos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância do poder. (Resoluções do I Congresso, 1991).

Notemos que o que se evidencia na passagem, são os pressupostos da democracia formal, ou se quisermos da democracia liberal burguesa: "Estado de Direito", "democracia representativa", "alternância de poder". O problema, sustenta Iasi (2006) é que se estas concepções navegam em um inevitável terreno de abstrações, na situação concreta da possibilidade de chegar ao governo do Estado burguês elas ganham materialidade. A principal alteração na operação da estratégia surge exatamente da possibilidade de chegar ao Governo Federal antes que o trabalho da “pinça” estivesse avançado o suficiente para criar uma correlação de forças que permitisse implementar o programa anunciado. Chegou-se ao governo e ou a vários governos sem a correlação de forças necessária para implantar um

programa anti-latifúndio, anti-imperialista e anti-monopolista como partes do programa democrático popular. Conforme Iasi (2006) a forma do Estado proposta e os termos deste dilema se resolvem, no andar da carruagem, na equação que conduziria à inflexão moderada: rebaixar o programa, ampliar alianças, ganhar as eleições e garantir a governabilidade.

Na tática da governabilidade, o argumento era da acumulação de forças para daí sim consolidar a estratégia democrática popular. Não acumulou nada, pelo contrário: “desarmou a classe trabalhadora de sua autonomia necessária, a desorganizou, despolitizou, e deslocou o campo de luta para o terreno do inimigo: seu Estado” (Iasi, 2006) Pagou-se então o preço da governabilidade que não foi de adiar a execução integral do programa democrático popular, e sim a sua própria renúncia.

Como parte de um tímido momento de auto-crítica, um dos dirigentes fundadores do PT e próximo a Lula, Gilberto Carvalho, em recente palestra no ano de 2016 para estudantes da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), reconheceu que o PT abandonara a formação política da sua militância e não conseguiu politizar a sociedade para seu projeto político. Forçoso é reconhecer que a formação política esteve no centro da estratégia do PT em algum momento de sua trajetória. Todavia a campanha eleitoral de 1989 pode ser considerada um divisor de águas nesse aspecto. Até então o PT tinha uma certa organização de base, nucleação de militantes e uma intensa atividade política de seus dirigentes que possibilitava ampliar enormemente o debate e a consequente politização da sociedade. O partido amplificava as bandeiras sociais represadas no período da ditadura militar e já representava a esperança de milhões de trabalhadores. Lutar por essas bandeiras (educação, saúde, reforma agrária, salário digno, moradia, etc.) e vestir as cores do partido era quase uma profissão de fé, movida pela convicção de que um novo país só seria possível com participação popular.

A estratégia eleitoral, sobretudo com a campanha de 1989, dá ao PT um novo caráter e natureza. Da emoção das ruas, para a emoção da televisão. Aos poucos, o militante forjado nas lutas populares, o artífice das aspirações mais legítimas dos trabalhadores, é substituído pelo marketing eleitoral. O tribuno popular, o agitador, o organizador das massas, passa a ser substituído pelo cabo eleitoral. O processo de formação da consciência da classe trabalhadora dá lutar aos eleitores. É bem verdade que a queda do Muro de Berlim e a crise do socialismo real influenciam nas mudanças de rumo do PT.

Certo é que, mesmo com as crescentes vitórias eleitorais do PT, chegando a Presidência da República, a sociedade não se politizou. Ao contrário, a consciência social se

tornou mais conservadora. A cultura, no seu amplo sentido e, sobretudo no aspecto da participação popular, empobreceu.

É fato que deve ser reconhecido que na sua origem, o PT tinha um germe de organização pela base, de efetiva participação de seus militantes, de nucleados que desenvolviam atividades formativas, de debates a cerca dos principais temas que uma organização política como o PT tinha que responder, de intensa atividade cultural e de vínculo orgânico com as bandeiras históricas de luta da classe trabalhadora.

Evidentemente que o afastamento das atividades formativas, a crescente profissionalização de sua militância, o enrijecimento, institucionalização e burocratização do PT também podem ser vistos como legado. Como lições do que uma organização política deve evitar se quer efetivamente levar ao cabo a estratégia da transformação social profunda.

2.4 Da contestação à conformação: a trajetória da CUT

Já no final da década de 1970 e meados dos anos 1980 inicia-se no Brasil um intenso processo de mobilização social exigindo participação política e de reestruturação da sociedade contra o regime militar. A crise econômica era apenas o sintoma de um modelo social e político que definhava. Este período marca, ao mesmo tempo, o enfraquecimento da ditadura militar e o surgimento de inúmeros setores da sociedade que começam a exigir mudanças, dando início ao processo de redemocratização. Marca esse período as campanhas das Diretas Já, como um dos grandes marcos destas mobilizações pela volta a democracia no país.

É pois, nesse contexto, de transformações políticas, econômicas e culturais, protagonizadas fundamentalmente pelos movimentos sociais, que surge o chamado “novo sindicalismo”, a partir da retomada do processo de mobilização da classe trabalhadora. Estas lutas, lideradas pelas direções sindicais contrárias ao sindicalismo oficial corporativo, deram origem à Central Única dos Trabalhadores no início dos anos 1980.

Interessa-nos entender como se deu o processo de formação política da CUT. Nesse sentido o estudo feito por Tumolo (2002) nos dá boas pistas para compreender essa trajetória. Uma das constatações da pesquisa feita por Tumolo foi a de que, no período inicial – primeira metade dos anos 1980 –, apesar de todos os problemas e limites, a formação sindical buscou se construir sob uma perspectiva claramente classista e anticapitalista, com o objetivo de oferecer aos quadros militantes um aporte teórico-político necessário para municiá-los não só para a luta estritamente sindical, mas, sobretudo, para a luta de classes, com vistas à construção de uma sociedade socialista, em conformidade com a primeira fase da CUT,

caracterizada por uma ação sindical combativa e de confronto.

Entretanto, com o passar do tempo, a formação sindical cutista foi se modificando e, gradativamente, adquirindo um caráter de formação instrumental, que buscava preparar os militantes para atender às demandas da conjuntura e do cotidiano sindical ou, ainda, que abordava questões específicas como campanha melhoria salarial, redução da jornada de trabalho, imposto sindical, eleições sindicais.

A formação sindical, conforme Tumolo (2002) vai se moldando de tal maneira a entrar em sintonia com a terceira fase da CUT, caracterizada por um sindicalismo propositivo e negociador, dentro da ordem capitalista. Essa metamorfose do processo formativo da CUT é creditada, segundo o pesquisador, à tendência Articulação Sindical que mais ia se ingerindo nas políticas de formação da entidade sindical defendendo um “sindicalismo propositivo dentro da ordem”. Foi a partir dos anos de 1986/1987 essa mudança na concepção de formação sindical da entidade. Para Tumolo (2002, p. 179), a partir de 1987 terá, efetivamente, início um processo de modificação da orientação política da formação sindical da CUT, o que implicou uma mudança na sua concepção e, conseqüentemente, na sua configuração. No decorrer de tal processo, que vai ganhar força na virada dos anos de 1990, a formação sindical da CUT vai adquirindo, gradativamente, um caráter cada vez mais de formação instrumental, em detrimento de uma formação de base que propiciasse uma apreensão da realidade social em sua dinamicidade contraditória, tendo como eixo central a luta antagonica entre as classes sociais fundamentais.

Conforme Tumolo (2002), o ano de 1995, quando da realização da 7ª Plenária Nacional da CUT, a entidade abraça definitivamente a formação profissional, a partir do uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Em detrimento da formação crítica (que apreendesse a realidade contraditória) a CUT prioriza a educação do tipo instrumental. Essas mudanças na Política Nacional de Formação (PNF) da CUT também são analisadas por Corrêa (2009).

Conforme ele a

A PNF da CUT era voltada a uma concepção de mundo crítica, em consonância com a práxis de oposição socialista da Central sindical ao modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, através de escolhas políticas e de determinações estruturais, o referencial revolucionário, expresso nas atividades de formação, foi se tornando rarefeito ao longo dos anos, e a educação profissional e a alfabetização de adultos, com recursos públicos, se converteu em prática prioritária da sua PNF. Se por um lado, nota-se a complexificação da sua estrutura funcional e organizativa a partir da disputa de verbas do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) em fóruns tripartites, por outro lado, há um retrocesso da formação crítica teórica do conteúdo desses cursos. Assim, desde 1998, a prática da PNF/CUT se confunde com as propostas oficiais, uma vez que se limita a atuar segundo políticas educacionais do governo federal. Sua vinculação ao institucionalismo estatal se torna mais evidente no

período do Governo Lula, quando se converte em correia de transmissão das concepções de educação oficiais. A ênfase atual na formação de dirigentes é reflexo do afastamento da luta nas bases, não mais produzindo lideranças forjadas no calor da luta política. Como defesa retórica de sua estratégia reformista, a PNF diz fazer disputa de hegemonia na sociedade civil das concepções de educação, mas na verdade ela revela o abandono da concepção de que os trabalhadores são os sujeitos políticos da história e de que o Estado é um aparelho de dominação de classe. (CORRÊA, 2009, p. 8).

Para o sociólogo, Rudá Ricci, Doutor em Ciências Sociais, que também fora membro na década de 1990 da Secretaria Nacional de Formação da CUT, o grande divisor de águas da entidade e que vai inflexionar as orientações políticas e por extensão seus processos formativos foi a filiação da CUT à CIOSL, a Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres. Em 1991, o debate sobre sua filiação já era tenso no interior da CUT. Em 1990, o Instituto Cajamar sediou o seminário “Perspectivas Internacionais e o Movimento Sindical” e abriu o debate. O representante da Organização Regional Interamericana do Trabalho (ORIT, seção da CIOSL), Luís Anderson, sugeriu, na oportunidade, a substituição da greve geral como instrumento de luta pela concertação social. Em 1992, a CUT se filiou à CIOSL. *“A partir de 1992-1993, discussões ideológicas (não pragmáticas) eram contraproducentes para as intenções políticas da executiva nacional da CUT”* (RICCI, Revista Espaço Acadêmico, N. 88, setembro de 2008).

Evidentemente que o fechamento das escolas sindicais, seguindo a nova orientação política, não tardaria a acontecer. A asfixia econômica que as iniciativas no campo da formação sofreram é apenas parte da conformidade da trajetória cutista. Para o professor Horácio Martins de Carvalho, a hegemonia burguesa que produziu a nova disciplina da fábrica devida ao progresso técnico contemporâneo, a nova divisão técnica do trabalho, a ampliação crescente do setor serviços, a abertura das fronteiras para a circulação de capitais e mercadorias, os novos métodos de gestão empresarial, enfim, esse conjunto de iniciativas dos capitalistas a que se denomina de modernização e globalização, produziu novas ideologias de subalternidade e influenciou todas as relações do trabalho com o capital que as tornaram mais aderentes à conciliação e ou à capitulação política. *“Minha sugestão é que esses são alguns dos fatores da crise do sindicalismo de trabalhadores no país e no mundo”* (CARVALHO, 2013, in mimeo).

3 A TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO POLÍTICA NO MST

Independente de qual perspectiva que se queira analisar, seja pela crítica ou pela sua defesa, o MST é um acontecimento político que não pode ser ignorado na história brasileira. Surge num contexto bem determinado da luta de classes no Brasil, final da década de 1970 e inícios dos anos 1980, particularmente no século em que mais se afluam as contradições e problemas decorrentes da estrutura fundiária brasileira. Problema que traz a baila na arena da luta política uma das contradições fundamentais da sociedade do capital: proprietários e não proprietários dos meios de produção. Na particularidade desta contradição serão travadas renhidas lutas entre sem terras e latifundiários. É do chão mesmo desta luta que surge, como pretendemos demonstrar ao longo deste nosso trabalho, uma organização política de novo tipo na luta pela terra.

Como já destacamos na introdução, a perspectiva de nossa análise e aproximação ao MST será pela via do território imaterial³⁰, ou seja, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia. Em outras palavras, buscar compreender a produção imaterial desta Organização e que, para superarmos a análise idealista, assenta-se sobre os territórios materiais e de suas imbricações dialéticas. Melhor dito, assenta-se sobre a própria territorialização do MST como forma de disputa hegemônica na retomada da luta pela terra no Brasil.

Nos inúmeros trabalhos publicados³¹ sobre a gênese histórica do MST e as lições pedagógicas que podemos extrair desta trajetória, nenhum deles se refere especificamente à trajetória dos processos de formação política. Processos que, como veremos nesse decurso histórico consolidou a própria estratégia enquanto organização política. Esses estudos são basilares e referências para nossa reflexão, entretanto, gostaríamos de revisitar as páginas do MST para focá-las na perspectiva da trajetória da formação que, no fundo e nisso insistimos, está relacionada com a própria evolução política do MST, de sua estratégia e táticas de luta.

30 “O território imaterial pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Pensamos o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como determinação de uma relação de poder (...) O território imaterial é formado por ideias e pensamentos diversos: conceitos, teorias, métodos, ideologias, paradigmas etc., que definem a leitura, o foco, a interpretação, a compreensão e, portanto, a explicação do objeto, tema ou questão.” (SAQUET, 2008, p. 210).

31 Fazemos alusão a pelo menos a seis trabalhos publicados: Brava Gente de Bernardo Mançano Fernandes e João Pedro Stédile (2012); A formação do MST no Brasil de Bernardo Mançano Fernandes (2000); A História da Luta pela Terra e o MST de Mtsue Morissawa (2001); Lições da luta pela terra de Ademar Bogo (1999); Pedagogia do Movimento Sem Terra de Roseli Salet Caldart(2000); Construindo o Caminho – MST (1986).

O caminho que iremos percorrer ao analisar a trajetória da formação, será a partir dos distintos períodos históricos. Esses períodos estão vinculados a realização dos Congressos Nacionais³² em que são expressas as diretrizes e ações que orientam a estratégia e as táticas da organização para cada momento histórico. Essas diretrizes inflexionam o próprio processo de formação³³ política.

Existe um roteiro, elaborado pelo militante que desempenhou a tarefa de dirigente nacional do Setor de Formação de 1998 a 2010, Adelar Pizetta que sugere esse caminho da periodização para conhecermos a trajetória da formação do MST. Sem aprofundar na análise, o roteiro contribuiu para nos orientar, de forma mais didática possível sobre o percurso que fizemos em nossa pesquisa. As várias entrevistas realizadas, vão dar conteúdo ao próprio roteiro e, no que nos parece ser o mais fundamental, vão aclarar os vínculos entre método, elaboração teórica (no qual o método está implícito) e a estratégia em cada um destes períodos. Portanto, não vamos buscar uma cronologia dos fatos ou da própria gênese da formação, mas interpretá-los a partir dos pressupostos do método, da elaboração teórica e da estratégia que o Movimento foi construindo e consolidando.

3.1 Impulso pelo trabalho de base

Se partirmos da concepção de história como processo, a definição de datas para acontecimentos históricos podem reforçar certas determinações da própria realidade que sempre é mais dinâmica que nossa capacidade de interpretá-la. Assim poderíamos sustentar que não há uma data específica da origem do MST mas a conjunção de fatores socioeconômicos, políticos, ideológicos³⁴ que foram criando as condições objetivas para o seu

32 O Congresso Nacional é a instância máxima do Movimento. É o espaço organizativo que reúne militantes de todos os estados, para fixar as linhas políticas gerais de atuação, ser uma mobilização política em prol da reforma agrária e ser um momento de confraternização da classe trabalhadora. Ele se realiza pelo menos a cada cinco anos. (cf. Normas Gerais do MST)

33 A formação deve contribuir na implementação das estratégias (caminhos) da organização, com a finalidade de avançar rumo a conquista dos objetivos imediatos e estratégicos. Ela deve voltar o olhar para frente, buscando vislumbrar soluções para os problemas e deficiências orgânicas evidentes em diferentes espaços e setores do MST. Deve possibilitar a análise e interpretação da realidade, das contradições, das mudanças que estão em curso e que afetam o conjunto do Movimento. (Linhas políticas da formação do MST, in mimeo)

34 João Pedro Stédile na entrevista que concede a Bernardo Mançano Fernandes, publicado no livro "Brava Gente", aborda esses três aspectos no capítulo "Raízes". No aspecto socioeconômico Stédile se reporta as transformações que a agricultura sofreu na década de 70, trazendo como principal consequência um acelerado êxodo rural para as cidades e para regiões de fronteiras agrícolas, nesse processo muito camponeses decidem resistir e luta contra o modelo; no aspecto político João Pedro destaca o processo de luta pela democratização do país com destaque para as greves operárias e as mobilizações camponesas contra a ditadura militar; já no aspecto ideológico o trabalho das igrejas católicas e luterana através da Comissão Pastoral da Terra na reorganização das lutas camponesas sobretudo para enfrentar a violência cometida contra os posseiros no centro-oeste e no norte do país e que vai fortalecer, por exemplo, a estratégia da

surgimento.

Relacionado aos aspectos políticos e ideológicos há um reconhecimento do papel do trabalho de base como o primeiro impulso dado para o surgimento do Movimento. O trabalho de base era parte do método de atuação política das lideranças religiosas, sobretudo, da igreja católica e luterana, mas também das lideranças sindicais do campo e da cidade que já se posicionavam na luta pelos direitos dos trabalhadores, negados e cerceados durante o regime militar. A reforma agrária já aparecia como uma dessas pautas mobilizadoras na luta para ter o direito do acesso a terra. O trabalho de base que mais tarde já se vincularia como um dos métodos de organização social do MST e parte dos princípios organizativos era a "alma" do que fazer na política. É nesse contexto que podemos entender a afirmação de Bernardo Mançano Fernandes (2000) ao tratar da formação do MST e do papel do trabalho de base na própria consolidação do Movimento.

Assim, as lideranças e dirigentes precisam estar vinculados permanentemente com sua base social. Afinal fora por meio do trabalho de base que aquelas pessoas tinham gerado o Movimento. O trabalho de base é uma metodologia de luta popular, que através de um conjunto de atividades: de reuniões e de formação de pequenos grupos, procura-se a participação de todos [...] Nesses espaços nascem a organização e resistência, que levam as famílias ao fazimento da luta. (FERNANDES, 2000, p. 87).

Na mesma perspectiva, a ênfase dada ao trabalho de base como parturição do MST e de seus processos formativos é reconhecido por Ranulfo Peloso, integrante do Centro de Educação Popular Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS), organização que contribui com a formação política de lideranças do Movimento, quando reconhece o papel e a importância da formação no trabalho de base. Para Peloso (2012, p.18), "a formação é uma necessidade de quem luta pela vida. Só o entusiasmo e a força são insuficientes para vencer o poder da opressão. A classe oprimida precisa juntar sua força, pensamento e esperteza para vencer a dominação". Conforme ele, só faz trabalho popular quem acredita que a classe oprimida é capaz de pensar a produção, a distribuição e o consumo dos bens de forma solidária.

O fato é que o surgimento do MST veio inserido num contexto mais amplo de luta pela democratização do país, de mobilização por mudanças sociais no final dos anos 1970 e início dos 1980. Havia então um cenário de efervescência das lutas sociais ainda que duramente reprimidas mas, não derrotadas, pelo regime militar. Essa mobilização popular foi fruto, em grande medida, do trabalho silencioso dos agentes pastorais, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) alicerçadas na Teologia da Libertação que "trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico [...] de conscientização dos

camponeses" (FERNANDES; STÉDILE, 2012, p. 22).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram no Brasil como um meio de evangelização que respondesse aos desafios de uma prática libertária no contexto sociopolítico dos anos da ditadura militar e, ao mesmo tempo, como uma forma de adequar as estruturas da Igreja às resoluções pastorais do Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965 que representou um momento de renovação da própria Igreja Católica.

Devido ao contexto específico da sociedade brasileira, que vivia sob o regime de exceção, com cerceamento dos direitos civis, as CEBs se tornaram uma plataforma válida e eficiente que apontava para as mudanças sociais, para o engajamento político, para a luta por direitos, pela mobilização popular, apresentando ainda as bases de uma nova sociedade alicerçada na compreensão de que o Reino de Deus era uma utopia possível de se construir aqui na terra. Essa era a mística, digamos, que animava o trabalho de base e a organização popular.

Hoje, passada a euforia inicial e tomando a devida distância, podemos constatar que as CEBs estão na raiz de vários movimentos sociais e têm contribuído para a formação de muitas lideranças no campo social e político. Não foi diferente com o MST que teve um vínculo orgânico, no seu nascedouro, com essa prática eclesial. Já é amplamente divulgado que muitas lideranças que contribuíram para o surgimento do MST tiveram origem nesse meio. A partir deste contexto podemos sustentar que as pessoas não se engajam no MST visando a melhoria das condições de vida através da conquista de um pedaço de terra somente pelo meio da agitação política ou da formação política ideológica mas também por meio do simbolismo religioso. Aspecto que pretendemos tratar mais adiante quando abordarmos o tema da mística que irá se incorporar como parte do método organizativo e formativo do Movimento.

Longe de qualquer herança messiânica na luta pela terra, há que se reconhecer o aspecto do simbolismo religioso na cultura popular que desempenhará um papel importante na práxis do MST. Se quisermos localizar na história, o encontro promovido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade ligada a igreja católica, realizado no ano de 1982, na data de 23 a 26 de setembro, em Goiânia³⁵, debaixo de um pé de mangueira, mostra esse vínculo da luta pela terra e a questão religiosa. À sombra desta árvore se toma a decisão de que os camponeses deveriam organizar um instrumento político autônomo de luta pela terra.

É nesse contexto pois que as reflexões teológicas elaboradas sobretudo pelo peruano Gustavo Gutierrez e os irmãos brasileiros Leonardo e Clodomir Boff colocam os pobres

35 Nesse encontro em Goiânia, ao final foi elaborada uma carta convocando os trabalhadores a participarem na luta pela terra. Ver o conteúdo desta carta em FERNANDES, 2000, p. 76.

como sujeitos históricos de sua própria libertação.³⁶ Esta teologia surge enraizada no Cristianismo, mas fundamentada por um viés marxista da leitura da realidade que apontava os fundamentos da miséria e desigualdade social e sua conseqüente superação. Aparentemente contraditório, mas que passou a servir de suporte teórico para muitas das ações da Igreja. Uma dessas ações foi chamada de Pastoral Social, na qual a CPT se insere.

Com o envolvimento de lideranças da Igreja, leigos, padres e religiosos/as no trabalho social surgiu a necessidade de formar pastorais relacionadas com os vários aspectos da problemática social brasileira. Em 1973, por exemplo, foi criado o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) devido às necessidades pastorais junto aos indígenas, como a demarcação de suas terras e os entraves com as invasões por parte de fazendeiros e garimpeiros.

A problemática agrária passa a ser uma das preocupações da Igreja, principalmente a partir do momento que setores mais progressistas vinculados a Teologia da Libertação assumem uma posição mais crítica em relação ao Estado e passou a pressionar o governo para que cumprisse o Estatuto da Terra³⁷. Assim, em 1975 foi formada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) responsável pela atuação da Igreja junto aos trabalhadores sem terra, posseiros, boias frias, pequenos agricultores. Portanto, é dela, o primeiro trabalho de conscientização junto aos sem-terra fortalecendo a perspectiva do engajamento político-social na luta por direitos³⁸

Nesse sentido, reafirmamos que o MST nasce como resultado de um amplo processo de conscientização, organizado principalmente pelos setores progressistas da Igreja, de agitação política e das lutas por reivindicações econômicas como a terra, o crédito, num determinado período da história da luta de classes no Brasil, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 do século passado.

Para João Pedro Stédile, um dos dirigentes fundadores do MST e que no início dos anos 80 também militava na CPT, ela foi a “aplicação da Teologia da Libertação na prática, [...] concorrendo como um dos fatores da gênese do MST: o caráter ideológico do trabalho da

36 Para esta parte ver o apêndice da obra do historiador inglês Christopher Hill, *A Bíblia Inglesa e as Revoluções do Século XVII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

37 O Estatuto da Terra é a forma como legalmente se encontra disciplinado o uso, ocupação e relações fundiárias no Brasil. Conforme o Estatuto da Terra, criado em 1964, o Estado tem a obrigação de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. No entanto, esse estatuto não é posto em prática, visto que várias famílias camponesas são expulsas do campo, tendo suas propriedades adquiridas por grandes latifundiários. (Fonte: Wikipédia)

38 Ver publicação “Os Pobres Possuirão a Terra”, Editora Paulinas, São Paulo. A obra, relembra a contribuição que as Igrejas há muito têm dado à reforma agrária e chama atenção para a nova consciência ecológica que deve presidir toda a política no que diz respeito à terra e aos recursos naturais. Faz também, uma análise da “situação do campo hoje”. A realidade agrária e agrícola é sobreposta pelos interesses do agronegócio.

CPT.” (FERNANDES; STÉDILE, 2012, p.22).

3.2 Formação dos que iniciaram a luta dos sem terra

Na década de 1980, o modelo de desenvolvimento urbano-industrial, iniciado na década de 1930, passava por um esgotamento e, ao mesmo tempo, as lutas populares e sindicais (principalmente nos grandes centros urbanos) exigiam o fim do regime militar e liberdades democráticas. Surgiram sindicatos, centrais sindicais, partidos e organizações de trabalhadores na perspectiva da retomada de democracia, dentro da campanha pelas "Diretas Já" (1984), a melhor expressão da capacidade de mobilização popular³⁹, daquele período.

No meio rural, o governo militar tinha imposto uma política de modernização da agricultura para atender a demanda urbano-industrial e o mercado externo sem fazer reformas na estrutura fundiária. Isso aprofundou a exclusão social, aumentando o êxodo rural, as desigualdades tecnológicas e provocando profundas transformações nas relações sociais no campo.

Nesse contexto, cresceram as lutas populares em defesa da Reforma Agrária pela reorganização sindical e contra o governo militar. Nesse clima de enorme agitação política e de expectativa de crescimento da participação da sociedade, o 1º Congresso Nacional do MST reuniu cerca de 1.000 delegados em 1985, com o desafio de colocar a Reforma Agrária na agenda do país e definir uma forma de luta contra os latifúndios.

Depois, na segunda metade da década de 1980, foi elaborado o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e promulgada a Constituição Federal (1988), que retrataram a efervescência política do período. Mesmo com a derrota eleitoral das candidaturas nascidas no seio das forças progressistas que lutaram contra a ditadura militar, a década terminou com a sociedade mobilizada.

A preocupação em formar lideranças, militantes e dirigentes sempre esteve presente na vida do MST, desde a sua criação. Já na origem estava a ideia de construir um movimento autônomo e independente política e ideologicamente. Autonomia entendida como a capacidade de pensar, tomar decisões e andar por conta própria, sem se isolar e descuidar das relações sociais, políticas e culturais que se estabelecem com outras forças e segmentos sociais. A formação política, testemunha Stédile, foi um dos aprendizados no diálogo com as

39 Nesse sentido ver: RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já - o grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003. Nessa obra o autor conta a história desta campanha cívica e das causas e consequências da derrota, em 1984, da emenda que restabelecia as eleições diretas para presidente do Brasil.

lideranças que tiveram experiências históricas de lutas.

As organizações que não investiram na formação de novas lideranças, de novos dirigentes tiveram enormes dificuldades para continuar existindo e muitas foram até derrotadas, sintetiza o dirigente do MST. Mas há outros fatores que serviram de lições para o Movimento como o fato de muitas destas organizações não se estabelecerem em todo o território nacional, mas ficaram circunscritas apenas a uma região. Assim foram facilmente cercadas e derrotas. Há ainda outros elementos como a não criação de personalidade jurídica, diminuindo assim as possibilidades de criminalização pela justiça do Estado burguês. “Para estas lições fomos incorporando um jeito novo de atuar na organização dos camponeses” assegura Stédile

Nunca terá futuro a organização social que não formar os seus próprios quadros. Ninguém de fora da organização vai formar os quadros para nós. Precisamos de quadros técnicos, políticos, organizadores, profissionais de todas as áreas. Isso também nos disseram, com muita insistência, os que nos precederam na luta. Fomos nos dando conta disso na prática. (FERNANDES; STÉDILE, 2012, p. 44).

É dessa compreensão que o próprio MST vai guiar-se pelo princípio do estudo. "Se tu não aprenderes, não basta a luta ser justa. Se tu não estudares, conseqüentemente nem tu e nem a organização irão longe" (FERNANDES; STÉDILE, 2012, p. 44). Mas era preciso que o Movimento ganhasse forma para que o conteúdo da formação política e do estudo se expressasse como uma necessidade vital. O primeiro passo está na ocupação como forma predominante de luta. "No processo de construção do MST, a ocupação é ponto de partida", sustenta o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (2000), cuja pesquisa resultou no livro “A Formação do MST no Brasil”, dando a marca identitária ao próprio Movimento.

A reflexão sobre as experiências de luta e enfrentamento gerou uma metodologia de luta popular. Desde a organização das famílias na construção do espaço de sociabilização política até a ocupação e a conquista da terra, cada um desses procedimentos foi aprendido na prática social da luta pela terra. Esse aprendizado apresentou rápida territorialização do MST pelas regiões brasileiras. (FERNANDES, 2000, p. 96).

A forma de luta principal foi o acampamento, organizado tanto na beira de rodovias quanto nas ocupações de latifúndios. Desenvolvia-se o trabalho de base⁴⁰ nas “delegacias” sindicais, comunidades de base, núcleos pastorais, fazendas, com o intuito de fazer as ocupações. Esse trabalho era preparado sobretudo pelos agentes de pastorais, padres, pastores, sindicalistas, de maneira que o próprio trabalho de base se incorpora como método formativo, de conscientização dos sem-terra. "Era preciso convencer os agricultores a enfrentar o medo de ocupar a terra" testemunha Irene Manfio uma das dirigentes do MST-RS que iniciou sua

40 Expressão geralmente empregada pela militância para chamar o processo de organização e articulação para reunir sem-terras, promover ocupações e organizar acampamentos.

militância na ocupação da fazenda Anonni no RS. Conforme ela, a Bíblia era um instrumento de encorajamento quando interpretada a luz da luta do "Povo de Deus" em busca da terra prometida.

Já nessa fase inicial do MST, de sua própria gestação, que o método formativo se expressa com toda a sua força. Ao passo que se organiza a luta pela terra, com os acampamentos como forma de luta principal, a formação é o próprio método organizativo. Ou seja, o que estava disperso, agora fica agregado nas comissões, nos núcleos, na necessidade de juntar forças para vencer o medo de enfrentar a repressão policial e os jagunços. Esse é o período em que o aparato da ditadura civil-militar não estava desmontado. A formação é o próprio encorajamento das famílias. Assim o agente de pastoral, a liderança sindical, o dirigente do MST se forjava nessa interação entre as necessidades da luta pela terra, organizando o povo, mas experimentando formas novas de luta e organização política. Esse era o próprio “que fazer” formativo.

Para esse tipo de luta, podemos dizer que as necessidades eram poucas, porque o desenvolvimento das tarefas localizadas, era realizado por militantes com experiência de conscientização, em outras organizações e entidades, principalmente, dos sindicatos e pastorais. Eram lideranças já preparadas e com capacidade para a organização de base, sobretudo, pela experiências das CEBs

Portanto, nesse início do Movimento - não tendo ainda experiências suficientes para inovar o caminho da formação política – repetia, implementava os métodos costumeiramente usados na Pastoral, para se fazer os cursos de formação política para os trabalhadores Sem Terra. Um dos métodos mais utilizados no trabalho de formação de lideranças foi o método "Ver, Julgar, Agir" idealizado pela Ação Católica (ACO), mas muito utilizado, por diversos grupos de conscientização tanto dentro como fora da Igreja Católica. Esse método foi o que fundamentou a formação dos que iniciaram a articulação dos sem-terra e nos processos iniciais de formação política do próprio MST. Seguindo os princípios da educação popular, o método permite que qualquer conteúdo de reunião, encontro formativo, seminário ou projeto de intervenção seja organizado de forma a garantir a construção de ações com base na reflexão diagnóstica, crítica e reflexiva da realidade. Os três passos foram assim sistematizados por Eva Teresinha dos Santos e Luciano França Ramos:

Ver: destaca a importância do olhar a realidade social e decodificá-la nos seus diferentes aspectos social, econômico, político, simbólico, eclesial, pessoal e pedagógico. Cumpre o papel de garantir que todo processo formativo parta da realidade local e da análise de conjuntura estimulando uma interpretação/reflexão crítica e diagnóstica dos problemas sociais e sua relação com a vida comunitária. Ao ser identificada uma situação-problema, parte-se para a contextualização da situação

ou análise dos fatos apresentados, procurando perceber suas causas e consequências. **Julgar:** refletir cada fato, os acontecimentos do cotidiano, os problemas que perpassam a vida pessoal e comunitária identificados no “Ver” apoiado em referenciais teóricos e práticos. Para tal, utilizam-se conhecimentos da reflexão teológica bem como de outras ciências, como a Filosofia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, a que se tem acesso. Entretanto, vale ressaltar que a principal fonte de reflexão se dá a partir da valorização do conhecimento popular, dos diferentes conhecimentos existentes na própria comunidade, com a noção de que “ todo mundo é doutor no seu trabalho” – o pedreiro detém um tipo de conhecimento, a cozinheira outro – e que estes também fazem parte da cultura. Este exercício de confronto, de troca de conhecimentos, colabora para que os agentes comunitários criem elos de sociabilidade, de diálogo, de reflexão dialética. O momento do “Julgar” dentro de um processo formativo cumpre com a função de ordenar o pensamento dos participantes e contribui para o rompimento de visões mitológicas, naturalizadoras (sempre foi assim), fatalizadoras (foi Deus quem quis assim) e fragmentadas das realidades que perpassam a vida em sociedade.

Agir: a ação se configura em atitudes e trabalhos que desnaturalizam a miséria, a violência, a falta de políticas públicas, que denunciam o próprio sistema, com suas estruturas socioeconômicas, políticas e ideológicas, e anunciam uma nova forma de se trabalhar, de “colocar a mão na massa”, não de maneira individualista, mas de forma conjunta. A ação é uma importante etapa do processo formativo. É o momento da decisão em que o processo formativo culmina na organização de ações solidárias – mutirões para construção de casas, ajuda a pessoas desabrigadas, colaborar na reforma de uma escola –, reivindicatórias – abaixo-assinados, manifestações públicas, fechamento de rodovias – e organizativas – fundar ou recuperar um órgão popular, como um sindicato, uma associação de moradores. (BROSE, 2008, p. 28).

O primeiro coordenador da formação do MST, Edgar Kolling, explica que esse era o método da Igreja que fundamentava e imprimia traços do próprio método formativo do MST.

O VER, era ver como funciona a sociedade. Quais as questões que o povo sente dos problemas da sociedade, da luta de classes, dos direitos humanos. Daí íamos para o JULGAR, que era inspirado na bíblia. Já sabíamos quais eram os textos bíblicos que nos ajudavam ao sentido do JULGAR. O povo lia e se reconhecia. O povo hebreu somos nós hoje. A história era muito parecida. O AGIR, respaldo pela conviência de Deus, passaríamos a ação. Deus estava do lado dos sem terra. Só o elemento do sagrado é que poderia ter tanta força para que as famílias aderissem a luta pela terra. Então com o método VER, JULGAR E AGIR. com os dois instrumentos (Bíblia e Estatuto da Terra) , com as campanhas da fraternidade, era o jeito de fazer a formação. (Entrevista com Edgar Kolling, 2016).

Tendo como referência fundamentalmente esse método formativo no período inicial do MST, a formação é compreendida basicamente como formação de lideranças. Tratava-se de preparar lideranças de comunidades, capazes de articular e realizar reuniões com os trabalhadores sem terra nas bases, no intuito de organizar o Movimento. O que se fazia, fundamentalmente, eram encontros de lideranças para debater temas que ajudassem no trabalho de base.

Ao mesmo tempo, trata-se de criar possibilidades de desenvolver uma conscientização dos trabalhadores interessados na luta pela terra. Daí, a estruturação de grupos de sem terra que se reuniam periodicamente para estudar e preparar as condições para a luta. Talvez esse seja o aprendizado pedagógico que se incorporaria como um dos métodos formativos do

MST. A formação não dissociada dos processos de luta e esta como essência dos processos formativos. Como veremos mais adiante, esse vínculo entre a teoria e a prática o MST passou a compreender por meio da categoria "práxis".

3.3 Terra para quem nela trabalha – 1985

O contexto histórico da sociedade brasileira, quando da realização do primeiro Congresso do MST, que reuniu 1500 delegados de 13 estados da federação, era de muita luta e mobilização.

No aspecto político a transição lenta para o regime de eleições diretas imporia uma das derrotas ao regime militar. A campanha pelas "Diretas Já"⁴¹ mobilizara a sociedade brasileira que exigia democracia e a participação no processos eleitorais com o fim do Regime Militar. Na verdade, havia um clima na sociedade brasileira, animada pelas greves e mobilizações que recolocava inúmeras bandeiras como a melhoria dos salários, educação, saúde, direitos humanos, reforma agrária, até então represadas pelos 20 anos de autoritarismo dos governos militares.

No campo a tensão e a pressão pela reforma agrária aumentavam com inúmeras ocupações massivas em várias regiões do país. Para tentar acalmar os ânimos, o Governo Sarney anuncia um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em maio de 1985, com a meta de assentar 1, 4 milhões de famílias. Ocorre que esse plano não se efetivou e, ao longo de cinco, anos apenas 90 mil famílias foram assentadas, correspondendo a apenas 6% da meta estipulada.

41 O movimento pelas "Diretas Já" foi um dos movimentos de maior participação popular na história do Brasil. Inicia no governo militar de João Batista Figueiredo no ano de 1983, e tinha como objetivo central as eleições diretas para o cargo de Presidente da República. A campanha ganhou a adesão das massas que foi as ruas pedir a volta das eleições diretas. Apesar de toda a mobilização popular a primeira eleição direta para presidente pós ditadura civil-militar seria apenas em 1989.

Figura 3 - Cartaz anunciando a realização do 1º Congresso do MST



Fonte: Arquivos do MST

De outra parte, a reação dos latifundiários não tardaria e também reforçam sua organização fundando, em 1985, a União Democrática Ruralista (UDR) que passaria a atuar fundamentalmente em três frentes: braço armado no campo patrocinando a violência e assassinatos de lideranças camponesas; a bancada ruralista no parlamento atuando de forma articulada, sobretudo, na Assembleia Constituinte⁴² e na grande mídia que reforça essa aliança com o grande latifúndio.

Do ponto de vista do modelo agrícola, a chamada Revolução Verde não resolveu o problema da produção de alimentos, ao contrário, modernizou os instrumentos agrícolas, as técnicas de produção, sem mexer na estrutura fundiária, priorizando a produção em grande escala de monocultivos para a exportação. Nesse modelo não cabe a agricultura de base camponesa.

Na questão econômica vivia-se um período de inflação alta, dívida externa exorbitante, e o desemprego explicitava a crise do sistema. As tentativas de diversos planos econômicos não respondiam a solução da crise econômica.

42 A Assembleia Constituinte foi instalada no Congresso Nacional, em Brasília, a 1º de fevereiro de 1987, com a finalidade de elaborar uma Constituição democrática para o Brasil, após 21 anos sob regime militar. No entanto a sua configuração política, o setor latifundista, eram apoiados pelo Poder Executivo e representavam segmentos conservadores da sociedade brasileira, os quais tiveram uma influência decisiva nos trabalhos da Constituinte.

“Terra para quem nela trabalha”, foi a palavra de ordem criada para o primeiro Congresso Nacional do MST, em 1985. Outras duas palavras de ordem também eram muito utilizadas como parte da agitação política e da própria estratégia da Organização: "Sem reforma agrária não há democracia" e "Ocupação é a única solução". Foram lemas que orientaram a estratégia de luta do Movimento daquele período. Significaram a determinação de lutar contra aqueles que tinham terra e não precisavam dela. O próprio governo de então assumia o discurso de se pautar pela democracia, mas os camponeses entendiam de que não haveria democracia no país se o acesso a terra não fosse democratizado. No entanto, as ocupações acabaram sendo a tática de luta mais acertada para exercer pressão política e, no mínimo, conseguir dialogar com o governo e a sociedade sobre o problema da questão fundiária, da questão da reforma agrária.

A título de ilustração, reproduzimos a capa do primeiro Caderno de Formação do MST (Figura 4) que trazia uma análise da política fundiária do governo. As botas do latifúndio e dos militares podiam ser interpretadas como uma metáfora da situação política e agrária do Brasil, naquele período

Figura 4 - Capa do primeiro Caderno de Formação do MST



Fonte: arquivos do MST.

Do ponto de vista da formação política na época, esta adquiriu características de agitação e propaganda, desenvolvidas não pelo “Setor de Formação”⁴³, mas por dirigentes

43 Os setores organizativos no MST (Produção, cooperação e meio ambiente; Saúde, Educação, Formação, Direitos Humanos; Comunicação, Cultura, Gênero, Frente de Massas) vão se consolidando no MST para dar concretude as linhas e decisões políticas tomadas pelas instâncias do Movimento. Assim, por exemplo, o papel do Setor de Formação é garantir que as atividades de formação política, seja através de cursos, seja

vindos de outros espaços de militância e que deram conteúdo aos direitos combatendo o medo de ocupar a terra.

O medo e as incertezas foram os desafios daquele momento. O Estatuto da Terra e a Bíblia foram os conteúdos lidos a partir do método do materialismo histórico dialético para que se entendesse como funcionava a sociedade, e como a economia política se fundamentava, ou seja, porque existiam pobres e ricos, porque a estrutura fundiária brasileira concentrara tanto a terra.

Os cursos de formação política eram coordenados e realizados por algumas escolas sindicais, em centros de formação alugados da igreja católica. Os recursos para isso vinham da solidariedade nacional e internacional.

A primeira iniciativa foi a estruturação da Escola Sindical Margarida Alves - ESMA (Região Sul); posteriormente, a Escola Sindical Eloy Ferreira (ES, MG, BA), depois, Escola Quilombo dos Palmares (Região Nordeste), Escola Padre Josimo (Região Norte). Estas iniciativas são implementadas junto com o movimento sindical que, neste momento, já conta com certo número de lideranças que necessitam de qualificação, para as tarefas de organização e mobilização. Realizavam-se os cursos organizados em 4 etapas, com conteúdos variados, geralmente, com a duração de uma semana, intercaladas durante o ano.

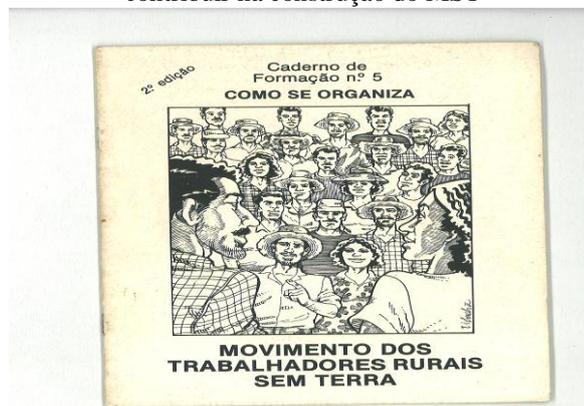
“Tínhamos uma certa experiência, muito primária ainda, de que não se podia fazer um movimento forte se não tivessem lideranças bem preparadas”, explica Edgar Kolling (entrevista em 2016) a época um dos dirigentes da formação, hoje um dos coordenadores nacionais do Setor de Educação do MST. Nesse período o Movimento e os sindicatos já apareciam com funções diferenciadas, inclusive nas táticas de luta, mas no objetivo e nas linhas políticas estavam muito ligadas. Era o tempo das chamadas “oposições sindicais”, e a experiência, sobretudo, da região Sul ensinava que os dirigentes sindicais também tinham a necessidade da formação política. No fundo, um dos objetivos com essas escolas era o de atender tanto às necessidades de expansão do MST no Nordeste, como contribuir na mudança das direções sindicais. Se, por um lado, procuravam estimular a projeção de lideranças para atuarem nas bases, também pretendiam formar lideranças estaduais para outras frentes como a CUT e o PT: *“era pra preparar os dirigentes pra fazer oposição aos sindicatos, que eram burocráticos, então, ao mesmo tempo que formávamos essas lideranças do movimento sindical, formávamos também as lideranças dos sem-terra”*, recorda Edgar para quem a

através dos processos de luta aconteçam, desde a formação de base, a formação de quadros. Cabe a este Setor planejar e garantir a execução destas diferentes atividades formativas que se dão no conjunto do Movimento. Na atualidade, como parte da política do próprio Movimento, todos os setores já realizam atividades formativas.

estruturação do Movimento sempre foi pensada junto com a tarefa da formação política. *"É difícil dissociar a construção do MST e de sua própria estratégia de formação política, de preparação de seus militantes e dirigentes"*, ressalta o dirigente do MST. Na mesma direção, Fátima Ribeiro, uma das jovens lideranças preparadas para o trabalho de organização do MST no Nordeste, lembra que:

A forma de luta principal era a ocupação de terra, no entanto, o conteúdo dessa ação era preparado nos coletivos de militantes e dirigentes que já despontam pelo trabalho de base. Portanto uma série de conteúdos e temas precisavam ser assimilados: como trabalhar com o povo, qual a metodologia de trabalho popular que respeitasse a cultura do povo, suas crenças, mas que também elevasse o nível de consciência dessa própria luta. Então, temas como a história da luta pela terra, história do Brasil, o tema de como fazer um discurso e convencer as massas, de como preparar uma boa reunião, eram temas que iam construindo o próprio programa de formação.

Figura 5 - No CF n. 5 de março de 1986 o tema central era dar elementos para que os militantes pudessem contribuir na construção do MST



Fonte: arquivos do MST.

As experiências das Escolas Sindicais durariam até o final da década de 1980. Porém esse processo de formação conjunta de lideranças foi se separando após as primeiras ocupações, quando “os sindicatos acharam que estavam sendo prejudicados por estar ‘perdendo’ a base”, mas também porque muitos não concordavam com a própria tática da ocupação.

Com o controle de muitos sindicatos já "tomados" pelas oposições, muitos sindicalistas já não sentiram mais a necessidade de formar lideranças. A estrutura sindical seria a porta-voz dos interesses da classe, portanto, não haveria mais necessidade de qualificar e formar lideranças. Havia também uma visão, de parte de muitos sindicatos de que a luta pela terra deveria ser municipalizada ou, no máximo, na região de influência do sindicato.

Os problemas políticos de direção que já iam aparecendo nos sindicatos, inclusive os de oposição, mas da crise mais geral do sindicalismo rural, atingiram as escolas sindicais. E o MST, apesar de participar, nunca teve um poder efetivo de condução das escolas, com uma exceção um pouco maior em relação à Escola Sindical Elói Ferreira (ESEF). Para Edgar,

Não fizemos uma avaliação mais profunda, do fechamento das escolas sindicais. Com a crise do Movimento Sindical, não só uma crise financeira, mas uma crise política, de rumo. Em 89/90 ficou nebuloso o caminho a seguir; daí um houve um processo de estranhamento com as escolas sindicais muito em função da própria opção política que se passaria a adotar; isto é, da própria estratégia que a esquerda, capitaneada pelo PT passou a adotar.

Nesse período o MST sente a necessidade de concentrar esforços na formação de sua base social bem como na formação de lideranças que pudessem contribuir na condução da luta pela terra e na estruturação do MST. Nesse ínterim surgem também problemas relacionados ao método e a concepção de formação, que vai apontando para o MST que deveria construir um caminho próprio. Assim, em 1986, o Movimento organiza uma publicação que vai se chamar, exatamente, “Construindo o Caminho”. Essa obra vai apresentar um resumo da história das lutas pela terra no Brasil; a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (como está organizado em nível estadual, nacional, princípios, papel do militante, assessor, e da secretaria); método de trabalho de base e organização popular; a importância do Jornal Sem Terra; além de temas como a segurança, como se faz uma análise de conjuntura; a questão da reforma agrária, organização dos assentamentos.

A obra foi prefaciada por Frei Beto. Ele escreve:

Na verdade, os Sem Terra querem chegar ao socialismo. Está dito e repetido aqui no livro. Como? Fortalecendo as organizações dos trabalhadores: os sindicatos combativos, a CUT, os partidos políticos que estão do lado dos pequenos. Socialismo, aqui, quer dizer acabar com a exploração de uma classe sobre outra e colocar os meios de produção (terras, fazendas, empresas agropecuárias, minas, indústrias, bancos) nas mãos da classe trabalhadora. (Frei Beto, in *Construindo o Caminho*, 1986, p. 7).

Já aparecia desde o seu início nas formulações do MST a luta por objetivos mais amplos como a luta pelo socialismo.

Olhava-se ao longe, mas se tinha claro que a estratégia inicial do MST era a sua espacialização em todo o território nacional. Foram essas as palavras, ditas por José de Souza Martins que marcaram João Pedro Stédile: "A luta pela terra no Brasil só terá futuro e somente se transformará em um agente político importante para mudar a sociedade, se conseguir um caráter nacional e se conseguir organizar os nordestinos" (FERNANDES; STÉDILE, 2012, p. 23). Portanto, é válido afirmar que a expansão do MST não esteve dissociada da expansão dos processos de formação política.

No terceiro Encontro Nacional do Movimento, realizado nos dias 19 a 23 de janeiro de 1987 no município de Piracicaba em São Paulo, a preocupação com a formação política foi tema de debate e de definições sobre a questão da formação. No Caderno de Formação de n.

12 (1987) estava bem expressa essa preocupação:

Só dirige, quem sabe. A formação, os cursos, o estudo, são maneiras para que cada companheiro tenha mais acesso ao conhecimento. Quem não sabe é como quem não vê. Todos os companheiros do movimento precisam estudar, se capacitar. A formação em nosso movimento é tão importante quanto a luta. Nosso objetivo é formar o maior número de trabalhadores, capacitando-os para serem dirigentes. Este ano vamos dar total prioridade ao trabalho de formação dos companheiros, de uma forma planejada e continuada.

No referido caderno constariam os diferentes níveis em que o Movimento deveria articular a formação política: para a base, militantes, direções e lideranças, recomendando que a escolha dos companheiros que iriam estudar deveriam observar critérios do tipo: ver se o militante já demonstrou compromisso com o povo, com a luta dos trabalhadores; levar em conta quem tem interesse em apreender mais e quem precisa saber mais.

Nesse terceiro encontro nacional lideranças sindicais e partidárias marcaram presença levando mensagem de apoio e da união campo e cidade para a luta dos trabalhadores. Estiveram lá: Lula, presidente nacional do PT; Avelino Ganzer, secretário geral da CUT nacional, além de outras lideranças sindicais e políticas.

3.4 Aprendendo a andar com as próprias pernas

Em nível nacional, o MST desenvolve cursos com a Coordenação Nacional⁴⁴, em suas reuniões periódicas e, em 1987 inicia uma turma de Monitores em nível nacional (militantes jovens), num curso que se prolonga por sete etapas em dois anos. O objetivo principal era formar dirigentes para organizarem o Movimento nos Estados, dentro dessa nova perspectiva de Movimento autônomo e independente, com novas características organizativas e de lutas. Esse curso, na verdade, foi o primeiro curso nacional que o MST criou, porque até então se fazia apenas os cursos de lideranças sindicais nas regiões, com lideranças pastorais para auxiliar nas ocupações de terra. O MST sente a necessidade, a partir das jovens lideranças, de qualificar suas práticas e ao mesmo tempo de expandir o MST para outras regiões, sobretudo, para o Nordeste (extremo sul da Bahia e norte do Espírito Santo)

O curso nacional de monitores, recorda Edgar, se inspira um pouco nas escolas sindicais que eram planejadas em 4 etapas com os temas geradores: como funciona a

⁴⁴ Inicialmente a Coordenação Nacional era a composição de dois representantes nos estados onde o MST estava organizado. Posteriormente a Coordenação Nacional ampliou a participação de 10 dirigentes por estados, além da representação dos setores organizativos em nível nacional. A função principal da Coordenação é encaminhar todas as resoluções aprovadas pelo Encontro Nacional e pelo Congresso Nacional, além de zelar pela aplicação dos princípios do Movimento e tomar todas as decisões políticas de caráter nacional; bem como ser responsável pela implementação das questões orgânicas nos estados e regionais (Normas Gerais do MST).

sociedade; economia política; teoria da organização e método de trabalho de base. “Então foi o primeiro curso do MST ‘puro sangue’, em que se ampliou as etapas em relação as escolas sindicais; incorporamos já o estudo de alguns processos revolucionários”. Para o então dirigente da formação,

Esses cursos jogaram um papel importante para projetar quadros com uma visão nacional do MST e ter um intercâmbio entre as pessoas, troca de experiências; em cada etapa se demandava militantes para ajudar a construir o MST nos estados, sobretudo, no Nordeste. Então as pessoas levavam um choque, mas se desafiavam. Tinha-se esse apelo da ideia missionária da Igreja. As pessoas topavam e depois se discutia com os estados a liberação. As pessoas topavam e iam desbravar e construir o MST.

Segundo Fátima Ribeiro, uma das jovens que frequentou o Curso de Monitores, o curso funcionava alternando tempos intensivos de estudos que eram feitos no Cajamar em São Paulo, com tarefas nas regiões. Eram etapas de uma semana quando se estudava determinados temas: economia política, filosofia, como funciona a sociedade, a organização dos trabalhadores e suas experiências no continente. Conforme Fátima, havia muita efervescência de lutas nos países vizinhos, sobretudo na América Central: El Salvador, Nicarágua. “Por conta dessas lutas havia uma mística muito grande e ânimo para a luta, porque percebíamos que havia muita gente lutando. O curso se chamava: Forças vermelhas, lutamos para vencer!”, lembra a dirigente (2016), que hoje atua no setor de formação pelo estado do Espírito Santo.

Nas etapas dos estudos, ao final de cada curso, tinha-se os encaminhamentos em que cada um devia organizar um grupo de jovens para estudar, tentar reproduzir esse debate na sua base, na sua região de atuação. Dirigir o MST era dirigir a própria formação. Para Fátima Ribeiro

O MST, desde o seu início se preocupa com a formação de base, com a formação de militantes para que deem conta das tarefas e desafios internos, como a Frente de Massas (FM), a produção, a formação política e a formação de seus quadros. Na formação de quadros o MST vai dialogar e estreitar relações com as experiências internacionais. Por exemplo em temas como a resistência, segurança de massa, fomos aprender com organizações que já tinham uma trajetória nesse sentido. O MST não cria esses temas, mas dialoga com as experiências já existentes, tentando responder as nossas demandas, resgatando a memória, as lições, os aprendizados (2016).

Por essa estratégia e método, explica ainda Fátima, *"cada dirigente tinha que ter a preocupação de formar muita gente. Tinha que ter um coletivo com quem dialogar, tinha que ter as massas com quem representar. Esse método fez com que o MST se territorializasse no Brasil inteiro e multiplicasse militantes"*. Do ponto de vista da formação, o MST dava passos importantes no sentido de preparar sua militância para organizar o Movimento, sobretudo, no Nordeste. Mais tarde o Setor de Formação vai sistematizar suas linhas políticas e uma delas é

a de que a formação não está desvinculada da própria estratégia da organização.

A formação deve contribuir na implementação das estratégias (caminhos) da organização, com a finalidade de avançar rumo a conquista dos objetivos imediatos e estratégicos. Ela deve voltar o olhar para frente, buscando vislumbrar soluções para os problemas e deficiências orgânicas evidentes em diferentes espaços e setores do MST. Deve possibilitar a análise e interpretação da realidade, das contradições, das mudanças que estão em curso e que afetam o conjunto do Movimento. (Linhas políticas da formação no MST, *in mimeo*).

É importante destacar que nesse período, além do curso nacional de monitores, o MST começa a aprofundar o debate acerca da cooperação agrícola. Para João Pedro, no período de 1986 a 1990, "o grande avanço que tivemos foi o desenvolvimento dessa teoria da cooperação agrícola, de compreendê-la como fundamental" (FERNANDES; STÉDILE, 2012, p. 103).

Ainda no tocante ao Curso Nacional de Monitores, reconhecido tanto por Fátima como por Edgar como o primeiro curso propriamente organizado pelo MST, o assento no estudo estava bastante focado na Teoria da Organização. Aprofundava-se tanto no aspecto da história da luta pela terra e do MST. Assim destaca Edgar (2016) *“a ideia do direito da questão agrária foi importante para instrumentalizar os monitores que quando iam para os estados tinham essa noção geral, da história da luta pela terra, do MST, do estatuto da Terra. E aqui um elemento é pertinente: utilizava-se a metodologia que cada um ia preparando a apresentação, como memória histórica dos lutadores”*.

No aspecto das lições que se poderia extrair dos diferentes processos de lutas que antecederam como foram as ULTABs, as Ligas Camponesas, o Master. Deles extraímos muitas lições e aprendizados, sintetiza Edgar.

1. Aliança campo e cidade - os camponeses não têm conquista se não fizer essa aliança. O campo é isolado na política. Se ficarmos só no campo não vamos longe.
2. Essa autonomia frente ao Estado, a política, aos partidos e frente as Igrejas, frente as Ongs
3. Só vai longe quem caminha com as próprias pernas, auto-sustento, autonomia.
4. A lição de que precisamos formar os nossos próprios militantes
5. Não é a forma de luta que diz se a organização está certa, todas as formas de luta são fundamentais.
6. Sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário.

Com a realização dos cursos, várias tarefas no campo da formação vão aparecendo e, aos poucos, começa a se constituir o Setor de Formação, cuja tarefa principal era justamente promover a formação política no MST.

O documento básico que se lança em 1991 é a primeira expressão organizada das linhas políticas da formação, da educação, da comunicação. Era um documento chamado "Documento Básico" que continha uma análise da conjuntura agrária daquele período; e depois as linhas gerais, a estratégia do MST e as linhas políticas e de ação dos setores que já

estavam organizados.

A partir de 1988 já se tinha claro que a formação era um processo permanente; que não é só curso; que a prática é tão importante quanto a teoria. Essa ideia de que o militante vem para o curso mas deve estar vinculado a tarefas, isto é, a força da tarefa como espaço de capacitação, qualificação, formação. Então, ali de 87/88 até 90/91 se formula a nossa concepção de formação e um pouco as linhas políticas da formação (Edgar, 2016).

3.5 A formação massiva

A consolidação dos assentamentos e com ele a organização do Setor de Produção, já demanda uma resposta do ponto de vista formativo mas, sobretudo, da organização da produção, da cooperação agrícola, da organização social dos assentamentos e de bandeiras de lutas que vão surgindo como a educação, a infraestrutura produtiva, moradia, etc. Assim o MST era desafiado a dar respostas ao conjunto de questões que apareciam nos assentamentos e que envolviam o conjunto das famílias que agora ali se estabeleciam: questões no âmbito da organização econômica e produtiva e questões no campo da organização política.

E para o MST, também surgem demandas específicas, diferenciadas do movimento sindical, tanto pelo crescimento do MST, como pela qualificação do inimigo. São exigidas do MST, respostas no campo da organização da produção nos assentamentos, da educação e funcionamento das Escolas nos assentamentos, da comunicação, agitação e propaganda, bem com dos métodos de direção.

A organização e mobilização iam ganhando novo conteúdo e não podiam mais ser feitas como no início do Movimento. Neste momento, também se expande o MST na região Nordeste, trazendo novos desafios, novas necessidades. Inicia-se a organização dos Setores (1988) de atividades no MST e, dentre eles, o Setor de Formação. Já existiam responsáveis, mas, articula-se enquanto coletivo que assume a tarefa de programar e desenvolver a formação interna no MST, em seus diferentes níveis: Base, Militantes, Dirigentes.

A contribuição pedagógica com esse processo coube a Clodomir de Moraes que organizava a formação massiva chamada de “laboratórios”. Como metodologia propunha reunir todas as pessoas do assentamento, com uma equipe previamente preparada discutia-se as questões de organização e os temas baseados nas necessidades. Promovia-se curso com até 300 famílias.

Outra experiência que vai consolidar a estratégia da formação massiva vai ser a Formação Integrada a Produção (FIPs) que trataremos logo abaixo.

No contexto que envolvia a luta política não há como não reconhecer, em 1989, o

clima político de entusiasmo que viveu a classe trabalhadora no Brasil, representado pela candidatura de Lula, que surge com reais chances de vitória eleitoral. O posicionamento político do MST foi registrado no Caderno de Formação de n. 16 sob o título de “Perspectivas Políticas no Brasil em 1989” de autoria de José Dirceu e Frei Betto:

O ano de 1989, talvez seja, nos últimos 20 anos, o mais importante para a luta revolucionária no Brasil. Como tal é preciso procurar nos acontecimentos, nos símbolos, a raiz do que está acontecendo no País. Não se está vivendo apenas um momento político. Está se começando a viver um novo período da luta de classes. Um novo período da luta política e social. (CF n. 16, 1989, p. 3).

Após fazer uma breve retrospectiva histórica dos últimos cem anos da luta da classe trabalhadora, dos avanços e recuos que houveram desde a luta do operariado vinculado ao anarco-sindicalismo, passando pelas experiências do PCB e do MST, no enfrentamento a UDR (então atuante naquele período), a análise apontava que estávamos diante de um momento novo na estratégia de “construir o projeto político da classe trabalhadora”:

As questões que se põem são: a tomada do poder, a mudança da ordem econômica e social, e o fazer uma revolução socialista. Fazer uma revolução política, tomando o poder para fazer uma revolução social. Iniciar uma transformação do regime de produção e principalmente, uma revolução cultural – que é a coletivização do saber, do conhecimento, do saber, do poder e da política (CF n. 16, 1989, p. 4)

Ante as questões da tomada do poder e da revolução socialista, o momento político apontava duas questões fundamentais a *correlação de forças* e o surgimento de *elementos subjetivos* capazes de construir esse projeto e transformar a realidade. No aspecto da correlação de forças a avaliação vinha de um balanço das eleições de 1988, quando o setor mais organizado da classe trabalhadora do campo e da cidade “começa a fazer política”, participando mais ativamente das passeatas, greves, manifestações, nos sindicatos, nas associações, no MST, no partido e isso “surpreendeu a burguesia” que achavam que esses setores não tinham interesse na política e que portanto votariam em branco ou nulo.

Nota-se que naquele contexto, o tema da corrupção na política era recorrente como estratégia de desmobilizar a participação popular:

A classe dominante [...] começa a desmoralizar a política. E diz ao povo que política é só corrupção, política não leva a nada. O que não quer dizer que não haja corrupção na política. [...] Corrupção faz parte da vida econômica capitalista, faz parte das relações de produção capitalista. No momento em que todos achavam que o povo tinha sido ganho para essa perspectiva burguesa, o povo votou à esquerda. (CF n. 16, 1989, p. 5)

Ainda quanto aos elementos da correlação de forças, objetivamente este se refere as desigualdades, a existência das classes sociais, a má distribuição da renda, a apropriação da riqueza pela classe que detêm os meios de produção e não pelos produtores de riqueza que são os trabalhadores.

Já os elementos subjetivos da mudança, conforme a análise que consta no referido caderno de formação, “são o PT, a CUT, os sindicatos classistas, o MST, os intelectuais orgânicos, os setores da pequena produção que começam a se organizar independente do programa de governo” (CF n. 16, 1989, p. 6). Isso tudo, prossegue o documento, apesar de toda propaganda anti-socialista e a educação alienadora que se viveu no Brasil nos últimos 50 anos.

As eleições, na avaliação que se tinha, eram o momento seguinte dos processos de luta social, eram a sequência quase natural na luta pelo governo e o poder, ainda que se reconhecesse que o “o poder não está em disputa no processo eleitoral e sim parcelas dele”. Sobre esse processo eleitoral já se tinha um balanço quantitativo e qualitativo do potencial para a disputa do “poder”. Em 1989, alcançávamos 80 milhões de eleitores. Destes “20 a 30 milhões são despolitizados, desorganizados. São presas fáceis do populismo de direita ou de esquerda. Sabe-se que 20 a 30 milhões podem votar na esquerda, e sabe-se que 25 milhões votam na direita ou no centro” (CF n. 16, 1989, p. 6).

O balanço político mais geral é de que havia em curso uma tomada de consciência de classe mais avançada, despertando na classe trabalhadora a busca de alternativas, não confiando mais na burguesia como tutora para resolver o problema de democracia, da distribuição de renda e riqueza, da solução para a dívida externa. É aqui que colaboram os elementos subjetivos para essa mudança: “a organização política, a organização sindical, o programa, o projeto, a proposta socialista, o movimento real que faz a luta de classes e seu embate” (CF n. 16, 1989, p. 6). Na verdade, a convicção era de que “o PT, ocupando o espaço no parlamento e no governo, construindo hegemonia política e cultural, coloca a questão do poder”. O otimismo de tal empreitada estava assentado na leitura de que a correlação de forças estava mudando, caracterizada, sobretudo, pela iniciativa política da classe trabalhadora. Já o outro lado da correlação apresenta problemas de estratégias, de definição, de montar caminhos para manter o poder. Por isso que o momento político permite ao “bloco democrático popular, aqueles que lutam pelo socialismo, podem constituir um campo majoritário na sociedade e tomar a iniciativa política” (CF n. 16, 1989, p. 7).

Diante desta conjuntura, digamos favorável, em que os aspectos objetivos e subjetivos se combinam, a tarefa estratégica fundamental, em 1989, para as principais forças de esquerda – CUT, PT, MST – era a disputa presidencial, mas, considerada como algo muito além de uma mera disputa eleitoral. Isso porque “o PT é um partido socialista, e aqueles que se reivindicam revolucionários socialistas não podem deixar as eleições caírem numa mera disputa eleitoral” (CF n. 16, 1989, p. 7).

Portanto, a leitura em 1989 era de que se iriam disputar dois projetos bastante distintos e antagônicos. “Ou se reafirma o capitalismo ou se começam a abrir as portas para o socialismo” (CF n. 16, 1989, p. 9) Na questão do campo a polarização estava colocada nesses termos “a luta entre o desenvolvimento capitalista na agricultura e a perspectiva de uma reforma agrária socialista” (CF n. 16, 1989, p. 9). Enfim, era preciso criar um movimento social, sob a liderança do PT, que fosse criando a base social na classe trabalhadora para o socialismo no Brasil. Mas o PT, que administrava 36 cidades no Brasil, já tinha dificuldades de articular sua política com as administrações municipais para inverter prioridades, acabar com o clientelismo político, com os privilégios de grupos. A defesa e a aposta era de que as administrações municipais⁴⁵, com a participação popular fossem “

Uma revolução político-cultural, com a participação dos trabalhadores no governo e o rompimento dos privilégios que as empreiteiras, as empresas de ônibus, os especuladores de terra e os fornecedores tem sobre a prefeitura [...] É trabalhar para mostrar na prática, a classe trabalhadora que o socialismo é possível” (CF n. 16, 1989, p. 11).

Na análise aparece ainda a necessidade de se assumir mais uma tarefa, além das eleições, da luta social, das administrações populares, a construção orgânica do PT. Dentro dessa tarefa três grandes desafios apareciam: melhorar a qualificação dos militantes, com tudo o que isso significa; melhorar a formação, o caráter da militância, da disciplina, da distribuição de tarefas, etc.; necessidade de dirigentes profissionais e capacitados em todos os níveis para atuar na direção do partido e em todas as lutas sociais e políticas. Sabe-se que a única tarefa que tomaria conta do partido nesse contexto seria a estruturação da campanha eleitoral de Lula. O PT fora catapultado para essa tarefa.

A mesma avaliação e convicção eram compartilhadas por Frei Beto na avaliação de que mesmo que Lula não fosse eleito, o simples fato de levar uma campanha presidencial a nível nacional, para todo o Brasil iria representar um avanço na consciência da classe trabalhadora nunca vista antes na história do país. Era preciso mobilizar as forças nesse sentido e continuar os processos de luta pois só a luta política mais ampla garantiria as conquistas.

Ou seja, isso é como a pasta de dente que sai do tubo, não tem volta! Não tem volta! Ou seja, isso assegura um avanço muito maior nos anos seguintes.[...] Vocês tem que continuar com essa luta de ocupação, essa luta de reforma agrária na marra, essa luta de afirmar o direito do trabalhador sem terra desse país, porque não tem terra, mas tem dignidade, tem coragem [...] Mas é muito importante conciliarmos a luta na prática, a luta do enfrentamento, a luta da dificuldade, a luta da resistência, com a grande luta política, porque a guerra se ganha na política. A guerra se ganha no

45 O PT governava em cidades importantes como São Paulo com Luiza Erundina, Porto Alegre com Olívio Dutra e Vitória com Vitor Buaiz.

processo político. (CF n. 16, 1989, p. 20).

De outra parte o contexto político vivido em 1989, no período pré-eleições presidenciais era a convicção de que se estava virando não só o século mas uma página da história do Brasil dando condições para se colocar a perspectiva da revolução socialista, mesmo sabendo que o capitalismo brasileiro continuaria se desenvolvendo e crescendo porque tem infraestrutura, tem poder, tem tecnologia, tem burguesia e tem direção política. Tem integração internacional, tem escudo da Europa, do Japão e dos EUA, apesar da crise que existe nos países capitalistas industrializados. Apesar dos discursos ideológicos que a burguesia brasileira faz advogando ser o socialismo inferior ao capitalismo, não se poderia aceitar isso.

Somos e seremos socialistas, pois o capitalismo não tem nada a oferecer ao povo brasileiro e latino-americano, a não ser a violência, a droga, o crime, a prostituição, a miséria que o povo brasileiro está submetido. A modernidade capitalista e as elites urbanas só deixaram migalhas ao povo brasileiro.[...] Não se pode respeitar esse discurso de que o socialismo é um regime totalitário, um regime de miséria, o regime do atraso. (CF n. 16, 1989, p. 14.)

Tal era a convicção e acerto na construção da estratégia. As tarefas de 1989 não eram apenas de organizar o MST, a CUT, o PT, de lutar por reivindicações econômicas e sociais, de levar adiante a candidatura de Lula, de fazer a greve geral, de fazer ocupações. “É preciso pensar na utopia, é preciso pensar no século XXI”. Essa convicção receberia um balde de água fria, tanto pela particularidade deste processo de consciência – a derrota eleitoral de Lula, como pela totalidade histórica desta perspectiva, com a queda do Muro de Berlim. Ambos os acontecimentos se juntam para mudar, como veremos mais adiante, a própria estratégia da esquerda brasileira até então capitaneada pelo combativo PT. Seria o fim da utopia? O da história já havia sido proclamado por Friedrich Hegel no século XVII e reformulado pelo filósofo norte-americano Francis Fukuyama⁴⁶.

O contexto histórico, a realidade mesma, provocava nas forças de esquerda, dentre elas o MST, a releitura dos fatos, já que parte dos referenciais mantidos pelo socialismo de Estado estava desmoronando. Era preciso ir adiante, não esmorecer, seguir lutando e preparando novos quadros.

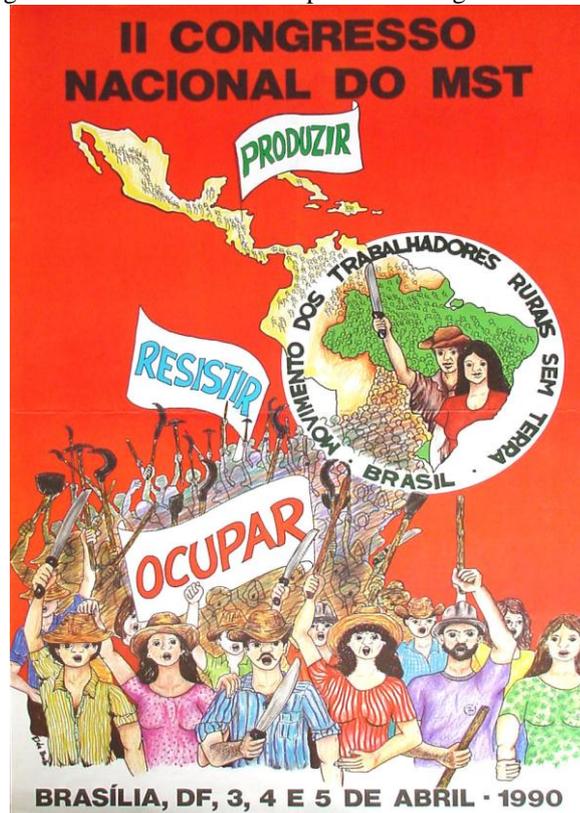
É nesse contexto, da necessidade de multiplicar pela base os processos formativos que

46 A tese deste filósofo surge logo após a queda do Muro de Berlim, defendendo de que os antagonismos haviam acabado no mundo e uma única potência – os EUA – era a estabilidade deste mundo. Era a vitória do Ocidente, do mundo capitalista, já que os movimentos reformistas e a cultura do consumo haviam tomado o mundo oriental sobretudo na União Soviética. A tese foi defendida em um artigo publicado com o título “O fim da História” em final de 1989 numa revista científica e posteriormente, reafirmado em 1992 na obra “O fim da história e o último homem”. A Editora Rocco em 92 publicou essa obra em português, 489 páginas.

o MST também se dá conta de que é preciso investir na formação política de novos quadros.

3.6 . Ocupar, resistir e produzir – 1990

Figura 6 - Cartaz convocando para o 2º Congresso do MST



Fonte: Arquivo do MST.

“Ocupar, resistir e produzir”, foi o pensamento, materializado em diretriz política por meio da palavra de ordem, que orientou o segundo Congresso Nacional do MST. Tratava-se, naquele momento, de legitimar a forma de luta, pois estava sendo combatida violentamente pelos latifundiários e pelo governo do então Presidente Collor de Melo. Foi um período de intensa repressão sobre os trabalhadores e o próprio Movimento.

A tática da “ocupação” era a forma de luta encontrada pelo MST diante da paralisia da reforma agrária para mostrar ao conjunto da sociedade e aos governos onde estavam os latifúndios e onde deveriam estar os sem terra produzindo naquelas áreas improdutivas. Por isso a palavra de ordem “ocupar”. “É uma forma de luta tão contundente, não deixa ninguém em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra. Não há, enfim, oportunidade para escamotear o problema social” (FERNANDES; STÉDILE, 2012, p. 115). Sabia o Movimento que a ocupação seria a sua própria essência e como tal a essência dos próprios processos formativos. Na verdade, a ocupação é a própria escola de

formação, pois projeta militantes, dirigentes, exige planejamento, divisão de tarefas, disciplina, análise do comportamento do inimigo, táticas de enfrenta-lo, análise da conjuntura, da estrutura fundiária. Enfim, sem a ocupação seria quase impensável os processos formativos.

Para a formação novamente coube o papel de preparar a militância para enfrentar o desafio de fazer ocupações massivas, através da resistência com dois sentidos: de grupos e de massas, para garantir a autodefesa. O aparato repressivo do Estado era usado em toda a sua extensão para combater os movimentos sociais. A repressão não era apenas pelo uso da força policial e mesmo das milícias armadas com a conivência do governo, mas também do judiciário que passa a criminalizar as ocupações e prender as principais lideranças do MST. Portanto, era preciso resistir a ofensiva que se propunha a destruir fisicamente a principal organização da luta pela terra no Brasil. Os processos formativos, como veremos, tinham que preparar a militância para resistir a essa ofensiva.

Mas era preciso produzir nas terras conquistadas. Os latifundiários propagandeavam que estas terras continuavam improdutivas. O governo Collor impunha uma política agrícola que tinha como objetivo fortalecer a produção agropecuária e expulsar grande massa de trabalhadores do campo, reduzindo os preços dos produtos agrícolas que teve como efeito imediato a inviabilidade da pequena agricultura. Portanto, a resposta que o MST assumia como parte da estratégia era a viabilidade dos assentamentos, organizando a produção, desenvolvendo a comercialização, a cooperação agrícola.

A formação teve que se empenhar para conscientizar sobre a cooperação, ajudar a formar grupos coletivos e garantir o avanço na produção através da organização do trabalho e da estruturação dos assentamentos através da criação de cooperativas.

O crescimento do Movimento, tanto em termos de mobilização quanto em assentamentos, criou também a necessidade de massificar a formação.

Uma primeira tentativa foi o curso no acampamento de Prudentópolis, no Paraná. Posteriormente, vieram os Laboratórios Organizacionais de Centro (1988) e de Laboratórios Organizacionais de Campo (1989). Estas atividades mostraram a possibilidade de realização da formação com muita gente, de forma massiva (participavam todo o assentamento no caso dos de campo), mas também, a prática demonstrou a necessidade de realizarem-se as adaptações necessárias, tanto do ponto de vista organizativo, quanto do ponto de vista metodológico e político.

A região Nordeste passou a implementar o que chamou de mini-laboratórios, usando a mesma metodologia, mas com menos estrutura. E, em seguida se implementou uma

metodologia chamada de Formação Integrada à Produção (FIPs)⁴⁷, que correspondia em articular o trabalho na lavoura com o estudo, buscando a participação de todos os assentados no processo de formação.

Lideranças de outros assentamentos próximos se alojavam nas casas das famílias no local, e recompensavam as despesas de alimentação com a meia jornada de trabalho. Assim os cursos foram se prolongando chegando a durar até 30 dias e depois, cursos prolongados regionais com duração de 6 a 9 meses.

O objetivo principal dos Laboratórios, mini-laboratórios e também os FIPs, era acelerar a formação da consciência organizativa dos camponeses, superando os vícios provenientes das formas artesanais de trabalho. Por isso, era importante o processo organizativo do curso e também o tempo de duração, um pouco maior.

Com a realização desses cursos nas próprias áreas, descobriu-se rapidamente que o lugar social é também o lugar da solução do problema social. Os acampamentos e os assentamentos passaram a ser o espaço da reflexão e da produção de novos conteúdos. Ali era possível refletir com maior segurança e liberdade.

Os cursos de formação se davam agora integrados com a vida e com a produção. Ao invés de se transportar os militantes para centros de formação, passou-se a transportar os professores que contribuía com a reflexão política. Houve uma mudança das perspectivas do estudo: passou-se a ter o problema como ponto de partida para o conteúdo do estudo, e não as ideias anteriormente elaboradas por outras práticas em cenários diferentes.

Cabe destacar, entretanto, que estes métodos de formação não eliminaram os demais. Continuou-se tendo cursos nacionais com lideranças e militantes de base. Mas houve um avanço significativo na quantidade de pessoas formadas através da facilitação do método de formação, vinculado ao lugar social, aos processos produtivos, sustenta Adelar Pizetta, membro do Setor Nacional de Formação.

Organizaram-se os setores com maior consistência e os temas de cada área, e levaram ao envolvimento de todos e todas na capacitação.

A experiência das Fips não duraria muito tempo. Existiram efetivamente durante dois anos e sob a influência de Clodomir de Moraes, o mesmo dirigente que contribuía com a formação política e a organização das Ligas Camponesas. Entretanto, na avaliação de Pizetta,

47 Formação Integrada à Produção (FIP), explica Adelar Pizetta, um dos dirigentes nacionais do Setor de Formação, é uma experiência de formação massiva, realizada nos próprios assentamentos no início dos anos noventa. Buscou articular, de maneira intencional, várias dimensões da formação e organização na base do MST. Fundamentalmente, possibilitou a vinculação entre o Trabalho e o Estudo e a permanência dos formadores e dirigentes por mais tempo junto à base nos assentamentos.

essa dinâmica (metodologia) de formação não foi superada. Evidentemente que outras iniciativas surgiram e aos poucos o MST foi abandonando a FIP, inclusive, acarretando o afastamento de muitos assentamentos à organicidade do MST. Essa constatação e realidade influenciaram reflexões e práticas que retomam, praticamente uma década depois, uma proposta de formação e organização da base por intermédio do Programa Nacional de Formação e a Organicidade do MST (ver anexo 1).

3.7 Uma escola de autonomia: a formação militante

As avaliações que vinham se fazendo internamente no MST conduziram à formulação da proposta de implementação das Escolas Nacionais do Movimento, fundamentada na compressão da “autonomia”, do “andar com os próprios pés” e, portanto, preparar seus próprios militantes, dirigentes e quadros. Uma escola para atender à qualificação de quadros técnicos para a produção (Escola Josué de Castro – ITERRA), e uma Escola Nacional, para formação política dos militantes.

Sobre essa experiência, do Curso Básico da Escola Nacional, entrevistamos a primeira coordenadora pedagógica desta iniciativa de formação, a dirigente Izabel Green, que revelara não ter experiência nenhuma nesse tipo de tarefa, mas que aceitara o desafio proposto pelo Movimento. Izabel coordenou as primeiras cinco turmas do Curso Básico da Escola Nacional de formação de militantes, cuja primeira turma teve início no ano de 1990, no município de Caçador, em Santa Catarina. As primeiras turmas eram basicamente compostas por dirigentes nacionais do MST, dos diferentes espaços, frentes e setores do Movimento. Todos os militantes que participaram destes cursos tinham tarefas concretas na base.

Num segundo momento participavam dos cursos as direções estaduais que também estavam inseridas nas tarefas de organizar o consolidar o MST. De um dos cursos, por exemplo, praticamente toda a direção do MST do Paraná participou, representando os diferentes setores organizativos do Movimento.

O curso tinha vínculo metodológico com as FIPs . Izabel ressalta que, no entanto, nos básicos se tinha uma carga maior do tempo de estudo teórico do que trabalho prático que estava muito mais voltado à manutenção do espaço físico. O trabalho prático era feito na horta, na lavoura, nas reformas da estrutura do prédio que tinha que ser feita para criar as condições de estudo. A turma se auto organizava, tanto é que não tinha CPP. Izabel conta que fazia as tarefas de dirigente pedagógica, professora, administradora, compras, motorista; contava apenas com um casal para auxiliar na cozinha.

Depois das escolas sindicais, como foi a Escola Sindical Margarida Alves, o Curso Básico, foi o primeiro que o MST criou, recorda Izabel, enfatizando que se tinha muitos limites na compreensão dos temas, da metodologia, do que primeiro tinha que ser estudado.

A necessidade obrigava a gente a conduzir o curso, a encontrar as respostas. Não tinha a pergunta se se sabia ou não, era preciso fazer. Então a convicção era de que tinha que se fazer, organizar a formação, os cursos básicos. Tínhamos a convicção de que para fazer as mudanças era preciso o estudo. O povo tinha que estudar. Uma coisa era a formação escolar, outra coisa era a formação política. A formação escolar dá os fundamentos da ciência, do estudo, da produção da teoria, já a formação política vincula os fundamentos da ciência com a luta política, com a teoria revolucionária que transforma a realidade social e política. (2016)

Tinha-se clareza de que se deveria aprofundar na filosofia do materialismo histórico dialético. Então o MST começa a se dar conta que a luta pela terra mexia não apenas com a estrutura fundiária arcaica, mas com a essência do capitalismo, que é a propriedade privada, conta Izabel, e acrescenta, “a direção precisava entender os fundamentos da sociedade capitalista e por isso tinha que entender do materialismo histórico dialético a partir dos clássicos”.

Izabel lembra que os militantes absorviam dos manuais, de modo mecânico, o conceito de dialética, os princípios fundamentais da dialética, as leis da dialética. Para a dirigente do MST: “esse era o limite da formação daquele processo. Não se tinha a compreensão que se tem hoje ao se apropriar destes conceitos sem dogmatizar, mas ajudar a entender a realidade atual, suas contradições, isto é, não é o pensador que é dialético, mas a própria realidade que assim se apresenta. Então tínhamos limites no método de formação porque partia dos manuais, quiçá influência do Partidão”.

O curso básico também carregava a metodologia dos laboratórios organizacionais de campo. Os militantes tinham que ajudar a resolver os problemas que apareciam. Os militantes tinham que se capacitar para ajudar a resolver os problemas que surgiam durante o curso, como, por exemplo, a questão da alimentação. Então, somente a teoria não daria conta de qualificar os militantes, mas buscar encontrar soluções coletivamente para os problemas que iam aparecendo. “É pela prática que também se compreende a teoria, não apenas com os estudos teóricos”, ensina Izabel.

As temáticas fundamentais para o estudo destes militantes giravam em torno da história, como funciona a sociedade, trabalho de base, história da organização, teoria da organização, economia política, filosofia. Como o período era de repressão ao MST e as suas lideranças, parte do programa de estudo era composta por treinamentos de defesa de massa, autodefesa, segurança. Izabel recorda que isso era vivido na própria cidade de Caçador no estado de Santa Catarina onde os cursos aconteciam: “os militantes não podiam ir até a cidade

de Caçador que eram perseguidos, inquiridos e até presos. Em uma das turmas, a polícia entrou no ônibus e levou todo o material que os militantes haviam estudado no período do curso. A repressão era muito forte”. Isso ocorria, relata a dirigente, até mesmo quando os militantes frequentavam um bar: “Um dia alguns militantes ‘escapara’ do curso e foram para a cidade tomar uma pinga. Pois a polícia prendeu todo mundo, sem motivo nenhum. Tivemos que ir lá e provar que os militantes não estavam cometendo nenhum delito por frequentar o bar. Na verdade, nesse período de repressão, em todo lugar era tenso, não podíamos nos identificar como MST”.

Esse contexto também incidia sobre a formação. “Tínhamos que tratar do ponto de vista da formação, os cuidados com a militância, a questão da segurança, dos segredos, dos bens coletivos, etc.” afirma Izabel. Nesse tempo, várias secretarias estaduais foram vasculhadas na tentativa de buscar provas que criminalizassem o Movimento. Na própria Escola, recorda-se Izabel, havia uma investigação da polícia através de agentes disfarçados para investigar o que se fazia na Escola. Então, a conjuntura era de fato de muita repressão, lembra a coordenadora pedagógica.

Portanto, o início do Curso Básico da Escola Nacional se deu nesse contexto e cujo objetivo era formar os dirigentes do MST, para dar respostas à luta pela terra que se acirrava. Por sua vez, os militantes destacados para o curso tinham uma grande responsabilidade em contribuir com o MST, com a construção do Movimento, muito embora, *“aflorassem no curso as contradições internas de métodos que havia nos estados, problemas que existiam, militantes que viviam contradições particulares e também aquelas provocadas pela luta de classe. Isso tudo era trabalhado no curso, visando preparar e elevar o nível de consciência dos militantes”*, avalia a dirigente.

Criou-se uma espécie de mística em torno do curso. Todo militante que se destacava nas tarefas e atividades do Movimento almejavam fazer a Escola Nacional que “era como que uma espécie de batismo no MST”. Se o militante quisesse fazer outro curso, teria que fazer primeiro a Escola Nacional, isto é, ter feito o básico, para depois fazer cursos com conteúdos mais exigentes. O Básico, do ponto de vista da formação “é que nos daria os fundamentos do marxismo para poder ter firmeza e questionar, dialogar com a realidade e com outras formas de ver o mundo”, sintetiza Isabel, recordando que muitos militantes entraram em crise. Pois vinham de um processo de formação cujo pressuposto era a concepção religiosa do mundo: “Agora vocês vem me dizer que o mundo é matéria. Não precisava dizer que Deus não existia, bastava dizer que o mundo é um dado material e pronto. Algumas pessoas desparafusaram. Tivemos que parafusar de novo.”

Izabel acredita, avaliando alguns processos atuais de formação:

Hoje temos uma teoria na cabeça que não consegue dar respostas aos problemas do povo. Não consegue entender e fazer o trabalho de base. Trabalho de base não é ir fazer uma reunião, é problematizar as questões que o povo precisa resolver; que ele encontre as saídas, que ele resolva os seus problemas; que ele acredite que ele é capaz de resolver os seus problemas de forma coletiva e organizada.

Ao mesmo tempo em que você precisa se apropriar da teoria, precisa ir junto com o povo resolvendo os seus problemas práticos do dia a dia, desde a organização da produção, do trabalho prático, a organização política, a relações pessoais, ensina a dirigente do MST, para quem hoje

Precisamos continuar a formação marxista, e de forma muito forte. Continuar com os estudos da dialética porque o nosso pessoal que está indo para as universidades está tendo uma formação pós-moderna. Isso é quase uma realidade unânime, e os militantes não têm elementos para se contrapor a essa formação pós-moderna. Porque está indo sem o curso básico da Escola Nacional. Muitos chegaram no acampamento e alguns meses depois já estão em cursos superiores, mas sem nenhuma base teórica de estudos para enfrentar esses espaços de formação.

Izabel defende o estudo do materialismo histórico dialético como conteúdo da formação para não perder a juventude para a pós-modernidade. “O pós-moderno é tão sofisticado que faz você pensar que é marxista. Ele coloca de tal forma as questões que às vezes você pensa que está sendo o sujeito mais comprometido com as mudanças sociais, mas no fundo está reforçando a estratégia do opressor”, avalia. Conforme ela, as universidades não vão preparar nossos militantes. “Ela vai dar apenas as ferramentas para melhorar a nossa atuação técnica nas diferentes áreas que hoje são exigidas em nossa organização. Mas não vai dar essa formação política de que nós precisamos.”

O Curso Básico da Escola Nacional converte-se então no principal curso de formação de militantes do MST. Desde 1990, quando inicia, até o ano 2000 ele foi realizado no centro de formação em Caçador. Em alguns anos foram realizadas até duas turmas, sempre numa média de 80 a 100 militantes por turma. Houve turmas com 130 militantes. A partir de 2001 torna-se um curso itinerante, percorrendo o país com o objetivo de valorizar a diversidade que somos e formar militantes com uma compreensão do Movimento Nacional com as suas diferenças, criando assim as possibilidades de melhor qualidade da imaginação e criação da militância. Já a partir de 2006 ele passa a ser regionalizado. Cada uma das cinco grandes regiões organizativas do MST preparara e organiza o seu Curso Básico, cumprindo o mesmo programa nacional e incorporando especificidades regionais. A avaliação basicamente era de que o curso ampliaria o número de participantes e também reduziria custos financeiros, sobretudo, com os deslocamentos, sem incorrer em prejuízo nos processos formativos.

Com a inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes, em 2005, ela passaria a

centralizar cursos de caráter mais nacional e com temas mais aprofundados para militantes que já teriam realizado os cursos básicos nas regionais.

Com a ampliação do número de militantes⁴⁸, a consolidação do MST, sobretudo, nos estados do Nordeste, a estruturação dos setores ampliando inclusive o número de militantes em tarefas nacionais e a necessidade de resistir ante a ofensiva dos inimigos da reforma agrária, o Movimento entra num período de se consolidar enquanto organização, fortalecendo sua organicidade interna e avançando também no campo da produção. É pois, nesse contexto, que o MST leva a luta pela terra para as cidades por meio das jornadas nacionais de luta denunciando a violência do estado e realizando manifestações e mobilizações conjuntas com outras categorias de trabalhadores. É esse contexto que vai delineando a estratégia do Movimento para o próximo período, expressa no lema de seu terceiro Congresso realizado em 1995, que por sua vez colocará novas exigências ao processo de formação.

3.8 Reforma Agrária, uma luta de todos – 1995

Figura 7 - Pannel alusivo ao 3º Congresso do MST



Fonte: Arquivos do MST.

48 Nas primeiras quatro turmas do curso básico passaram em torno de 120 militantes por turma em processos de formação política. A partir de 1994 chegou-se a realizar até duas turmas por ano. A grande maioria desses militantes, depois do curso básico, passava a integrar as instâncias das direções estaduais, dos setores e tarefas que o Movimento ia propondo, como por exemplo, contribuir com a consolidação do MST em outros estados.

No contexto político mais geral, em 1994 é eleito Fernando Henrique Cardoso, o presidente de confiança da burguesia para retomar o projeto neoliberal iniciado ainda no governo Collor de Melo. Um projeto que buscou ampliar a acumulação de capital, através de uma, ainda maior, subordinação da economia brasileira ao capital internacional, sobretudo, ao capital financeiro. A tônica era: privatização de empresas estatais, a desnacionalização da economia e o incentivo ao consumismo de produtos importados como condição de estarmos entre o grupo de países desenvolvidos. Isso foi trabalhado no imaginário da população como sinônimo de modernização.

De outra parte, esse novo modelo econômico exigia liberdade total para o funcionamento do capital estrangeiro e financeiro. Sem ingerência do Estado e sem nenhum controle da sociedade ou regras que o impedisse de acumular. Por isso, chamou-se de “neoliberalismo”, ou seja, nova liberdade ao capital.

Tabela 1 - A luta e a conquista da terra no Brasil

	Ocupações de terra	Famílias em ocupações	Assenamentos criados	Famílias assentadas	Área dos assentamentos (ha)
1979-1987	-	-	436	105.778	7.247.245
1988	71	10.491	123	28.251	2.053.290
1989	86	20.350	115	12.136	696.200
1990	50	7.314	31	3.620	158.755
1991	85	14.990	87	15.464	774.640
1992	93	17.838	167	22.251	1.262.894
1993	116	19.442	74	5.513	196.473
1994	163	23.016	42	10.346	503.141
1995	186	42.746	409	63.622	2.957.220
1996	458	78.263	505	64.964	3.912.346
1997	513	69.453	710	92.296	3.645.960
1998	828	111.396	757	79.481	3.039.558
1999	897	118.620	599	51.379	2.215.473
2000	528	83.790	426	38.463	2.182.712
2001	283	45.537	475	35.606	1.833.080
2002	273	40.966	417	31.857	2.584.210
2003	555	92.883	327	29.553	5.290.618
2004	702	118.225	498	44.548	5.371.812
2005	569	73.283	1.056	124.040	14.523.107
2006	553	58.717	412	53.878	4.104.033
TOTAL	7.009	1.047.320	7.666	913.046	64.552.767
Dados: DATALUTA					
Org.: Eduardo Paulon Girardi					

A crise e desestruturação dos países socialistas do leste europeu apontavam as transformações em curso no cenário internacional com uma hegemonia estadunidense que se consolidava como centro do poder planetário. Esse cenário influenciaria as lutas populares em todo o mundo e também no Brasil. No início da década de 1990 era visível o descenso das lutas populares e sindicais no Brasil.

Na agricultura o projeto neoliberal de FHC estabelecia um “novo mundo rural”. A

meta era expulsar milhões de camponeses⁴⁹ do campo para a cidade, tendo como objetivo estabelecer apenas 6% a 8% da população no campo, seguindo o modelo norte americano. Portanto, mesmo com o esgotamento do modelo agrícola, no campo aprofundou-se o processo de desenvolvimento capitalista e de modernização na agricultura, baseado, principalmente, no aumento da exploração dos trabalhadores. Os trabalhadores aumentaram a produção de riqueza, de bens e de produtos no campo. Mas ficaram com uma parte cada vez menor do resultado de seu trabalho. Isso se pode medir pelo valor dos salários, pelo preço recebido pelo produtor familiar e pela concentração de renda havida no campo. Isso levou, conforme estudos já referidos do economista Guilherme Dias, ao desaparecimento de milhares de unidades produtivas de origem camponesa e a ampliação do trabalho assalariado no campo.

No primeiro mandato de FHC, visando “responder” as demandas na área de reforma agrária, o governo tucano estruturou um modelo denominado de Novo Mundo Rural. Na verdade essa era uma política orientada pelo Banco Mundial. Este modelo significou uma série de políticas direcionadas ao desenvolvimento do capital e do mercado, através da criação do Banco da Terra. No entendimento das lideranças do MST essa na verdade era a reforma agrária de mercado. Se o sem terra quisesse terra bastava cadastrar-se junto aos correios que teria seu nome reconhecido como um possível beneficiário da reforma agrária. A política do Novo Mundo Rural era na verdade não mexer no latifúndio descaracterizando, inclusive, o conceito de reforma agrária enquanto luta social, esvaziar os acampamentos e as mobilizações. Mesmo com grandes investimentos em propaganda, essa política fracassou, pois os trabalhadores endividaram-se e foram obrigados a vender a terra que haviam comprado.

Com o objetivo de inibir as ações dos movimentos sociais no que diz respeito, principalmente, às ocupações, FHC edita uma série de medidas provisórias⁵⁰ na tentativa de criminalizar a reforma agrária. Aliás, as políticas de criminalização dos movimentos sociais foram uma marca deste governo. É nesse contexto que podemos entender o massacre de Eldorado dos Carajás⁵¹ e de Corumbiara⁵². A violência continuava sendo o método do

49 Estudos do economista Guilherme Dias apontava que 900 mil pequenas propriedades, com menos de cem hectares foram à falência. Das 700 mil propriedades do setor patronal, apenas 88 mil estão se viabilizando. Dos 4 milhões de agricultores familiares, apenas 700 mil terão viabilidade. Há um empobrecimento generalizado e na média, nenhuma propriedade até 50 hectares consegue ter uma renda mensal superior a um salário mínimo. Dois milhões de assalariados rurais perderam seu trabalho.

50 “Uma delas, a medida provisória nº 2183, de 2001, determinou que imóvel que for objeto de invasão motivada por conflito agrário ou fundiário não será vistoriado, avaliado ou desapropriado para fins de reforma agrária nos dois anos seguintes ou o dobro desse prazo em caso de reincidência. A portaria nº 101, de 2001, do MDA, exclui do programa de reforma agrária do governo federal as pessoas que forem identificadas como participantes diretos ou indiretos de invasões [...]”. (BRASIL, 2002, p. 19).

51 Ver aqui de Eric Nepomuceno, O Massacre de Eldorado de Carajás

governo tratar a questão da reforma agrária no país. A análise do Movimento era de que “a decisão do governo, sustentada pelos latifundiários, a grande mídia, o judiciário era a destruição física, moral, econômica, política” do MST.

“Reforma agrária uma luta de todos”, foi a palavra de ordem do terceiro congresso nacional do MST. A interpretação daquele momento político era de que a implantação do modelo econômico neoliberal destruiria também a pequena agricultura e por isto a luta pela reforma agrária significava lutar também contra o modelo. Por isso tinha que ser uma luta de todos, isto é, levar a luta para as cidades, buscar novas alianças, inclusive, como forma de evitar o isolamento político e social.

As atividades sociais, as marchas, doações de produtos, a solidariedade com outras categorias constituíram-se em espaço de formação da consciência. Conseguiu-se, neste período, elevar ao máximo a referência externa do MST. O grande marco é a Marcha Nacional de 1997.

Ademais das atividades de formação já mencionadas, o MST investe na formação de formadores, isto é, desenvolve cursos e atividades práticas para preparar formadores que desenvolvessem esse trabalho de formação e organicidade de base nos Estados.

Avança também, na discussão com as Universidades, para a realização de cursos superiores na área da Pedagogia, preparando professores para atuarem nas escolas de assentamentos. São turmas específicas de professores de escolas de assentamentos, que além da graduação, são formados dentro de uma perspectiva pedagógica que vinha sendo elaborada pelo próprio Movimento. Ampliam-se os cursos de nível médio, magistério.

Destaca-se também a parceria firmada com a UNICAMP, em julho de 1999, para a realização do I Curso sobre Realidade Brasileira para Jovens do meio Rural, com a participação de aproximadamente 1000 jovens de todo o país.⁵³

Neste período também se fortaleceram os laços de intercâmbio e solidariedade com os camponeses da América Latina e do mundo. Organizaram-se cursos de formação de militantes e outros, na área de formadores dos movimentos camponeses articulados na Via Campesina do Cone Sul.⁵⁴

Do ponto de vista dos desafios mais internos, o MST continuava priorizando a política de fortalecimento interno, promovendo esforços na elaboração do Programa Agrário, no

52 Sobre o Massacre de Corumbiara a pesquisa se deterá na leitura do Jornal Sem Terra e outras publicações do MST

53 Esse curso massivo para jovens do meio rural, teve 4 edições, sendo o último no ano de 2002. Em 2003, com a mudança de reitoria, o convênio foi cancelado devido a posição política da nova reitoria.

54 Para este ponto a pesquisa deverá buscar subsídios junto às publicações (Cartas, Boletins, Resoluções, etc) da Via Campesina

aperfeiçoamento dos métodos organizativos e nas formas de lutas, principalmente, na articulação com outros setores sociais do país e organizações camponesas da América Latina.

A estratégia principal deste período estava clara: levar o tema da reforma agrária para a opinião pública; articulando outros atores sociais para fazer avançar a luta da reforma agrária que deveria ser uma luta de todos.

No Terceiro Congresso um dos homenageados com o prêmio “Luta pela Terra” fora Lula. Durante a premiação discursara: “estou convencido que fazer a reforma agrária é uma questão de coragem política”. Anos mais tarde, já como Presidente da República, a coragem não imprimiu marcas na reforma agrária de Lula e sim o agronegócio.

Para exigir do governo Fernando Henrique Cardoso a punição aos culpados no massacre de Eldorado dos Carajás e exigir a celeridade da reforma agrária, o MST decide organizar uma Marcha Nacional, justamente para mobilizar e sensibilizar a sociedade para o tema da reforma agrária, do emprego e denunciar a impunidade dos mandantes do Massacre de Eldorado de Carajás, quando 19 sem terra foram assassinados no sul do Pará. Era necessário fazer frente ao governo de Fernando Henrique Cardoso, chamando para a urgência da reforma agrária já que estava praticamente paralisada em seu governo.

O MST decide organizar a marcha para Brasília a partir da formação e três colunas: a primeira com integrantes dos estados do Sul e São Paulo, partiu da capital paulista com 600 integrantes; outra coluna composta com militantes de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia, partindo de Governador Valadares em Minas Gerais com 400 militantes ; e uma terceira coluna com militantes de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Distrito Federal, partindo de Rondonópolis, em Mato Grosso, reunindo 300 integrantes.

O percurso de cada coluna foi cerca de mil quilômetros. A chegada a Brasília era apenas a consequência de um longo processo de mobilização, de debate sobre o tema da reforma agrária e conscientização política que os militantes marchantes promoveram durante dois meses. Foram centenas de palestras e debates realizados de cidade em cidade onde a marcha cruzava. “Foi, nesse período, a principal escola de formação política para a militância que participou daquele momento”, testemunha Valdir Misnerovski (2017), um dos coordenadores da coluna que saíra de Rondonópolis. Conforme ele, as marchas sempre são os melhores momentos para a formação política massiva.

Na experiência desenvolvida pelo MST, a marcha envolveu mais de 10 mil marchantes que além de compor toda a estrutura organizativa, equipes, setores, logística, etc, desenvolveu um intenso processo formativo. Além dos momentos específicos de estudo com programação de temas a serem estudados, desenvolvia-se debates com a sociedade sobre a

importância de construir um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura e um Projeto Popular para o Brasil. Atividades de solidariedade também eram desenvolvidas bem como momentos em que se promovia a cultura brasileira, através de canções, poemas teatros e outras manifestações. Todas essas ações tinham um caráter formativo para os marchantes e para a sociedade que participava por onde a marcha passava. A chegada a Brasília se deu no dia 17 de abril de 1996 e foi celebrada com um grande ato público, unindo diversos setores da sociedade com mais de 100 mil pessoas presentes ao ato.

A aposta do governo federal era de que a Marcha não repercutiria na sociedade e não teria nenhum impacto político. Entretanto, as Marchas ganharam um simbolismo maior do que o próprio MST. O governo Fernando Henrique havia combatido os trabalhadores e sua organização sindical, colocando os tanques na rua para atacar a greve dos Petroleiros em 1995. A Marcha representou naquele momento, não apenas a luta dos trabalhadores sem terra, mas do conjunto da classe trabalhadora. A luta pela reforma agrária não poderia mais ser escondida ou ignorada, nem pelo governo e nem pela mídia burguesa.

A partir da Marcha Nacional, o MST conquista espaço como uma das principais forças sociais do país e passa a ganhar respeito a nível internacional. Pressionado, o governo se viu obrigado a tomar medidas políticas em benefício das famílias acampadas e assentadas. Criou por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, e o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária, além de ter agilizado os processos de desapropriação das terras improdutivas.

A ação do MST a partir da Marcha Nacional combinou os elementos da formulação gramsciana: ao passo que disputou a hegemonia na sociedade, tornou visível e evidenciou para o conjunto da sociedade a problemática da questão agrária e obrigou o governo a dar respostas (guerra de posição), a própria marcha enquanto força material e ocupação do terreno político (guerra de movimento) logrou trazer conquistas arrancadas desse posicionamento tático na luta porque encurralou o governo, que se viu na defensiva e obrigado a acenar com propostas à pauta do MST. A combinação destas duas táticas, naquele momento, foi fundamental para as conquistas econômicas do Movimento.

O avanço na organização política, nas conquistas econômicas, não fez o Movimento descuidar de debates e práticas que pudessem ser referências a partir de sua prática social. Amadurece no MST a necessidade de se estabelecer valores como referência nas relações pessoais e coletivas. A Organização se propunha o debate acerca de virtudes e valores a serem estabelecidos não como receituário mas como força moral numa sociedade marcadamente de anti-valores. Assim a prática destas virtudes e valores antecipariam aspectos da sociedade que

se pretendia construir. Sobre cada “valor” destacado havia uma breve formulação de seu conteúdo elaborada pelo então dirigente da formação Ademar Bogo.

Um valor destacado era a solidariedade. Este valor deveria orientar para o desenvolvimento de um conjunto de ações de solidariedade com a sociedade, para que a própria consciência fosse se educando. Essas ações diziam respeito à doação de alimentos, doação de sangue, limpeza pública, embelezamento de parques e praças das cidades, construção de casas populares, etc. Falava-se também da solidariedade organizativa com outros setores sociais e categorias de trabalhadores. “Desta forma estaremos demonstrando que não estamos querendo apenas mudar o sistema explorador da sociedade capitalista. Queremos, acima de tudo, mudar o ser humano” (Ademar Bogo in *A vez dos Valores*, 1998, p. 14).

A beleza era outro valor que se colocava como virtude orientadora das ações dos militantes. A beleza associada ao respeito a natureza, ao produzir alimentos saudáveis e sem agrotóxicos; a beleza associada a saúde e ao bem estar das pessoas.

Desenvolver o gosto pelos símbolos, como a bandeira, o hino, as ferramentas de trabalho, os materiais de estudo como sentido de identidade, pertença e unidade. Nesse aspecto propunha-se que cada militante deveria ter sempre em sua mochila uma bandeira do Movimento.

O gosto de ser povo era outro valor a ser cultivado na prática militante como aquilo que nos dá identidade de nação, de cultura própria, das manifestações populares e religiosas onde ali está também a consciência popular, a sua nacionalidade.

Outro valor que aparecia neste debate era a defesa do trabalho e do estudo na convicção de que é o trabalho que dá forma ao ser humano. Por isso considerava-se que em nossos assentamentos, de acordo com o potencial de força de trabalho, devia-se buscar alternativas de investimentos para que todos tivessem condições de se integrar ao trabalho. Da mesma forma desenvolver formas para que todas as pessoas estudem. “Quanto menos soubermos, menos deixaremos de herança a nossos descendentes” (BOGO, 1998, p. 16), por isso o amor ao estudo, conhecer todas as coisas e ajudar a desenvolver formas de organizar a produção e a sociedade que ajudem a melhorar o tempo em que vivemos.

Por fim, o valor da capacidade de indignar-se como um exercício de formação da consciência. “A ideologia burguesa procura retirar de dentro das pessoas a capacidade de indignação”. Indignar-se contra todas as injustiças como ensinava Che, seria a qualidade mais bela de um ser humano.

Nesse contexto histórico, do ponto de vista da formação, mais de sua estratégia do que

sua gênese é importante relatar que foi durante uma reunião da Coordenação Nacional do MST, realizada no ano de 1997, em Vitória, no Espírito Santo, que tomou-se a decisão de construir uma escola de formação de quadros. A decisão vinha fundamentada, relata Adelar Pizetta, membro da Coordenação Nacional do MST, da necessidade de ampliar a perspectiva da formação política no Movimento. Continuar apostando “na formação de militantes e dirigentes, mas avançar também para a qualificação de quadros políticos para as inúmeras tarefas da organização e, sobretudo, para fazer frente as exigências da luta de classes no campo”. Estava-se comemorando o aniversário de morte de Florestan Fernandes no dia em que se toma a decisão de construir uma escola de quadros. Então essa escola passaria a se chamar Escola Nacional Florestan Fernandes.

Entre os inúmeros objetivos elencados pelo MST que justificavam a construção da referida escola, gostaríamos de destacar, conforme consta no Caderno de Formação n. 29 – abril de 1988 que trata da Campanha de Construção da Escola Nacional, alguns destes objetivos:

- Porque precisamos ajudar a pensar o Brasil. E precisamos ajudar o MST a ter uma visão de país, de nação. Que Brasil queremos para nossos filhos? Todos os Sem Terra tem que ter uma visão de Brasil, de mundo. Uma visão do futuro que queremos
- Porque precisamos de um espaço de convivência, de intercâmbios de experiências, de fortalecimento de valores, de cultura, de análise, de estudo, “laboratório”, que renovem nossas esperanças e se transformem em “fermento” para nossas permanentes lutas para conquistarmos nossos objetivos.
- Porque “não existe movimento revolucionário sem teoria revolucionária” (Lenin). Uma organização que não forma seus quadros, suas lideranças, seus coletivos, não tem futuro. Está fadada ao fracasso num curto espaço de tempo.
- Porque temos a necessidade de fortalecer a unidade política e ideológica do MST. Esta tem sido a nossa grande conquista e nossa principal força no embate com a burguesia brasileira
- Porque precisamos conhecer profundamente a realidade onde atuamos. É condição fundamental para o bom desempenho de nossas atividades. Quem não conhece a realidade onde está trabalhando, jamais poderá contribuir para a sua transformação.
- Porque precisamos formar e multiplicar lideranças para a classe trabalhadora. Queremos mudar a sociedade toda, não apenas os objetivos e conquistas do MST. Precisamos avançar muito mais do que as nossas demandas corporativas, como condição de fortalecermos a organização da classe, avançar e qualificar rumo as mudanças que almejamos.

No ano de 1997 deu-se início ao primeiro curso de formação de professores nas áreas da reforma agrária em nível superior. O curso foi uma parceria com a Universidade de Ijuí, no Rio Grande do Sul (RS), através do Pronera.

3.9 Reforma Agrária, por um Brasil sem latifúndio – 2000

“Reforma agrária, por um Brasil sem latifúndio” foi a palavra de ordem do quarto Congresso Nacional do MST (Figura 8). Embora à primeira vista transpareça que esta palavra de ordem tenha retrocedido nos propósitos anteriores, mais amplos, agora mais restritos, deveu-se à situação política nacional e internacional. A implantação do modelo econômico neoliberal trouxe consigo uma série de derrotas para a classe trabalhadora, que, sem vitórias, perdeu um pouco o impulso das lutas de massas.

Em meados da década de 1990, nas análises da realidade brasileira, sobretudo, aquelas que envolviam mais diretamente os movimentos sociais do campo na luta pela reforma agrária, desenvolvia-se a compreensão de que a natureza desta luta havia mudado.

Várias leituras feitas vinham demonstrando que o MST estava envolvido num novo contexto sócio-histórico, que alterava completamente a questão da luta pela terra. As análises iniciais davam conta de que os inimigos da reforma agrária – representados pela política do governo federal de então, pelo capital financeiro nacional e internacional – não só criaram medidas para impedir a execução desse tipo de reforma, mas também tomaram providências que visavam impor uma derrota à principal organização que mobilizava os pobres do campo em torno dessa demanda.

Figura 8 - Painel do 4º Congresso do MST



Fonte: Arquivos do MST.

Já naquele momento sinalizava-se que a classe dominante estava impondo na agricultura um novo modelo agrícola, em que a reforma agrária e a agricultura familiar estariam excluídos. Essa classe dominante estaria cada vez mais representada pelos interesses dos grandes grupos, oligopólios nacionais e internacionais, pelo capital internacional.

O governo passava a tratar o MST e todos os movimentos que se opunham a esse modelo como inimigos de classe e adotava como estratégia a concepção de guerra de baixa intensidade, tentando destruir o Movimento não só politicamente, mas moralmente, economicamente, ideologicamente. Dentre as táticas do governo estava o corte de recursos e dos convênios; o uso intensivo da mídia para desmoralizar a Organização; o aumento da repressão via organismos de inteligência pelas forças oficiais e também não oficiais, como os grupos paramilitares; a utilização do Banco da Terra como medida de transformar a reforma agrária numa lei do mercado e dividir os movimentos sociais; a criminalização da reforma agrária pelo aumento dos processos judiciais contra as lideranças; a utilização de medidas provisórias como forma de impedir a desapropriação do latifúndio; a disputa de nossa base através dos empreendedores sociais. Enfim, ações que revelaram a decisão de militarizar e criminalizar a política de reforma agrária.

Diante deste contexto, considerava-se que a mudança da luta pela reforma agrária mudava também a qualidade do conflito, exigindo da organização uma qualificação maior de seus integrantes para responder às exigências provocadas fundamentalmente pela modificação na forma de atuação dos seus inimigos. Se, no passado, havia uma desarticulação da maneira de agir dos adversários, era uma luta localizada, diretamente com o latifundiário, na atualidade esse inimigo é muito mais poderoso, pois expressa uma visão de classe, de modelo, e está intimamente articulado com o Estado, com o capital financeiro nacional e internacional.

Além de enfrentar esses novos inimigos, colocava-se a necessidade de suprimir certos desvios e lacunas que foram sendo gerados na trajetória de construção do MST. Reivindicava-se, então, uma práxis que possibilitasse um salto de qualidade na Organização.

As bases e as justificativas de uma nova práxis, que desse conta de responder a esses desafios, eram então colocadas: enfrentar os inimigos de classe em um novo patamar de luta, com uma organicidade que elevasse o nível de consciência da militância, fortalecendo internamente o Movimento e, sobretudo, que qualificasse os seus dirigentes. Os dirigentes deveriam ir se transformando em quadros da Organização.

Paralelo a esse debate mais interno em que o MST se envolvia para encontrar saída, na via da política institucional ganhava força a tese nos partidos de esquerda, principalmente no PT de que as coisas se resolvem na política, induzindo para que as lideranças, militantes,

dirigentes, acreditassem que agir politicamente era envolver-se em disputas eleitorais. E ainda, para adequar-se às exigências públicas, sugeria-se um rebaixamento no conteúdo ideológico dos discursos, na forma de fazer política, nos princípios. Sugeria-se, sobretudo no PT o diálogo como estratégia e não as ações de massa, os enfrentamentos. Ocorre que se dialogava muito e avançava-se pouco.

Na eleição presidencial de 1994, a burguesia brasileira se uniu em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso, exigindo que esse aprofundasse a política neoliberal, interrompida pelo processo de impeachment de Collor em 1992. O governo então promoveu um processo de privatizações, desnacionalização da economia e sucateamento da estrutura do Estado, sem similar na história do país. A riqueza construída nas cinco décadas pela classe trabalhadora, foi transferida para o capital privado e internacional. Para garantir que as políticas neoliberais fossem adotadas exigia-se um estado forte, intransigente e repressivo. Esse perfil do governo federal fez com que se liberassem as forças conservadoras para aumentar a repressão contra a classe trabalhadora.

Os camponeses Sem Terra também foram atingidos duramente pelo cerco das políticas neoliberais e a ofensiva do governo FHC. O desafio era garantir o já conquistado e dar qualidade a estas conquistas. A resistência agora era não se deixar dividir, desanimar ou desistir. Somente se conseguiria isto com a elevação do nível de consciência das massas, por isso continuar apostando na formação política e ideológica da militância.

As bandeiras de lutas históricas ficaram obscurecidas pelo desânimo, por isso no MST interpretou-se que, a melhor coisa a fazer era estruturar-se melhor e buscar acumular forças em torno de tarefas específicas para preparar o momento seguinte.

A palavra de ordem, “por um Brasil sem latifúndio”, ganha perspectiva real com a vitória de Lula para Presidência da República, mas, aos poucos vai sendo frustrada com a não realização de uma política de reforma agrária e a decisão do governo de privilegiar o modelo agrícola do capital. Mas, haveria outros latifúndios, além da terra, a serem enfrentados. Falava-se claramente do latifúndio da comunicação, do conhecimento, do capital que deveriam ser enfrentados em outro patamar de luta e organização. A reforma agrária continuaria sendo a luta contra o latifúndio, mas, o agronegócio e tudo o que ele representa, ganha importância como inimigo mais qualificado.

No contexto histórico daquele período, os desafios que se apresentavam para a luta do MST estavam claramente marcados pelo enfrentamento ao modelo neoliberal – que estava também sendo implementado no campo, com a criminalização da organização dos trabalhadores. “Não bastava combater a reforma agrária, era preciso combater a principal

organização do campo que fazia a luta pela reforma agrária”, recorda Francisco Dalchiavon, um dos dirigentes nacionais do setor de produção do MST naquele período. Para ele, o enfrentamento as políticas neoliberais de FHC foi uma das encruzilhadas do MST que com sabedoria “soube enfrentar e encontrar os caminhos para resistir e não ser derrotado”.

Naquele contexto estava posto, pela própria referência internacional que o MST conquistara a necessidade de fortalecer e ampliar a política de relações internacionais, priorizando o trabalho de formação e organização da Coordenação Latino Americana das Organizações Camponesas (CLOC) e da Via Campesina; além dos esforços organizativos e elaboração teórica, juntamente com outras forças sociais, para pensar um projeto popular de desenvolvimento para o país. Neste aspecto, cabe ressaltar a participação do MST na construção do Movimento Consulta Popular, na atualidade, assumidamente Partido Consulta Popular. A avaliação era de que a reforma agrária avançaria somente se estivesse inserida dentro de um contexto mais amplo e na construção de um Projeto Popular para o país. É precisamente nesta passagem, do contexto da realização do 4º Congresso do MST que há uma nova sinalização para a estratégia e, portanto, da mudança da natureza da luta pela terra e do MST, para enfrentar os inimigos de classe em outro patamar de condições.

Em relação à formação, ela toma outro patamar de exigência, dada a própria mudança da natureza da luta pela terra. Continuou-se desenvolvendo as mais diferentes metodologias internas de formação, atuando-se nos diferentes níveis. Em relação à base, implementou-se um amplo Programa de Formação⁵⁵ que buscava vincular e combinar a elevação do nível de consciência, com a questão da organização da base, fortalecendo uma estrutura que tinha como principais objetivos: diminuir a espontaneidade do Movimento; ampliar e multiplicar novos militantes; fortalecer o vínculo entre direção e base; melhorar o estilo de trabalho e método de direção.

Nesse contexto se desenvolveu um amplo debate sobre a reestruturação do MST que se chamou de “nova organicidade”, onde cada família assentada e acampada deveria participar efetiva e conscientemente nos núcleos de base e, cada dirigente sendo responsável – não mais por uma região geográfica – mas, por um número de famílias organizadas. Ampliou-se a participação dos militantes nos setores e instâncias do Movimento. Todo esse processo vai trazer demandas que a formação precisava dar conta, principalmente do ponto de vista da qualificação teórica e metodológica das lideranças que assumem as coordenações. No ano de

55 Os fundamentos, objetivos, e metodologia deste Programa, colocamos como anexo a este trabalho, porque ele marca, a preocupação do MST com a formação política, com a elevação do nível de consciência de sua base social.

2000 lança-se o Programa Nacional de Formação e Multiplicação de Militantes.

A formação de militantes era um dos desafios da formação política. O Movimento colocava-se como desafio também avançar na formação de quadros políticos que passa a ter um destaque e demanda importante, como política de formação num nível superior, articulada com todas as iniciativas e a práticas desenvolvidas nos mais diferentes espaços. Nesse sentido, amplia-se a formação da Escola Nacional, aprofunda-se o debate sobre a concepção e realização de um Curso Nacional para Dirigentes do MST. E, em seguida, são criados novos cursos para formação de quadros vinculados a Escola Nacional.

No entanto, talvez um aspecto que denotou avanços na articulação de processos formativos para além do MST, foi em relação aos Cursos sobre Realidade Brasileira⁵⁶ a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros, desenvolvido em parcerias com Universidades e, em conjunto, com a Via Campesina, Consulta Popular e demais movimentos urbanos.

Como iniciativa de cursos mais vinculados ao desafio da formação de quadros, destaca-se a realização do Curso de Pós-Graduação em Estudos Latino-americanos, que teve início em junho de 2003, em parceria com a UFJF. Nessa mesma perspectiva foi criado o Curso de Filosofia para dirigentes e formadores de vários movimentos sociais, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ainda, os cursos de Graduação em História e Ciências Agrárias, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba, além de todos os cursos de graduação coordenados pelos setores de educação, produção, saúde, etc.

Como já mencionamos, a implementação de uma política econômica que privilegiava o agronegócio na agricultura impôs novos desafios para a formação, pois, os inimigos de classe se qualificaram e a luta do MST passa a outro patamar: a luta de classes não mais apenas como luta econômica, corporativa, sindical, mas como estratégia de luta política mais ampla, fundada na defesa de um outro projeto de agricultura e de país. Por isso, as atividades e o processo de formação passaram a se preocupar com a formação mais qualificada dos militantes e dirigentes e quadros, que dessem respostas qualificadas a essas novas exigências da luta.

Isso tem a ver com conteúdos, metodologias e, acima de tudo, com a elevação do nível da formação na perspectiva da formação de quadros, sem se descuidar de todo o trabalho de base em torno da organicidade e da elevação do nível de consciência da base do MST.

Concomitante aos debates internos e ante a frustração com o governo Lula em que se

56 O primeiro curso inicia na Universidade Federal de Juiz de Fora, como saldo da passagem da marcha em 1997 mas, sobretudo, porque havia a necessidade de articular processos de formação em conjunto com os demais movimentos. Professores desta Universidade contribuíram na construção deste primeiro curso que, com o passar dos anos, se multiplicaria para inúmeras universidades brasileiras.

depositavam todas as expectativas históricas para a realização da reforma agrária, o MST mobiliza-se novamente para dialogar com a sociedade e exigir do governo federal o cumprimento de metas para novos assentamentos, já que havia um grande número de famílias acampadas. Foi assim que, em 2005, ocorreu uma das maiores marchas da história do Movimento: A Marcha Nacional pela Justiça Social e Soberania Popular. A crônica abaixo, que encontramos no documento dos marchantes sob o título de Marcha Nacional pela Reforma Agrária de março de 2005, uma elaboração do Setor de Formação creio que expressa bem o conteúdo deste processo de luta.

Quem marcha nunca esquece o que vê, porque marchar acima de tudo é sentimento, emoção, alegria, festa e confraternização. A dor dos calos vai embora quando nos encontramos com pessoas à beira da estrada e dizem que estamos certos e devemos seguir em frente. As músicas são feitas nas paradas e falam por nós. Dizem através das melodias o que queremos alcançar. As bandeiras andam sobre nossas cabeças avisando que estamos indo. Querem ver por primeiro o lugar das paradas. Quando chegamos, ficam acordadas, agarradas em galhos de árvores, para avisar a quem passa que ali não é um “acampamento de ciganos”, mas de Sem Terra em luta.

Quem marcha cuida e se cuida. Precisa tomar conta do colchão para que ele também possa chegar. Quando as forças se desgastam como a sola das sandálias, é no colchão que buscamos a energia que falta em cada perna para animar os passos. Mas acima de tudo é preciso se cuidar. O corpo é o sujeito da marcha. Sem ele não pode haver chegada. Sem gente a marcha perde a força. Por isso é preciso cuidar da saúde, beber água e comer nas horas certas. O descanso é importante para o corpo que precisa estar presente na hora da cerimônia em que a força da sabedoria se encontra com a vitória.

Marchar então é um prazer. É sentir que a luta segue como herança. Os mais velhos ensinam as crianças a buscar de mãos dadas o que pertence a quem tem a capacidade de sonhar.

Quem marcha deixa e leva saudades. Produz imagens que jamais sairão da mente das crianças das favelas, que um dia tentarão imitar este teatro de passos enfileirados. E também marcharão sobre as pedras frias das ruas das cidades onde vivem, para buscar sua parte da produção social da riqueza que os governantes teimam em não distribuir.

A marcha de 2005, além de todo o caráter pedagógico formativo foi um importante instrumento de denúncia, mobilização, articulação da agenda em torno do tema da reforma agrária, de recolocar esse debate para o conjunto da sociedade. As marchas na verdade são parte de uma cultura política de luta na organização por outro projeto de sociedade, que vão muito além da defesa de bandeiras específicas como seria a reforma agrária no caso do MST. Mas sempre se inscreveram como fatores de mobilização por causas mais amplas. Vale aqui apenas mencionar a grande marcha conhecida como a Coluna Prestes; as colunas da Revolução Cubana ou a grande marcha da Revolução Chinesa ou ainda a grande marcha liderada por Gandhi nas lutas pela independência da Índia contra o domínio Inglês.

3.9.1 Inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes

No ano de 2005, de 20 a 23 de janeiro o MST inaugura a sua escola de formação de quadros. Por ocasião desta inauguração, o MST realiza um Seminário Internacional para debater justamente o tema da formação de quadros. Com o tema *A formação de quadros políticos: elaboração teórica, experiências e atualidade*, o Seminário reuniu mais de 500 dirigentes e formadores do MST e vários movimentos do Brasil e da América Latina.

Os inúmeros depoimentos e testemunhos revelaram os desafios e a grandeza da tarefa da formação de quadros que se abriam para o MST. Nas palavras de Antônio Cândido⁵⁷ que por problemas de saúde não pode se fazer presente no ato de inauguração, mas enviara a sua reflexão, dizendo que com a inauguração da Escola, finalmente ergue-se a voz que faltava, a dos trabalhadores da terra. “O que estou procurando sugerir é que, devido ao MST, estamos finalmente maduros para tentar realizar a aspiração de um homem como Florestan Fernandes, isto é, a ação revolucionária que há de transformar o Brasil, de alterar pela raiz a estrutura da sociedade, estrutura que no Brasil é das mais injustas da terra” , escrevera Antônio Cândido (2005).

O ato de inauguração se convertera em uma grande atividade de formação. A experiência relatada por Mônica Baltodano, ex-comandante da Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua, como uma espécie de balanço crítico e radical da luta do povo nicaraguense fortaleceu a convicção de que a formação política de quadros é uma tarefa que não pode ser negligenciada. “Nos últimos anos faltou formação política e as bases sequer tiveram uma informação alternativa própria sobre os problemas do país e do mundo [...] Quero assinalar que certamente a ausência de um trabalho educativo entre a juventude é uma de nossas falhas mais importantes” (2005), dissera Mônica por ocasião da inauguração da Escola. Já, George Labica, professor, filósofo e militante social Francês destaca o papel dos quadros, tornados necessários para a estrutura de uma organização política cuja tarefa fundamental é a educação das massas, de propaganda e de formação de militantes. Para Labica é fundamental a compreensão das nossas sociedades capitalistas: a relação de exploração, as categorias do capital, as classes, a propriedade, a concorrência, o desemprego, etc.

François Houtart, teólogo, sociólogo e intelectual belga manifestou-se dizendo que uma escola de formação de quadros é um projeto essencial. Segundo ele, a experiência

57 Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e da ENFF

demonstra que todo movimento social ou político que abandona a formação de quadros termina no pragmatismo ou no oportunismo. Saúda a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes como um instrumento de transformação social, uma instância crítica e uma fonte de renovação perpétua. Ainda conforme Houtart, a formação de quadros deve guiar-se por alguns princípios. Ele sintetiza em três: a) uma perspectiva e visão de conjunto, de totalidade que abarca desde as relações sociais, a cultura, a organização política, até o papel específico de homens e mulheres; b) dimensão histórica das ações sociais, dos processos formativos; c) toda a realidade é dialética. Ela sempre é composta por sujeitos em interação.

Adelar Pizetta, dirigente do Setor de Formação também apresentou uma síntese das elaborações e discussões do MST a cerca dos desafios, caráter e natureza da formação que em vários aspectos estamos abordando no conjunto desta pesquisa. Ainda assim destacaria, nas palavras de Pizetta, a formação como conceito de política. Ela, a formação, prepara, elabora a teoria de que a luta é para transformar o impossível no possível. É a arte de fazer possível o que parece impossível hoje. Por isso, a formação não pode ser dogmática, nem espontaneísta. Deve ser implementada de forma dialética, articulando os diferentes saberes e níveis. Sobre o método de formação, Pizetta destacou que estes devem criativos, coletivos, alegres, abertos, que possibilitem a participação em vez do autoritarismo. Deve ser uma práxis prazerosa, inovadora, pois, se nos fazemos ao fazer, o nosso fazer tem que ser diferente, tem que ser revolucionário.

A mística como mecanismo de celebrar, de cultivar o projeto político, por intermédio dos símbolos, da cultura, da memória, dos sonhos, também conforma a natureza da formação abordou Pizetta que destacou ainda a necessidade de valorizar e respeitar a cultura, a afetividade, o querer-se bem.

3.10 Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular – 2007

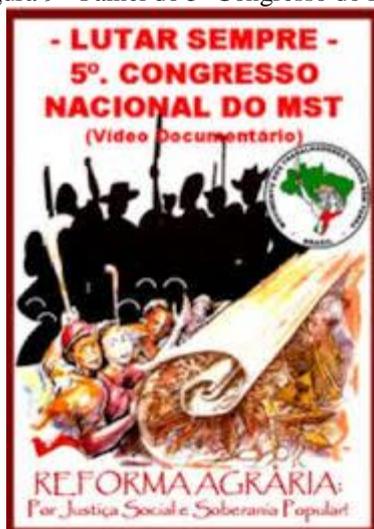
A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, para Presidente da República, gerou uma euforia generalizada na classe trabalhadora, sobretudo, naquela mais organizada que sabia da importância – simbólica até – na eleição de um operário para Presidente. Foi com essa expectativa que o MST consegue mobilizar, em 2003, cerca de 200 mil famílias acampadas porque naquele momento a reforma agrária seria, de fato, uma política de governo. Infelizmente, essas expectativas não se concretizaram uma vez que a política de Lula priorizou o agronegócio, o que seria a continuidade da política neoliberal de FHC para o campo.

O pior cenário acabou acontecendo: foi a desmobilização e o descenso do movimento social. Parte dos dirigentes sindicais e partidários entrariam agora para a burocracia do Estado e a classe trabalhadora perdeu a capacidade de fazer o trabalho de base (organização e formação política da classe trabalhadora) e a capacidade de mobilização popular. Isso tudo se fez sentir porque a ofensiva do neoliberalismo nos anos 1990 promoveu uma fragmentação da classe trabalhadora e disseminou a cultura do individualismo, do consumismo e do descrédito com a política junto a população de modo geral.

Coube ao Fórum Social Mundial, realizado pela primeira vez em 2002, em Porto Alegre-RS, servir de referência aglutinadora de todas as iniciativas anti-neoliberais. A repetição deste evento em anos posteriores consolidou um espaço político que se contrapôs à ofensiva do neoliberalismo em todo o mundo. Porém, na agricultura brasileira, a ofensiva neoliberal aprofundou a integração do latifúndio com as empresas transnacionais e sob hegemonia do capital financeiro naquilo que denominaram de desenvolvimento do agronegócio na agricultura e que se contrapõe, frontalmente, a proposta de reforma agrária e agricultura camponesa no país⁵⁸.

O 5º Congresso do MST (Figura 9), o maior da história do MST, que reuniu mais de 17.500 delegados entre 11 e 15 de junho de 2007, em Brasília, se enquadrava dentro de uma nova conjuntura da questão agrária e da sociedade brasileira, que sofreu mudanças na década de 1990, com o processo de globalização capitalista.

Figura 9 - Pannel do 5º Congresso do MST



Fonte: Arquivos do MST.

A pergunta mais comum que poderia se ouvir nesse Congresso talvez tenha sido: porque o governo Lula não conseguiu fazer a reforma agrária? Depois de muitos estudos,

⁵⁸ Ver elementos do programa agrário de 2007.

análises coletivas, debates, a resposta principal era de que agora, a propriedade da terra e a estrutura de produção agrícola mudaram de natureza. O avanço do modelo econômico no campo se transformou mais concentrado e dominado pelo capital financeiro e pelas empresas transnacionais. Portanto, aquelas medidas que podiam democratizar a propriedade da terra, reestruturar a estrutura fundiária do país, não se efetivaram.

Ao contrário, a concentração da propriedade da terra continuou aumentando⁵⁹, (conforme tabela abaixo) com isso a proposta de uma reforma agrária clássica para que os camponeses produzam para o mercado interno e consuma bens das indústrias perdeu sentido. As empresas transnacionais e as indústrias não precisam mais dos camponeses para ampliar seu mercado e seguir acumulando. O centro de acumulação dos capitalistas passa a ser o sistema financeiro e o capital internacional.

Tabela 2 – Índice de GINI

UF	GINI 1992	GINI 1998	GINI 2003	Evolução 1992-2003
Acre	0,883	0,865	0,785	-0,098
Alagoas	0,783	0,783	0,784	0,001
Amapá	0,842	0,775	0,585	-0,258
Amazonas	0,935	0,927	0,837	-0,098
Bahia	0,802	0,826	0,807	0,004
Ceará	0,684	0,695	0,691	0,007
Espírito Santo	0,615	0,632	0,626	0,012
Goiás	0,717	0,720	0,720	0,002
Maranhão	0,740	0,759	0,719	-0,021
Minas Gerais	0,745	0,754	0,741	-0,004
Mato Grosso do Sul	0,807	0,806	0,805	-0,001
Mato Grosso	0,813	0,803	0,763	-0,050
Pará	0,888	0,885	0,823	-0,065
Paraíba	0,753	0,758	0,755	0,002
Pernambuco	0,757	0,756	0,742	-0,015
Piauí	0,743	0,767	0,755	0,012
Paraná	0,693	0,702	0,677	-0,016
Rio de Janeiro	0,728	0,742	0,738	0,010
Rio Grande do Norte	0,739	0,759	0,752	0,013
Rondônia	0,631	0,631	0,567	-0,065
Roraima	0,870	0,789	0,597	-0,273
Rio Grande do Sul	0,713	0,718	0,693	-0,021
Santa Catarina	0,625	0,632	0,607	-0,018
Sergipe	0,788	0,788	0,773	-0,014
São Paulo	0,750	0,754	0,744	-0,006
Tocantins	0,661	0,685	0,678	0,017
Distrito Federal	0,781	0,804	0,827	0,046
BRASIL	0,826	0,838	0,816	-0,010

Dados: DATALUTA-Estrutura Fundiária / Cadastro do INCRA
Cálculo: Eduardo Paulon Girardi

Então o que mudou na natureza da reforma agrária?

Nossa proposta de reforma agrária, agora, é muito mais ampla, abrangente e esta relacionada não apenas com a democratização da propriedade da terra, mas com todos os bens da natureza, como a água, sementes, biodiversidade, e com a forma de organizar a produção agrícola, com a forma de organizar a vida social nas comunidades do interior (Os desafios reforma agrária na atual conjuntura – texto para o debate em preparação ao 5º Congresso do MST)

59 O índice de Gini mede o grau de concentração, sendo que zero indica igualdade absoluta e 1, a concentração absoluta. Para o Brasil, o índice de distribuição de renda é 0,6, e para a concentração fundiária está acima de 0,8. Fonte II PNRA, 2003

Não se trata apenas de dividir o latifúndio, continua o texto, mas é uma questão de justiça social, ou seja, “construir uma nova sociedade mais justa e fraterna”. A soberania popular aparecia no debate no sentido de que é a forma de organizarmos a produção de alimentos e de outros produtos agrícolas, sem depender de empresas transnacionais, para atender em primeiro lugar as necessidades do povo.

No debate mais geral para a realização da reforma agrária aparecia a necessidade de combinar duas forças: o reascenso do movimento de massas com um governo popular. Naquele contexto nenhuma dessas forças se apresentava. Nos desafios mais gerais que estavam postos ao MST naquele período aparecia, como consta na Cartilha “Textos para estudo e debate” (2007, p. 92):

- Construir uma força social, de massas, capaz de derrotar o modelo neoliberal.
- Conquistar corações e mentes do povo em geral, e da classe trabalhadora em particular, de que a reforma agrária não é apenas uma medida para beneficiar os camponeses, mas é uma necessidade de todo o povo
- Ampliar a formação permanente de militantes e quadros, que são os agentes organizadores do povo para as mudanças necessárias.
- Construir meios de comunicação de massa sob o controle das organizações populares que possam disputar as ideias, a hegemonia, o pensamento do povo brasileiro.
- Seguir construindo a unidade entre todas as forças populares em função da construção de um Projeto Popular para o país. Um novo projeto de desenvolvimento econômico, a serviço das necessidades do povo e dos interesses da nação.

Já nos desafios mais internos em que o Movimento se propunha a colocar energias no sentido de superá-los aparecia:

- Elevar o nível de consciência social, política e cultural da base social e dos camponeses em geral, compreendendo a natureza do modelo econômico, a natureza do capitalismo.
- Transformar os assentamentos, como territórios livres. Territórios livres do analfabetismo, com soberania alimentar, respeito ao meio ambiente, educação e renda para todos e que sejam espaços de vida digna e feliz.
- Construir políticas de alianças com todas as demais formas de organização popular existentes nos municípios, estados e regiões, por isso romper com o corporativismo, sectarismo e vanguardismo.
- Desenvolver técnicas agrícolas de produção agrícola, respeitosas do meio ambiente, combinadas com áreas reflorestadas, com defesa da água e da biodiversidade.
- Melhorar a organicidade do Movimento nos assentamentos e acampamentos garantindo a participação efetiva de todos.
- Lutar pelo acesso a educação, à escola em todos os níveis para que toda a nossa base social esteja sempre estudando.
- Desenvolver novos métodos de organização de massa, que ampliem a força do Movimento, que consigam derrotar os inimigos da reforma agrária e avançar na conquista da reforma agrária popular.
- Desenvolver novos métodos de trabalho de base, de mutirões formativos para ampliar a capacidade de organização do povo.
- Somar em todas as lutas sociais e nacionais que interessa ao todo povo

brasileiro.

- Desenvolver e praticar de forma permanente os valores humanistas e socialistas que norteiam um novo projeto de sociedade como: solidariedade, o companheirismo, a indignação diante de qualquer injustiça, o amor ao estudo, o espírito de sacrifício e a dedicação as causas do povo.

Com a construção da ENFF ampliaram-se a oferta de cursos de Teoria Política para os militantes do MST e de outros movimentos sociais. Também na ENFF se inicia os cursos de Teoria Política Latino Americana destinada para as jovens lideranças de organizações populares da maioria dos países do continente latino americano.

Do ponto de vista da formação foi o período em que se intensificaram a construção de cursos de nível superior em parceria com Universidades nas diferentes áreas do conhecimento. Esses cursos tinham como objetivo central ir qualificando e capacitando a militância para as diferentes demandas do Movimento, sobretudo, no campo da educação. Destacam-se os inúmeros cursos de “Pedagogia da Terra”; Jornalismo; História; Geografia; Direito; Veterinária; Agronomia; Serviço Social; Letras; Administração, entre outros.

Figura 10 - Alunos do Curso de Serviço Social realizado na UFRJ, concluído no ano de 2015



Fonte: Arquivo pessoal.

A avaliação, sobretudo, nos debates que se fazia na Direção Política da Formação

(DPF)⁶⁰ era de que não seriam as Universidades que iriam preparar os quadros dirigentes do MST. Reconhecia-se que era relevante a ocupação desses espaços nas Universidades, possibilitando que filhos e filhas de trabalhadores Sem Terra tenham acesso ao conhecimento científico e se graduem em distintas áreas do conhecimento. Mas, que o espaço na universidade, por si só, não dá conta das nossas demandas e objetivos estratégicos para a formação de quadros políticos. Daí a defesa da complementariedade da formação em conteúdos e metodologias, além do estabelecido pelos convênios e universidades. Formulou-se, inclusive, um currículo mínimo⁶¹ para os cursos formais para essa complementariedade e que consta no Projeto Político Pedagógico da ENFF.

Na avaliação mais generalizada que já se tinha a época dava conta das dificuldades de se implementar esse currículo junto aos cursos formais, limitando os próprios processos formativos e se fazia o alerta, conforme sistematização do debate feito na DPF a cerca dos cursos formais.

Cuidar com o encantamento que existe em torno da academia. Muitos militantes vão se distanciando da realidade e assumindo comportamentos e atitudes academicistas, incentivados por professores que assim desejam ver os educandos do MST. Como fazer para que nossos educandos tomem posição e não caiam no deslumbramento do academicismo e o intelectualismo?⁶²

Esse tema era permeado pelo debate e desafio do ponto de vista da formação do perfil do militante que era preciso formar tendo em vista o contexto histórico, de acirramento da luta de classes, de crise econômica, de crise ideológica da esquerda, de possibilidades de cooptação por parte do Estado, dos governos. “Não se deixar cooptar. Desenvolver a consciência socialista e a disposição para a revolução. Os cursos formais devem servir para defender o projeto da classe trabalhadora”, sintetiza o documento que apontava ainda para a necessidade de aprofundar acerca de várias outras questões vinculadas ao tema dos cursos formais como: o debate da formação técnica e profissional no MST e como ela se articula com a formação política e ideológica. Como, de fato, vincular os cursos formais à estratégia política do MST? Como articular novas turmas com a luta na Universidade e pela Universidade Pública? Qual a Universidade que queremos e que tipo de universalização do ensino defendemos? Eram questões que apareciam no debate e que buscavam equilibrar a busca pela formação técnica não desvinculada da formação política.

60 Estrutura organizativa criada para ser um espaço de debate a cerca da formação política no MST em suas diferentes frentes de atuação. Propunha-se também ser um espaço de articulação e apoio pedagógico a Escola Nacional Florestan Fernandes.

61 O Currículo da ENFF foi resultado de várias discussões durante todo o ano de 2007 na DPF e, compreende as áreas de: Filosofia, Economia Política, História, Questão Agrária, Teoria da Organização do MST, Agroecologia e Pensadores Brasileiros.

62 A Formação Política e Ideológica nos Cursos Formais in mimeo

3.11 Lutar, construir reforma agrária popular – 2014

Figura 11 - Painel da realização do 6º Congresso do MST



Fonte: Arquivos do MST.

A leitura que o MST vinha fazendo, como parte da análise do contexto histórico atual da luta pela terra e expressada no documento "Programa Agrário do MST" é de que o capitalismo mundial, a partir da década de 1980, ingressara numa nova fase de seu desenvolvimento, sendo agora hegemônico pelo capital financeiro e pelas empresas privadas transnacionais, oligopolizadas, que controlam o mercado mundial das principais mercadorias. Isso significa, aponta o documento que o processo de produção de riquezas continua sendo realizada pelo trabalho na esfera da indústria, agricultura e do comércio. No entanto, as taxas de acumulação e de divisão do lucro se concentram na esfera do capital financeiro e das grandes empresas privadas capitalistas oligopolizadas que atuam em nível mundial. (Segundo dados do PNUD - Agência de Desenvolvimento das Nações Unidas, as 700 maiores empresas controlam 80% do mercado mundial.)⁶³

63 Dados citados no Programa Agrário do MST, p. 9.

Outro aspecto que ilustra esse contexto e corrobora a análise das mudanças estruturais do capitalismo representando uma nova fase de sua forma de domínio é de que o PIB mundial (que teoricamente representa a produção de todas as mercadorias no ano, no mundo) estava em torno de 15 trilhões de dólares e havia em circulação ao redor de 16 trilhões de dólares em equivalente moeda. Já em 2010, o PIB mundial passou para 55 trilhões (concentrado cada vez mais em um menor número de países – EUA, Europa, China e Japão) e o volume de moeda em circulação ascidia a 150 trilhões de dólares. Isso acrescido do capital fictício representado por títulos e documentos de crédito (PROGRAMA AGRÁRIO DO MST, p. 9).

Essa forma dominante do capital em todo o mundo, aparece no Programa Agrário do MST, como a forma que trouxe mudanças estruturais também na maneira de dominar a produção das mercadorias agrícolas. Assim, surgiu uma aliança de classe, entre a burguesia das empresas transnacionais, os banqueiros (o capital financeiro), a burguesia proprietária das empresas de comunicação de massa e os grandes proprietários de terra para controlarem a produção e a circulação das *commodities* (mercadorias agrícolas padronizadas). Como resultado esperado, controlam os preços e o volume das *commodities* em circulação, portanto, dominam os mercados e ficam com a maior margem da renda agrícola e do lucro produzidos. Impuseram a racionalidade do capital através da produção em escalas em áreas contínuas e do monocultivo, com o objetivo de obter produtividade máxima do trabalho e maior rentabilidade econômica.

Caracterizando o modelo do agronegócio, o Programa Agrário do MST aponta que as empresas transnacionais que já controlam a produção de agrotóxicos passaram a controlar a oferta de sementes, tanto as híbridas como as geneticamente modificadas em laboratórios. Estas sementes conhecidas como transgênicas são portadoras de genes que tornam as plantas mais suscetíveis a doenças e pragas exigindo o uso obrigatório, e mais intensivo, de agrotóxicos. Esse modelo de produção agrícola foi massivamente adotado pelas empresas capitalistas no campo e passou a denominar-se como o modelo do agronegócio. Ou seja, tornar a agricultura como um negócio para acumulação de riqueza e de renda sob o controle do grande capital.

Assim, o agronegócio passou a ter uma expressiva função econômica no modelo do capital financeiro (gerar saldos comerciais para ampliar as reservas cambiais, condição essencial para atrair os capitais especulativos para o Brasil). E este avanço do agronegócio bloqueia e protege as terras improdutivas para futura expansão dos seus negócios, travando a obtenção de terras para a reforma agrária.

Por sua vez, o Estado brasileiro, mais além do seu arcabouço jurídico de proteger os

interesses da classe dominante, tem cumprido um papel fundamental de garantir a hegemonia do modelo do agronegócio na produção agrícola. Ele atua na garantia de transferência de recursos públicos, via investimentos e através do financiamento compulsório destinado a ele, recolhendo da poupança nacional depositada nos bancos (PROGRAMA AGRÁRIO DO MST, p. 12)

Evidentemente que esse modelo afeta, sob as mais distintas dimensões, a articulação político-partidária e legislativa, as formas de pressão sobre os governos e a natureza da disputa do poder político no contexto das contradições de classes sociais. A constituição de uma bancada ruralista⁶⁴ pluripartidária é emblemática, colocando os interesses das empresas capitalistas direta e indiretamente relacionadas com o capital no campo, acima dos interesses sociais. Essa força política, por exemplo, inviabilizou, para não dizer, derrotou as possibilidades da reforma agrária no marco da institucionalidade do Estado brasileiro.

Para resolver o problema da produção de alimentos, os setores dominantes do agro brasileiro passam a defender o uso da tecnologia e do capital como fatores determinantes, não sendo necessário modificar a estrutura fundiária brasileira. Ao contrário, as terras devem continuar como fronteiras agrícolas para a expansão do agronegócio. É pois, nesse contexto que a reforma agrária do tipo clássica, aquela que previa distribuir a terra aos camponeses para gerar um mercado interno, produzir matéria prima para a indústria, é derrotada.

Ante esse contexto histórico, que inviabiliza a reforma agrária, o MST formula, sobretudo a partir de seu VI Congresso Nacional, uma nova compreensão da natureza da luta pela reforma agrária. Essa nova formulação está, a nosso ver, fundamentada na leitura do avanço do capitalismo no campo que, de um lado impõe a sua racionalidade no uso dos bens da natureza, terra, águas, minérios e, de outro, inviabiliza a agricultura do tipo camponesa e nela a reforma agrária. Passa a adotar a formulação expressa em seu lema que orientou a realização de seu VI Congresso: “lutar, construir reforma agrária popular”. Nos debates internos expressa no Caderno de Debates n.1 em preparação ao VI Congresso, aparece que

A implantação do nosso Programa de Reforma Agrária Popular depende, em parte, da nossa capacidade de reivindicar e pressionar os governos. Obter conquistas do Estado burguês é um fator importante na luta de classes e na formação de uma consciência política dos nossos militantes. Importante, mas insuficiente. (Caderno de Debates do MST em preparação ao VI Congresso n. 1, p. 11)

A percepção do MST é de que o Estado brasileiro não fará a reforma agrária, ainda que haja pressão e mobilização popular. “A sua implantação depende da correlação de forças

64 Reconhecidamente a bancada ruralista representa o maior número de parlamentares no Congresso Nacional, seguida da bancada evangélica e a dos policiais. Conformam o que popularmente se chama a bancada BBB (boi, bíblia e bala) e controlam quase 70% do parlamento.

nos enfrentamentos com o inimigo principal da reforma agrária hoje, o agronegócio”, aponta o documento, insistindo que não bastam apenas vontade e disposição de lutar. “É preciso ter força organizada, agilidade política e criatividade nas formas de lutas para derrotar o inimigo”. Ante a tarefa de enfrentar os inimigos de classe no nível externo da luta pela reforma agrária, os debates apontam para uma tarefa interna que não pode ser negligenciada, a de “fortalecer internamente a nossa organização”. O fortalecimento interno aparece como “efetivos mecanismos de democracia interna, que incentivem e possibilitem a participação de todos e todas nas discussões e tomadas de decisões da nossa organização”. Comunga com a ideia de fortalecimento interno de acúmulo de forças, “irmos construindo em nossos assentamentos, em nossas escolas, centros de formação, enfim, em todos os nossos espaços conquistados, o nosso modelo de agricultura para o campo brasileiro”.

Outro elemento que aparece na estratégia da reforma agrária popular é a capacidade de construir alianças concretas em torno do programa com os demais setores do campesinato e com toda classe trabalhadora urbana, construindo uma hegemonia – “um consenso que compreenda e defenda o nosso modelo de agricultura”.

Por fim, o debate em torno da temática aponta para a necessidade da democratização do Estado brasileiro, da mudança de seu caráter burguês: A reforma agrária popular pressupõe um governo hegemonicamente popular. Por isso, esse programa seguirá em construção permanente. Seguirá sendo atualizado, de acordo com o andar das nossas lutas, conquistas e novos desafios, ao longo da história.

Do ponto de vista da formação, o preparo político e teórico, é a condição e exigência desta fase da luta pela reforma agrária, como foram das demais. Mas o debate interno aparece em quatro grandes frentes: a retomada da formação de base; a implementação da reforma agrária popular; a multiplicação de novos militantes, dirigentes, quadros e a unidade da classe trabalhadora.

Sobre a questão mais específica da formação política quando da formulação da nova estratégia, sintetizada na “reforma agrária popular” e das implicações de seu novo conteúdo e método pretendemos desenvolver no capítulo quarto. No entanto, queremos sustentar que do ponto de vista da formação ainda parece haver um descompasso entre a exigência desta nova estratégia e os conteúdos e métodos da formação. A aparência é de que se está tendo muita informação e menos formação. A rigorosidade no método, no conteúdo com a nova estratégia precisa estar sintonizada.

4 A FORMAÇÃO POLÍTICA COMO NECESSIDADE DA CLASSE TRABALHADORA

Já abordamos no capítulo 2 que a formação política é uma das condições fundamentais para a emancipação da classe trabalhadora. A classe trabalhadora por si só não terá condições de reagir a formas de opressão, necessitando, portanto, de um elevado grau de educação política, de “revelações políticas”, no dizer de Lenin. Neste terceiro capítulo queremos sistematizar, a partir de experiências já acumuladas, como essa necessidade se traduz em métodos formativos, em estratégias pedagógicas. Valemo-nos, sobretudo, da contribuição do Centro de Educação Popular Instituto Sedes Sapientiae (Cepis), de um dos membros da equipe pedagógica, Ranulfo Peloso, quando da comemoração dos 10 anos da ENFF.

Num primeiro aspecto, nos processos formativos, Peloso defende a ideia, sustentada pela cultura grega de Escola como espaço de lazer, como espaço para o ócio, contrário ao negócio, é o momento em que não se está trabalhando. Assim, para Peloso (2012),

A primeira grande afirmação é dizer que não cabe a um militante da luta popular ter qualquer dúvida sobre as razões da sua esperança. Por isso é preciso criar espaço coletivo de ócio, de tempo livre, de tempo de pensar, recuperando o verdadeiro sentido da Escola para entender a realidade com o compromisso de transformá-la.

Na compreensão de Peloso (2012), a formação é uma necessidade da luta pela vida já que apenas o nosso entusiasmo é insuficiente para vencer o poder do capital. Formação para dar conta de revelar os liames da dominação, encontrando as respostas aos problemas do povo. Ou dito de outra forma por Peloso (2012)

a classe oprimida precisa descobrir as raízes da exploração. Ela precisa juntar a força que já tem para juntar com seu pensamento e com suas malícias e espertezas para vencer a dominação. Inventar as respostas para os seus problemas. Sem a formação política, a luta mais encarniçada, mais feroz não passa de uma luta espontânea contra os efeitos da exploração. Por isso, cada movimento ou já organizou ou deve organizar um programa de formação, como um processo permanente bem além das palestras, das jornadas, dos eventos. Ela precisa responder às demandas da formação de sua base social, de sua militância, da sua coordenação e de seus formadores.

Quando se fala em concepção de formação política, para Peloso, é mister superar algumas concepções que podem nos levar a equívocos nos processos formativos. Enfatiza que formação não pode ser vista como panaceia, como remédio para todos os males. “Quando um movimento se encontra em dificuldades, ele faz formação. Seria o pior erro achar que a formação é o remédio para todos os males”, observa o dirigente do Cepis, para quem a formação também não significa escolarização, embora seja absolutamente necessário a escolarização. A formação não se confunde com cursos, embora tenhamos que fazer cursos. Também não se confunde com leituras, embora tenhamos que ler muito.

Peloso prefere aproximar-se da definição de Paulo Freire: "formação é todo esforço de mobilização, organização e capacitação, técnica, ideológica, cultural, que preparam o povo para o exercício do poder que necessariamente deve conquistar". Portanto, para Peloso (2012) a formação

tem que ser vista como uma ferramenta de uma organização popular que ajuda a elaborar e tornar comum uma estratégia de poder de qualquer organização popular. Assim o seu papel de traduzir, de divulgar, de contar para o povo e recriar o conhecimento para elevar o nível de consciência da classe trabalhadora; por isso ela qualifica o militante para a luta de classes e incorpora a massa como protagonista e não como massa de manobra. Facilita a assimilação dos conteúdos e compromete cada participante, com a metodologia participativa e multiplicação criativa do aprendizado.

Citando Leon Tolstoi quando diz que "nossa marcha, é um misto de sonho, de ciência e de arte", Peloso enfatiza que o núcleo central dos desafios da formação passa por envolver todas as dimensões da pessoa: a dimensão corporal, a dimensão intelectual, sentimental, espiritual, e a dimensão das relações com o meio ambiente. Por isso a formação requer um fundamento científico, observa Peloso, "ela não é uma opinião". Ela tem que ter base, fundamento teórico para poder aprender, pesquisar e aprender simultaneamente o potencial que tem o povo e os problemas que tem o povo.

Em geral as pessoas acentuam muito os problemas que tem o povo. O nosso povo é extremamente potencial. É preciso resgatar esse potencial e essas carências que tem o povo. Mas ao mesmo tempo em que tem que pesquisar esse potencial, é preciso consultar o acúmulo histórico dos povos, da prática social como fonte de inspiração para o presente.

Analisando o desafio da formação política para os trabalhadores, Peloso, defende a ideia de que o campo popular só terá uma escola de formação política se tiver um núcleo, um grupo, um coletivo que assuma sobre seus ombros a tarefa de encarar alguns desafios: o primeiro desafio desse núcleo é a elaboração teórica do conhecimento que afirme, recrie, mas sobretudo que de conta da realidade concreta, diversificada, confusa que nós vivemos; ter unidade de leitura e orientação para a nossa prática atual; construir a identidade da classe trabalhadora, hoje extremamente diversificada e fragmentada. Para Peloso

Na falta dessa unidade teórica, reina uma diversidade de leituras, um ecletismo prejudicial que divide e que imobiliza aqueles que lutam por uma nova ordem social. Aqui vale a pena já recorrer a inspiração do passado quando Lenin falava que sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário. Existe uma necessidade hoje de se ter uma teoria revolucionária,

Ainda analisando os desafios da formação, Peloso entende que este também passa pela formulação de uma estratégia política criativa em cada momento para que seja capaz de responder as demandas da classe do trabalho não pago. Essas respostas tem que ser feitas no fogo cruzado da ofensiva do capital. Não se vai parar para fazer essa elaboração. A elaboração

é feita no calor da luta. Essa elaboração vai aparecer na forma de projeto político: o que nós queremos daqui a 10 anos? Ou seja, nós temos que ter metas claras a médio e a longo prazo também no campo da formação sustenta o dirigente do Cepis, enfatizando que

Essa elaboração política tem que pensar na criação de mediações organizativas: movimentos, instrumentos políticos que sem hegemonismos possam vestir e encarnar essa estratégia. Por isso ela tem a obrigação de chegar a um programa unitário; a definir princípios comuns; a ter um modelo orgânico de como organizar os trabalhadores; uma metodologia de como trabalhar com o povo e como incorporar a massa como protagonista.

Peloso defende que a tarefa dessa elaboração teórica, dessa elaboração política dessa estratégia criativa é a qualificação dos quadros. Mas, para isso,

Qualificação de quadros significa ter dirigentes políticos preparados para dar respostas práticas hoje, na luta de classe hoje. Mas que simultaneamente sejam capazes de pensar, de projetar o amanhã de nosso mundo e da nossa utopia. Assim, o quadro político qualificado é alguém que tem uma ética, um projeto, uma estratégia, uma organização, um método. Ele atua em qualquer conjuntura, seja de guerra latente, ou de guerra aberta e sobre quaisquer condições e em qualquer lugar do mundo.

Por fim, Peloso passa a descrever sinteticamente as crenças de um quadro político. Julgamos pertinente trazê-las aqui, pois tem seu vínculo profundo com a estratégia da formação política, melhor dito, com a necessidade da formação política para a classe trabalhadora que a nosso ver é primordialmente preparar os quadros políticos para a luta de classes. Quais são as crenças de um quadro? Peloso responde:

- Ele precisa estar convicto, quase uma fé de que a massa é quem faz a revolução, de que a massa é a força e que a coordenação, a direção é a consciência, o fermento
- O sonho da sociedade sem exploração não vai nascer espontaneamente. A justa reação contra a injustiça vai ficar apenas na revolta se não for permeada com a intencionalidade do quadro político. Imagina então a tarefa de preparar um quadro político!
- O quadro político no descenso da luta de massas, tem que fermentar a partir de toda a forma de resistência, denunciando toda e qualquer forma de exploração, de dominação política ideológica e simultaneamente fazer a propaganda da vida descente que merece a classe trabalhadora. Ele acredita simultaneamente na consciência e na força da multidão.
- Nesse momento de crise é que se prepara a guerra, que se prepara militantes. Ninguém prepara a militância no momento do ascenso. Se prepara quadro no momento de descenso. Por isso os quadros têm que se impor na luta concreta, pois é ali que se faz referência e se apresentam no reascenso. O quadro popular político, popular, faz trabalho de base, que junto com o povo resolve os problemas do cotidiano. Relaciona a luta local, com a luta geral e prepara novos militantes. Então trabalho de base não é agitação e propaganda, embora sejam necessários.
- Não existe formação de quadros fora dos processos de luta popular. É na luta popular que se prepara os quadros. Formação popular descolada do movimento de massa é puro exercício de ficção ou ilusão acadêmica. Porque afinal o grande educador popular é quadro dirigente, metido até os cabelos na luta de classes.
- Ousar lutar, ousar vencer. Os revolucionários são radicais porque são ousados. Eles não são aventureiros, eles são ousados. Na crise, como a que vivemos

nesse momento, eles optam pela possibilidade do rompimento e não se vendem por migalhas ou por um prato de lentilhas. Eles empurram sempre mais para além dos limites das reformas, para conseguir mais tempo livre, mais tempo para viver.

- A juventude tem a linguagem contemporânea, disposição para a entrega, capaz de encarar o risco e de cortar a raiz. Como a fé revolucionária não brota, mas vem pela convocação, é preciso apostar nessa nova geração para a superação da crise pela sua própria sobrevivência, mas também para a continuidade da luta, a construção de uma nova ordem social e a revolução socialista.

Na mesma perspectiva da formação de quadros e de seus inerentes desafios, o dirigente nacional da Formação Adelar Pizetta acredita que formar quadros não é tarefa simples. Pelo contrário, “é um processo complexo e difícil que se realiza por intermédio da luta e organização política da classe em movimento”. Não basta ter uma escola e cursos de formação de quadros para que sejam os quadros formados. Esses aspectos são imprescindíveis, mas insuficientes uma vez que os quadros são forjados nos processos de embates políticos que apontam para as rupturas com a ordem do capital. Portanto, quadros revolucionários são formados, projetados, testados na luta de classes que põem como estratégia a questão da tomada do poder político. Assim, sugere Pizetta,

um dos grandes desafios para a formação de quadros é a existência de uma organização de caráter transformador, que busca organizar lutas e embates “contra a ordem” com o intuito de acumular forças para a luta revolucionária. Movimento de caráter reivindicatório apenas forma o “militante sindical”; Movimento revolucionário, forma “quadros políticos”.

Para Pizetta outro desafio é aquele que requer a articulação entre os diferentes níveis e métodos de formação, uma vez que não se forma quadros sem um amplo processo de formação de base e de militantes. Essa dinâmica requer conteúdos e metodologias adequadas aos níveis e contextos da formação. Está também a necessidade de uma estratégia de luta pelo socialismo, pois, a formação de quadros está profundamente articulada com a estratégia contribuindo com a sua formulação e implementação. “Há, portanto, uma relação dialética entre estratégia e formação de quadros, são interdependentes, se retroalimentam e se instigam o tempo todo mantendo os rumos apesar das adversidades e mudanças conjunturais”, sustenta o dirigente da formação, enfatizando ainda que existe a necessidade da

continuidade nos processos de formação. Por isso não se forma quadros sem planejamento, sem observar os princípios organizativos que devem orientar a práxis de todos os militantes. Destaca-se também a capacidade que devem cultivar e desenvolver os dirigentes no que tange à capacidade de formular planos de ação e distribuição das tarefas políticas, elementos essenciais para projetar novos quadros.

Pizetta destaca por fim que a formação de quadros está relacionada à capacidade de análise (leitura) da realidade complexa na qual se desenvolve a ação política dos dirigentes. Compreender com profundidade as contradições e possibilidades desse contexto é

fundamental para pensar, organizar e desenvolver programas de formação que permitam manter viva a teoria sem dogmatismos, sem esquemas pré-concebidos. “A realidade sempre é mais rica do que a teoria que dela procede, por isso o movimento dialético (vivo) entre prática e teoria pode fomentar uma práxis verdadeiramente revolucionária”, conclui.

4.1 Lições históricas

É plausível considerar que no campo da formação política os aprendizados históricos se multiplicam o que nos remete sempre aos próprios desafios do que fazer pedagógico na educação política das massas, na elevação do nível de consciência das pessoas.

Um primeiro aspecto a considerar é de que as organizações políticas da classe trabalhadora que não investiram na formação política ideológica tiveram enormes dificuldades: ou foram cooptadas ou foram facilmente assimiladas ou foram derrotadas. Investir e apostar na formação, na própria autoformatação é buscar a autonomia político-ideológica. Não fazê-lo é aceitar que outros nos dirijam. No MST, podemos afirmar pelo que expusemos até aqui, que foi graças ao intenso processo de formação, no investimento que se fez na formação de militantes, que se consolidou sua própria existência.

Um segundo elemento, e como parte das lições históricas, é de que a formação não pode ser um processo dogmático, rígido, burocrático, espontaneísta. A formação precisa ser preparada e implementada respeitando-se as especificidades, os diferentes saberes, os níveis com princípios e valores. Contudo, sempre deve estar de acordo com a estratégia da organização: ora mais de agitação, de propaganda, ora mais no seu aspecto organizativo, ora mais na escolarização, mas sempre buscando o equilíbrio entre a forma e o conteúdo, aliás, no conteúdo da formação sempre vai tendo acréscimos, revisões, complementos.

O que consolida uma organização política é também a firmeza ideológica de seus militantes, adquiridas nos processos de formação política combinadas com processos de luta. Essa firmeza é parte do patrimônio moral forjados na militância. Por isso que a formação deve articular a experiência pessoal com a experiência da classe trabalhadora, a história da luta de classes com a história universal. A parte deve estar articulada com o todo; o cotidiano deve estar articulado com horizontes maiores das lutas da classe. A perspectiva histórico dialética é que nos dá esse caráter de totalidade.

Um quarto aspecto dessas lições históricas dos processos formativos reafirma que o conhecimento vem do estudo da teoria, a qual sistematiza explicações com as reflexões sobre a prática social. Todavia, sem prática política e organizativa nada se desenvolve

politicamente; nenhum militante cresce e chega a ser quadro político. Nesse sentido os quadros surgem dos movimentos, das lutas políticas. Eles são oriundos dos processos conflituivos, das contradições mesma da luta de classes.

É preciso valorizar e respeitar a cultura, a afetividade, o querer-se bem. As atividades de formação – teoria e prática - necessitam levar em conta os aspectos da razão, mas não pode ignorar os aspectos da emoção. Os valores que desenvolvemos precisam ter vida em nossas ações, nos comportamentos para que possam ser mais explícitos e possam ir construindo referências de formação.

Fomos aprendendo que o trabalho de base é o principal instrumento pedagógico no processo de formação das massas. As massas se educam também por esse vínculo estreito do militante, do quadro que combinam a formação da consciência com processos mobilizadores, organizativos.

Entre outras lições é necessário destacar o processo de formação com a juventude. As organizações que não planejaram a formação com esse sujeito social a partir de uma nova ética, valores novos, disciplina nova, não projetaram novos militantes, envelheceram não respondendo aos desafios atuais da luta.

4.2 O legado do MST

Evitando-se todos os ufanismos não seria exagero afirmar que o MST se converteu numa das mais importantes organizações populares do Brasil, neste último quarto de século. Gestado no conjunto das lutas pela redemocratização do país e fruto das contradições de seu tempo histórico, o MST ocupou uma lacuna na luta dos camponeses sem terra no país, herdada das Ligas Camponesas, Ultabs e Master. O legado que essa organização social plasmou na esquerda brasileira não pode ser ignorada.

Nosso intento, de forma analítica, é comentar a grandes traços a contribuição política do MST na perspectiva da formação política para a luta da esquerda⁶⁵ brasileira, ainda que a esquerda esteja enredada num cipoal de concepções e no canto do ringue da contra revolução. A hegemonia neoliberal, digamos, desarranjou a estratégia de grande parte da própria esquerda. Parte cooptada, parte em crise organizativa e ideológica, parte tentando reencontrar e ou refazer o caminho.

65 Utilizamos a expressão “esquerda” para nos referir ao bloco histórico que se conformou pós a ditadura militar dando origem ao PT, a CUT e ao próprio MST. Evidentemente que outras organizações e atores políticos que surgiram posteriormente também conformam esse bloco, mas fundamentalmente foram hegemônicas nesse último período por essas três organizações.

Indagado sobre a contribuição do MST sobre a luta social no Brasil, Florestan Fernandes foi categórico, “se o MST não existisse, teríamos que inventá-lo”. De sua parte, o MST demonstrou que as conquistas, as mudanças sociais só podem acontecer através dos processos de luta. Poderíamos afirmar então que o Movimento desenvolveu uma cultura política da luta. Nas próprias palavras de Florestan “não se deixar cooptar, não se deixar esmagar, lutar sempre. Assim, as lutas foram as parteiras dos próprios processos formativos, das lições pedagógicas. Foram elas, as lutas, que forjaram a tempera de muitos quadros e militantes. Em contrapartida muitas organizações abandonaram a perspectiva da luta e dos processos formativos a ela vinculado. Praticamente apostaram todas as suas fichas na luta institucional como estratégia para se chegar a mudanças sociais. Não se dariam conta que esse caminho estava pavimentado de contradições e armadilhas que os levariam ao próprio estrangulamento político. Evidentemente que nessa estratégia não caberia a formação política.

Outro aspecto fundamental que podemos tratar como legado do MST sem nos equivocarmos diz respeito a unidade fundamentada em princípios organizativos. A unidade não elimina as divergências mas converge na tática e na estratégia de uma organização política. Como elementos da teoria da organização, o MST incorporou em sua prática política alguns princípios⁶⁶ que foram orientando a ação de sua militância e a construção coletiva deste Movimento. Princípios como o da direção coletiva, da divisão de tarefas, ampliaram enormemente a participação da militância nas tomadas de decisões, na condução do próprio Movimento que nunca dependeu de um líder apenas, mas do conjunto de sua militância, referida em inúmeros documentos⁶⁷ como seu principal patrimônio. Já as organizações que não se pautaram por esses princípios não projetaram quadros dirigentes, em geral sempre a espera de um líder que apontasse soluções, não renovaram seus quadros dirigentes, foram envelhecendo e não respondendo aos próprios desafios que a luta exigia.

Os princípios como guia foram fundamentais para dar direção política ao Movimento, sem fomentar tendências, disputas internas, posições políticas particulares. A vinculação permanente com as massas, a disciplina, o estudo, o planejamento, a crítica e autocrítica também foram princípios que deram conteúdo e unidade de ação ao MST. Aliás, conformaram a própria natureza deste Movimento a nos ensinar que a observância deste princípios, não como letra morta, mas organismos vivos e atualizados, contribuem para evitar muitos dos vícios e desvios⁶⁸ que setores da esquerda não souberam ou não quiseram superar.

66 Ver em Brava Gente a explicação de João Pedro Stédile sobre esses princípios (pág. 33 a 58).

67 Sobre os Valores de uma prática militantes; Normas Gerais: Lições da Luta pela Terra; Método de Trabalho de Base e Organização Social; Sobre o Método de Direção

68 Nesse sentido ver artigo de Adelar Pizetta na publicação do MST – Método de Trabalho e Organização

A formação política de seus quadros e dirigentes sempre esteve na base dos desafios internos desta Organização política. A aposta na superação deste desafio acaba por se converter num legado a própria esquerda. A exceção do PCB e da curta experiência do PT e da CUT através do Instituto Cajamar, nenhuma outra organização conseguiu manter uma escola de formação política como é a experiência da ENFF que desde 2005 vem mantendo ininterruptamente atividades⁶⁹ de formação política. Atividades essas não só para dirigentes e quadros do MST, mas para o conjunto da classe trabalhadora. Essa Escola se tornou rapidamente referência para inúmeras organizações camponesas e urbanas de praticamente todos os países do Continente Latino-Americano. Ademais da construção da ENFF, desde a sua gênese como já nos referimos no capítulo II, o MST apostou na formação política, na preparação teórica e técnica de seus quadros e dirigentes. Esse vínculo é bastante estreito entre ser dirigente e os processos de estudo, de formação política. Assim, não há como dirigir um processo de organização social, uma luta política se não se estuda, se não se atualiza permanente. E todo estudante necessariamente deve estar vinculado a uma tarefa concreta na Organização. O estudo já é incorporado como parte dos princípios organizativos e como parte do método de direção.

Outra contribuição do MST, como parte do seu legado é todo o debate e o acúmulo teórico sobre a construção de outro modelo de agricultura⁷⁰. Evidentemente que esse debate não se dá apenas no campo das ideias mas no embate com o agronegócio, já explicitado em linhas gerais a sua natureza nessa pesquisa. O agronegócio tem combatido com todas as formas, inclusive no uso da violência, um modelo alternativo de agricultura, que contemple a sustentabilidade ambiental, social, econômica e de soberania alimentar. Toda a luta do MST, não tem se restringido a pauta econômica ou especificamente a luta pela terra, mas tem buscado construir a partir de objetivos mais amplos, contribuindo com outros setores da sociedade, não só do campo, mas da classe trabalhadora urbana, um outro modelo de agricultura que produza alimentos de qualidade, saudáveis, baratos para o conjunto da sociedade.

A produção e o consumo de alimentos saudáveis se torna um ato cultural, por isso político e formativo em que o MST tem grande parcela de contribuição. A organização de inúmeros assentamentos - prerrogativa que deveria ser do Estado - , o desenvolvimento da

Popular sob o título “Vícios e Desvios e as formas de combatê-los”

69 Conforme relatório de balanço avaliativo do ano de 2005 a 2012 passaram em torno de 11 mil pessoas em diferentes processos formativos.

70 Nesse sentido consultar o Programa Agrário do MST cuja síntese pode ser encontrado na obra “Questão Agrária, volume 9, organizado por João Pedro Stédile

cooperação agrícola, a produção agroecológica já sinalizam, como embriões e práticas de que outro modelo de agricultura é possível. As inúmeras feiras da produção de alimentos e mostras culturais do MST tem ampliado esse debate no conjunto da sociedade e se convertido num importante espaço de luta, resistência e acúmulo de forças para esse modelo preterido.

É válido ainda reconhecer que o MST tem promovido ações tendo como referência a prática de novos valores, como a solidariedade, a mística, o amor ao povo, o internacionalismo em destaque. Essas práticas se constituem em referentes para muitas organizações. Assim como o desenvolvimento da cultura, da arte, das diferentes formas de comunicação, tem dado ao MST um papel de vanguarda e de referência.

5 O PAPEL DA FORMAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

Como parte dos processos de reflexão do MST, fruto dos debates coletivos e por ocasião da realização de seu VI Congresso Nacional, o Movimento produziu um documento denominado “Programa Agrário do MST” que passaremos a usar a fonte pela sigla PAM. É pois basicamente sobre esse documento e algumas entrevistas que vamos dialogar para compreender a nova estratégia do MST: a reforma agrária popular e as novas formulações e exigências que já aparecem no campo da formação política.

O referido documento traça inicialmente um diagnóstico da realidade agrária do Brasil demonstrando como o agronegócio passou a ter uma expressiva função econômica e política nos últimos governos, bloqueando sobretudo o acesso as terras improdutivas para fins de reforma agrária. Por conta deste modelo, que provocou profundas mudanças na base produtiva, o documento analisa ainda as mudanças estruturais da propriedade da terra, produção, emprego e renda, observando que houve “nos últimos 10 anos um processo acelerado na concentração da propriedade da terra”. Essa afirmação está sustentada nas próprias estatísticas do cadastro de imóveis do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA quando aponta que entre 2003 a 2010 as grandes propriedades “passaram de 95 mil unidades para 127 mil unidades e a área controlada passou de 182 milhões de hectares para 265 milhões de hectares, em apenas oito anos” (PAM, p. 13).

O PAM aponta ainda as inúmeras contradições que existem entre o modelo de produção do agronegócio e os interesses da sociedade, demonstrando que não podem ser os mesmos e da insustentabilidade social, econômica, ambiental deste modelo. O Programa também apresenta em linhas gerais a natureza da luta pela reforma agrária a partir de distintos aspectos históricos do desenvolvimento do próprio capitalismo e dos desafios atuais. Por fim o documento aponta as bases e fundamentos que sustentam um programa de reforma agrária popular e a proposta de um programa de reforma agrária popular que abordaremos na sequência.

5.1 Contexto histórico da reforma agrária clássica

É com o desenvolvimento do capitalismo industrial que a expressão “reforma agrária” começa a ser empregada. Interessava as nascentes sociedades urbano industriais modificar a estrutura da propriedade da terra e da produção agrícola. A exigência era desenvolver o mercado interno, produzir alimentos para as cidades, subordinar a agricultura à indústria

produzindo as matérias-primas. Para isso era necessário democratizar o acesso a propriedade da terra, eliminando e superando os resquícios das relações feudais de produção no campo. Agora os camponeses passariam também a serem consumidores de mercadorias produzidas na indústria. Conforme o PAM, esse tipo de reforma agrária, iniciado nos países da Europa ocidental e nos Estados Unidos, a partir de 1870, estendeu-se pelos países de todo hemisfério norte até a década de 1950, com a guerra da Coreia. “Todas elas, nos diferentes países e tempos históricos, serviram de apoio aos processos de desenvolvimento industrial implantado pela burguesia” (PAM, p. 22). Por isso também foram denominadas de reformas agrárias burguesas.

Outras tipologias de reforma agrária também se sucederam a partir de cada contexto histórico, político e da correlação de forças em luta, como as reformas agrárias de caráter nacionalista, anticoloniais, populistas, socialistas, etc. Contudo, convém frisar, que no Brasil ao longo de sua trajetória histórica houve tentativas de se realizar reformas agrárias nos limites do desenvolvimento capitalista, mas sempre foram derrotadas pelas oligarquias rurais que gravitaram nas esferas do poder político.

Foi pelo reasenso das lutas populares que em meados do século XX, no Brasil, a expressão “reforma agrária” ganha contorno mais radicais e de lutas dos movimentos camponeses, como foram as Ultabs, as Ligas Camponesas⁷¹, o Master. Essas lutas rapidamente ganham uma dimensão nacional, mas cuja estratégia ainda se situavam dentro de uma perspectiva do desenvolvimento do mercado interno para a indústria nacional. Característica fundamental das reformas agrárias do tipo burguesa. Esse contexto da década de 1950/60 vai gerar o debate

se o desenvolvimento da agricultura brasileira – atrasadíssima nas relações sociais no campo e pouco produtiva por causa dos quatro séculos do modelo agroexportador – deveria ser feito através de uma reforma agrária burguesa ou através de um pacto entre burguesia industrial e oligarquia rural para assegurar inalterada a estrutura fundiária. (PAM, p. 25).

Já existem muitos estudos⁷² que analisam a opção da burguesia brasileira em não realizar a reforma agrária clássica. Mesmo com todos os processos de lutas, o Golpe Militar de 1964 para a agricultura significou uma modernização sem reformas, impondo uma violenta repressão aos movimentos populares do campo, levando-os a derrota. Pela força e repressão a burguesia brasileira impôs sua hegemonia em toda a sociedade e na agricultura, prescindindo da necessidade de fazer a reforma agrária.

71 No primeiro capítulo nos referimos as Ligas Camponesas como parte destes processos de luta.

72 Nesse sentido ver STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil*. O debate na esquerda: 1960 – 1980. v. 2, 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Nessa obra sobretudo o artigo de André Gunder Frank sob título *A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo – 1964*.

A bandeira da reforma agrária somente irá aparecer nos processos de lutas no início da década de 1980 pela redemocratização do país, mas também pela crise cíclica do capitalismo e seu modelo de desenvolvimento. Contudo

As Lutas e reivindicações se inseriam, no entanto, nos objetivos de uma reforma agrária clássica burguesa: democratizar a propriedade da terra, como uma forma de reprodução dos camponeses, de integrá-los ao mercado interno e de aumentar sua renda, para poder melhorar as condições de vida de suas famílias. [...] O programa do MST por sua elaboração teórica e pelas condições históricas daquele período, se inseria nos pressupostos de uma reforma agrária burguesa. (PAM, p. 26).

Apesar de todo o protagonismo dos movimentos camponeses, sobretudo o MST, em que conseguiu politizar a luta pela reforma agrária, os governos que se sucederam pós-ditadura militar se por um lado promoveram o desenvolvimento das forças produtivas no campo e sua integração ao mercado capitalista, de outro, foram base das alianças políticas com as oligarquias rurais pois “o poder do latifúndio se manifestava ainda com maior contundência no enfrentamento com os camponeses e suas lutas” (PAM, p. 27). Essas alianças, a nosso ver, vão bloquear a possibilidade de se aprofundar numa reforma agrária, ainda que do tipo clássica. O modelo de agricultura que passa a se consolidar não será mais atender as demandas de uma indústria nacional ou da necessidade de desenvolver o mercado interno, mas um modelo de agricultura para atender as demandas do mercado externo. “Agora é um modelo dos fazendeiros capitalistas em alianças com o capital internacional e financeiro, que passa a acumular a riqueza no campo” (PAM, p. 29).

É pois, com esse modelo que se assume a posição política de não ser mais necessária uma reforma agrária do tipo burguesa para o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura brasileira. A burguesia, o Estado e os governos assumem plenamente essa posição. Do ponto de vista do capital, considera-se que a questão agrária no Brasil está resolvida, não sendo mais necessário desenvolver a reforma agrária. Por esse pensamento ela foi derrotada. “Não há mais espaço para uma reforma agrária clássica burguesa, apoiada pela burguesia industrial ou por forças nacionalistas. Mas do ponto de vista dos camponeses e de um projeto popular de desenvolvimento do país, a Reforma Agrária é cada vez mais urgente e necessária” (PAM, p. 31), aponta o documento do MST, destacando que essa mudança da natureza da luta pela reforma agrária passa a exigir novas posturas dos movimentos populares e do MST como um todo. O próprio Programa aponta quatro aspectos que justificam essa mudança de postura:

- a) Precisamos defender agora um novo projeto de reforma agrária, que seja popular. Não basta ser uma reforma agrária clássica, que apenas divida a propriedade da terra e integre os camponeses como fornecedores de matérias-primas e alimentos para sociedade urbano-industrial.
- b) Frente ao poderio do agronegócio, é necessário construir alianças entre todos os movimentos camponeses, com a classe trabalhadora urbana e com outros setores sociais interessados em mudanças estruturais, de caráter popular.

c) A luta pela reforma agrária se insere agora na luta contra o modelo do capital. É um estágio da nossa luta, com desafios mais elevados e complexos, diferente do período do desenvolvimento industrial (1930-80), quando os assentamentos da reforma agrária em áreas improdutivas, para a produção de alimentos, somavam-se com a agricultura patronal voltada, prioritariamente, para a agroexportação.

d) Os enfrentamentos com o capital, e seu modelo de agricultura, partem das disputas das terras e do território. Mas, se ampliam para as disputas sobre o controle das sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, da biodiversidade, das águas e das florestas. (PAM, p. 32).

O caráter “popular” ganha, nitidamente, um conteúdo de classe, de disputa de modelos de agricultura. A luta pela terra não perde centralidade mas se incorpora numa totalidade maior, colocar todos os bens da natureza e sua preservação no interesse da classe trabalhadora e não do capital.

5.2 A Reforma Agrária Popular como nova referência

Se há uma mudança na natureza da luta pela reforma agrária, precisamos entender que mudanças são essas e de como o MST através de seus dirigentes formula essa nova estratégia. Para Neuri Rosseto, dirigente nacional do Movimento, é preciso desconstruir inicialmente a imagem de que a luta camponesa nos dias atuais é uma luta que visa criar o pequeno proprietário, o pequeno burguês, portanto uma luta vista como atraso. Há, na natureza dessa luta, sustenta Rosseto, um elemento central que é o confronto com a lógica do desenvolvimento capitalista. “A resistência na terra já é um sintoma da luta contra o avanço capitalista sobre a forma de produzir na sua propriedade”, enfatiza o dirigente para quem a afirmação de seu modo de vida no meio rural finca obstáculos a outro modo de sociedade que o desenvolvimento capitalista quer impor.

Se a luta camponesa tem centralidade na luta de classes, assim a natureza e o papel do movimento popular no processo de acúmulo de força têm suas próprias peculiaridades, suas características, suas limitações, mas também tem seus potenciais. Na percepção de Rosseto, o dinamismo do movimento camponês foi ditado pelo dinamismo da sociedade capitalista. A complexidade desta sociedade, foi modificando a natureza dos próprios movimentos populares. Assim, avalia Rosseto, por isso que

Chegamos a um estágio onde a natureza do movimento popular não é mais o de 30 anos atrás. Também não é mais uma sociedade onde os partidos políticos tinham o monopólio da representação política da sociedade. A única forma da sociedade se manifestar era através dos partidos políticos, da participação política através dos partidos políticos. Na medida da complexidade do capitalismo exigem-se outras formas de participação na política. Então os movimentos populares também vão se complexificando como nos dias de hoje. Por isso que hoje se faz uma confusão entre partidos e os movimentos populares. As atribuições também foram se tornando mais complexas dos dois lados.

No entanto, está claro para o dirigente do MST, que a luta pela reforma agrária popular é parte da tática de acúmulo de forças e o horizonte da sociedade socialista é a estratégia que o Movimento busca construir.

Para Rossetto, há pelo menos cinco premissas para localizar a luta pela reforma agrária popular, como parte do acúmulo de forças e como uma espécie de referencial teórico desta construção.

A primeira premissa diz respeito justamente à reforma agrária popular como processo de acúmulo de forças que aparecem em três níveis e ou frentes de luta: a) enfrentamento com a classe antagonista cujo objetivo é derrotá-la, quebrar o poder político de quem detém o monopólio da terra. Assim a burguesia fez contra o regime feudal e de forma violenta quebrou o monopólio da aristocracia dos senhores feudais que monopolizavam a terra, fez a expropriação das terras, seja da igreja, seja dos senhores feudais. Acumular forças portanto, é fazer toda a luta para obter conquistas, na luta contra a classe que se opõe a reforma agrária; b) criar consenso na sociedade, ou seja, como fazer a disputa na sociedade com a proposta de reforma agrária do MST, a proposta de agricultura, o modelo e projeto de sociedade para o país, como é um debate permanente, de construção permanente, de disputa hegemônica na sociedade; c) junto à base social para fortalecer a organização classista do campesinato no sentido mais amplo possível, transformá-lo em sujeito revolucionário.

A segunda premissa trata da tensão permanente, portanto numa relação dialética entre a teoria e a prática. Isso envolve todo um processo de construção nessa relação. Há uma unidade nessa diversidade, são aspectos diferentes, mas complementares. Na questão do conhecimento, a teoria é um fim. Já a prática, o conhecimento é um meio. Na questão do tempo, a teoria tem o tempo quase que indefinido. Já o tempo da política, é o tempo imediato, é tempo da ação, é o tempo do momento, da fortuna (Maquiavel). Perdido esse “tempo” da ação, não se atua mais naquela condição, é preciso criar novas condições. Na questão do critério, a teoria trabalha com a verdade. Já o critério para a ação política é a correlação de forças. É o enfrentamento direto com o inimigo de classe. Então há muitas tensões que precisam ser trabalhadas nessa relação dialética entre a teoria e a prática. O exagero na teoria pode, por exemplo, nos levar a cair no desvio do idealismo, ou do radicalismo, ou até mesmo no conservadorismo. Já na questão da prática, da ação política, cai-se facilmente no vício do pragmatismo, do imediatismo, quando não deságua no oportunismo. Mas é exatamente essa tensão entre a teoria e a prática que faz avançar a própria prática e a elaboração teórica, sustenta Rossetto.

Uma terceira premissa trata de que as alternativas a uma sociedade burguesa não

podem existir apartadas do capitalismo e sim em confronto com ele. A construção de uma sociedade socialista não se dá em separado da sociedade capitalista, burguesa. Não se dá pendurado no ar, mas no confronto com a sociedade capitalista. Isso para evitar o desvio do idealismo, como se as saídas fossem idealizadas e apartadas das condições materiais concretas. Três aspectos fundamentam essa premissa, segundo Rossetto: a) A crise atual do capitalismo não é decorrência de uma força interna que a ele se opõe. Não é uma força socialista que se opõe. A crise do capitalismo se deve a sua própria natureza, de suas próprias contradições que ele mesmo gera internamente. Não é o projeto de outra sociedade que está confrontando o capitalismo, mas natureza de sua crise interna. b) Para a emancipação humana e social é fundamental entender o funcionamento do capitalismo, como também é importante descrever e apresentar uma forma societária superior a essa sociedade. Apresentar uma utopia no sentido de promover uma mudança. Mas o fundamental para essa emancipação social e humana é partir dos conflitos que essa sociedade antagônica apresenta. c) Esse é o combustível para fazer o enfrentamento com a sociedade capitalista. Então a força social dos trabalhadores é gerada por essa luta de classe. As contradições são o combustível. Para os camponeses as contradições são: a concentração da terra; a pobreza no campo; a má distribuição da riqueza; a produção de alimentos envenenados; a destruição da natureza. Para Rossetto essas contradições não se devem ao atraso do capitalismo

mas justamente o contrário, é o que há de mais avançado do capitalismo que gera essas contradições. A economia do agronegócio não permite o desenvolvimento social, não permite mais humanidade no meio rural. Logo o combustível de nossa organização não é de nossa vontade, de nossa idealização, mas das contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo. O que motiva nossa organização é fruto dessas contradições geradas por uma sociedade de classe. Isso deve gerar uma indignação ética, um sujeito político capaz de se por em movimento para poder fazer a luta. Isso é mais que uma revolta. Ela supera inclusive o caráter corporativo e sindical, da luta econômica apenas. Por isso é uma luta que vai além de o sujeito ser camponês, vai além. O substrato que move a nossa organização é gerado pelas próprias contradições do capitalismo.

O próprio processo das transformações sociais mais profundas é uma quarta premissa da reforma agrária popular. Processo, esse, condicionado por pelo menos por três aspectos: a) As transformações no modo de produção e consumo que ocorrem antes, durante e depois da tomada do poder. Assim, a Revolução Francesa teve quatro séculos de preparação para a tomada do poder. Toda a parte do mercantilismo que inundou a Europa de mercadorias foi parte dessa preparação. b) As transformações culturais. Tomando ainda a Revolução Francesa como exemplo, o iluminismo foram essas transformações culturais que foram preparando o terreno para a revolução que se ajustou no plano da política, da economia, e de uma determinada consciência social. c) A tomada do poder.

Nessa quarta premissa, a questão, para Rossetto, é como a reforma agrária contribui com as transformações culturais, com as mudanças nos processos produtivos e de consumo. “Como reorganizar o modo de produção e consumo, com critérios exteriores aos critérios capitalistas?” Para o dirigente do MST os critérios exteriores passam por atender as reais necessidades da população sem querer maximizar os lucros. Como transformar isso no dia a dia com a produção num assentamento da reforma agrária, por exemplo? Outro critério é produzir visando o equilíbrio ecológico, não destruindo a natureza. Isso se contrapõe ao modo de produção capitalista. Contrário a ele é estabelecer relações sociais mais igualitárias, mais democráticas, mais solidárias. Outros critérios não capitalistas é a busca pela soberania alimentar que é contrária aos interesses dos monopólios, a busca incessante pela taxa de lucro. “Já se produz duas vezes em alimentos do que a humanidade precisa e no entanto 800 milhões de pessoas passam fome”, observa Rossetto, ressaltando que é preciso envolver o conjunto da sociedade nas tomadas de decisões sobre esses temas de como queremos que se produzam os alimentos, com que objetivos, para que tipo de consumo? Rossetto acredita que

Nas áreas de assentamentos, já é possível fazer esse exercício para que a sociedade local participe dessas decisões, por menores que sejam. A reforma agrária pode ser esse instrumento que convoque a sociedade para essa participação. É o exercício do poder popular.

A quinta premissa diz respeito aos conflitos que a sociedade de classes gera, mas a relevância está em controlar esses conflitos. É pois desta forma que o capital se mantém, mantendo o controle sobre esses conflitos, criando uma forma de Estado que mantenha o controle sobre os conflitos que ele produz, uma vez que, por sua natureza, ele não consegue evitá-los. De maneira geral, aponta Rossetto, são quatro processos que o capital organiza e que atuam no contexto da reforma agrária popular. Um deles é desmonte das conquistas dos trabalhadores; alto nível de controle preventivo das práticas subversivas com práticas repressivas; neutralização e combate a qualquer iniciativa que sinalizar uma alternativa ao atual modelo da sociedade burguesa; intensificação de uma guerra cultural mundial através do que vai se chamar de um imperialismo mundializado. Ante as características destes conflitos, Rossetto acredita que a reforma agrária popular não apenas se encaixa enquanto, não apenas processo de luta, mas apresenta um modelo alternativo de sociedade. No caso específico dos camponeses, uma sociedade alternativa gestada na agricultura. Para isso, aponta o dirigente do MST, o fato novo da reforma agrária popular, diferentemente da clássica, é que na popular não se quer disputar apenas o acesso a terra, mas o próprio modelo de agricultura.

Rossetto insiste na tese de que a reforma agrária popular é um processo de acúmulo de forças e que a luta pela democratização do acesso à terra ainda tem centralidade, já que o

modelo do agronegócio só é viável para apenas 8% das propriedades agrícolas, as demais 92% propriedades estão inviabilizadas. Outro aspecto é quanto ao sistema agrícola. Na reforma agrária popular algumas características são centrais nesse sistema enquanto modelo: a agroecologia, a agroindústria; a educação do campo; a relação política com a propriedade da terra para que efetivamente se cumpra com sua função social; reapropriação social dos bens da natureza para que se crie mecanismos de controle social sobre todos os bens da natureza e não como apropriação privada e mercadológica; transformar os territórios dos assentamentos na hegemonia e no exercício do poder popular; alimento não é mercadoria e sim um direito de toda a população que dele necessita.

Todavia, e considerando o contexto histórico da reforma agrária clássica já descrito no item anterior, a reforma agrária como política de distribuição de terras está sendo derrotada. Na avaliação de João Pedro Stédile,

a burguesia brasileira não precisa fazer a reforma agrária para desenvolver o capitalismo, desenvolver o mercado interno, porque o modelo de capitalismo que se adotou aqui, nessa forma dependente, mas acoplada aos interesses dos monopólios e das multinacionais, foi perfeitamente viabilizado com a estrutura de propriedade que nós temos, não houve nenhum empecilho nesse sentido. Ao contrário, o fato de existirem grandes propriedades facilitou que se implantasse de maneira mais rápida o crédito rural, que se implantasse uma modernização mais rápida, a mecanização e a monocultura. (STÉDILE, 2013, p. 373).

Portanto, não foi necessário mexer na estrutura fundiária brasileira para consolidar a forma capitalista de produzir na agricultura. Na atualidade, é sabido que as fronteiras agrícolas⁷³ estão sendo destinadas para a expansão do agronegócio. Ademais, o próprio Estado brasileiro e todo o seu arcabouço jurídico, político e ideológico pactuaram pela viabilidade deste modelo para a agricultura brasileira. Assim, a superação deste modelo pressupõe a defesa de outro projeto de Reforma Agrária que brota e cresce de um único lugar “o enfrentamento dos sujeitos trabalhadores contra as forças do capital (PAM, p. 52)

Nos fundamentos do programa de Reforma Agrária popular aparece a necessidade das mudanças estruturais, sobretudo na forma de dispor e usar os bens da natureza que devem pertencer a toda a sociedade e não à apropriação privada. Para tanto o MST defende que a democratização da terra e os demais bens da natureza são, acima de tudo, um patrimônio dos povos que habitam cada território e devem estar a serviço do desenvolvimento da humanidade. É necessário democratizar o acesso à terra, aos bens da natureza e aos meios de

73 A região do MAPITOBA, para citar um exemplo, é uma designação geográfica que compreende áreas nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. É uma região que há duas décadas era considerada esquecida no interior do Norte e Nordeste e agora está sendo apontada como o próximo grande celeiro do agronegócio no Brasil. Compreende um território com uma dimensão calculada em 414 mil quilômetros quadrados, quase o tamanho da Alemanha, e com uma população de 1.800.000 habitantes espalhada por 337 municípios.

produção na agricultura a todos que querem nela viver e trabalhar.

Neste sentido que seu uso e posse da natureza deveriam estar subordinados aos interesses de todo povo. Proibindo a propriedade privada da água, seja para consumo humano, agricultura, comércio ou indústria. A água é um bem natural que deveria ser considerado de domínio público todos os reservatórios de água e das atuais barragens. (PAM, p. 41).

Para Luiz Henrique Gomes de Moura, dirigente nacional do MST, a reforma agrária popular mantém, do ponto de vista da ação do MST, alguns elementos ainda centrais: o enfrentamento à propriedade privada; a luta coletiva; a mobilização popular. Contudo há elementos que se traduzem na reforma agrária popular como a reprodução social do campesinato, que é o sujeito político do MST, não mais só como uma reprodução social integrada ao capitalismo, mas no sentido de uma recuperação da práxis camponesa. É nesse sentido que se insere a agroecologia. Para Moura

A práxis camponesa é a tentativa cotidiana do camponês de produzir em um ambiente e aprender e por assim dizer ir socializando esse conhecimento. Isso é um conhecimento tradicional, se chama de saberes tradicionais, como é por exemplo a agroecologia

Esse saber, avalia Moura, não ignora o entendimento das ciências, ao buscar pelo desenvolvimento das forças produtivas, das técnicas, incorpora o conhecimento científico, mas subordinada a uma práxis camponesa, valorada no aspecto do que se produz. Assim a reforma agrária popular é muito mais que produção no estrito senso, de alimentos em geral com a perspectiva simplesmente de melhoria econômica. Para Moura, produção ganha outros sentidos e significados:

Quando falamos o que vamos produzir estamos falando de educação. Você produz a cultura não é partir de uma cristalização do que seria uma cultura camponesa, mas a partir das contradições mesmo e do que seria a vida camponesa. Então hoje na relação com as cidades você produz uma cultura que está relacionada com o trabalho. Assim é com as novas relações de gênero, assim é a questão da saúde, que consolidam uma práxis camponesa. Todo esse processo parte da compreensão de que o campesinato tem que sair da subsunção da indústria capitalista e partir de uma construção emancipatória ou se quisermos de um processo industrial não alienado.

Outro aspecto apontado por Moura quando se refere ao tema da reforma agrária popular como nova referência é o que ele chama de um novo metabolismo sócio ecológico que se traduz na relação campo e cidade. Conforme este dirigente, o nível de contradições do atual estágio - destrutivo - do capitalismo coloca na atualidade o fim das possibilidades de uma etapa civilizatória do próprio capitalismo. “Na sua forma geral o capitalismo cessou a sua fase civilizatória. Ele entrou numa etapa destrutiva. Esse processo destrutivo gera contradições mais agudas daquilo que o Marx chamou de ruptura metabólica, que é a desconexão do campo com a cidade”, aponta Moura, observando que na sociedade feudal tinha-se um processo metabólico entre a produção, a comercialização, a vida. Já quando entra

a organização do capitalismo, a organização territorial, a concentração das fábricas em algumas poucas cidades, a acumulação primitiva, o deslocamento dos camponeses para as cidades, gerando uma ruptura, desconexão do ser humano com a natureza em geral. Isso gerou uma contradição histórica entre os trabalhadores e os camponeses: os trabalhadores exigindo o preço de uma cesta básica a mais baixa possível e os camponeses exigindo que as cestas tivessem o valor de troca o mais alto possível pra continuar se reproduzindo socialmente na terra. Nesse contexto, Moura observa que

O grau de contradição do capitalismo coloca outras variáveis que não são exclusivamente as mercadorias, o valor de troca. Por incrível que pareça essa contradição do capitalismo, ao mesmo tempo em que extrapola ao máximo o valor de troca, ele recoloca a possibilidade do valor de uso. Só quem pode fazer isso hoje é um campesinato consciente, um campesinato em luta. E os trabalhadores que estão na cidade cada vez mais têm essa consciência também de que não podemos consumir produtos envenenados.

Assim, para Moura, um dos grandes desafios da reforma agrária popular é reconectar essa relação entre campo e cidade. O grau de contradições, de vida precarizada que os trabalhadores estão submetidos nas cidades, pode motivar a retomada da luta pela terra como foram alguns acampamentos massivos que ocorreram no interior do Estado de Goiás⁷⁴. “Isso é um fenômeno que não pode ser explicado apenas como um fuga para a cidade. De certa maneira é uma manifestação da consciência, ainda não muito clara, de que esse caráter destrutivo do capitalismo os está atingindo”, observa Moura, acreditando que a reforma agrária popular nessa perspectiva do metabolismo “é possibilitar que as pessoas que querem ir na luta pela terra possam se inserir” e completa: “a máxima que guiou os movimentos agraristas “terra para quem nela trabalha”, agora ela se transmuta em “terra para quem nela quer trabalhar”.

Com o perfil de um novo público, Moura acredita que os desafios da reforma agrária popular também aumentam observando que é uma massa muito degenerada do ponto de vista da consciência, com perfil extremamente individualista, a sua grande maioria não participou da sociabilidade do mundo do trabalho, como a fábrica, com formas organizadas. “A maioria são autônomos, fruto da precarização do toyotismo. É muito difícil trabalhar com uma base com esse perfil”, sustenta Moura. Segundo ele, os próprios processos formativos anteriores não dão conta de formar essa base. Dão conta em partes, mas não dão conta sozinhos.

74 Entre os anos de 2015 e 2016 houveram dois grandes acampamentos no Estado de Goiás. Um primeiro, com mais de 3 mil famílias que se organizou ocupando um latifúndio de 25 mil hectares de propriedade do Senador Eunício de Oliveira. Esse latifúndio alcança território em três municípios: Corumbá de Goiás, Abadiânia e Alexânia, distante 100 Km de Goiânia e de Brasília. Outro latifúndio em uma área de uma usina para produção de álcool, cuja falência já fora decretada, localizada no município de Santa Helena, mobilizou em torno de 4 mil famílias.

Para o dirigente do MST essa reconexão campo e cidade é que vai trazer novamente o apoio à reforma agrária, pois

A medida que a reforma agrária recupera um sentido para a população, para a classe trabalhadora na cidade que não o sentido anterior que nós tínhamos que era o da modernidade: nós tínhamos esse ideário, contra o latifúndio nós éramos a modernidade, o latifúndio era o arcaico. Esse tombo levamos na história no final da década de 1990, início dos anos 2000, quando o agronegócio se apresentou como moderno e os nossos assentamentos eram um símbolo do atraso na visão deles. Com a reforma agrária popular e depois de 8 anos peleando com esse agronegócio, conseguimos dar esse salto de recolocar a reforma agrária como tema fundamental, como distribuição de renda, como geração de trabalho, como dinamismo regional e assume sobretudo o papel de cuidar da natureza e produzir alimentos saudáveis.

É por essas razões, acredita Moura, que a questão da reforma agrária continua vigente, não desapareceu. “Ela precisa estar pujante na sociedade brasileira e o caos urbano é uma das consequências da não solução da questão agrária brasileira. Isso o MST soube interpretar extraordinariamente para recolocar a luta pela terra nesse novo período”, finaliza.

5.3 A Reforma Agrária Popular e os desafios da formação

Indubitavelmente, pelo que expusemos até aqui, podemos afirmar que todo o processo formativo do MST sempre esteve vinculado a uma prática concreta. O MST não forjou quadros, dirigentes, militantes para estocá-los numa prateleira e, quando fosse necessário, retirá-los, mas sempre vinculados às tarefas concretas da organização. Assim testemunha Fátima Ribeiro, de como eram os processos de formação vinculados às tarefas:

A gente vinha para um curso e tinha a tarefa de organizar o MST e não podia retroceder, por isso não se media esforços para realizar a tarefa. Qualquer obstáculo que se interpunha era uma obsessão em superar e resolver as questões, como as de organicidade, como as financeiras. Assim os militantes e a organização deram um salto de qualidade.

As tarefas e desafios da formação política quando vinculados ao atual contexto da estratégia da reforma agrária popular também nos impõe muitas exigências. Ocorre que, pelo contexto atual e exigências da própria luta pela reforma agrária que foi se complexificando, os desafios e exigências postos a formação política também se ampliaram.

Do ponto de vista da organização da classe trabalhadora, praticamente é mais um ciclo da esquerda que se esgotou, sintetizada na estratégia hegemônica pelo PT, que foi eleger o presidente da república. Olhando para o MST, se por um lado ele foi afetado pela trajetória desses instrumentos políticos da classe trabalhadora, forjados no contexto de final da ditadura militar e ascensão das lutas de massas, como foi o caso da CUT, do PT e das CEBs, para citar alguns, ele sempre esteve preocupado com a formação da consciência dos Sem Terra, na perspectiva da formação de lideranças, militantes e dirigentes que pudessem conduzir a luta e

o MST com autonomia política e ideológica. Esses aspectos são próprios do MST, os quais fundados num método organizativo e de lutas, o que possibilitou que o MST se desenvolvesse, e, depois de uma longa trajetória de experiências, se defrontasse com esses mesmos desafios, mas, agora, num outro patamar na luta de classes. Para Adelar Pizetta, um dos dirigentes nacionais do Setor de Formação do MST,

Agora, não mais formar simplesmente os lutadores pela terra, o que ainda deve ser feito, mas, formar quadros políticos para a luta política, para a luta de classes. Formar lideranças e a própria base para acumular forças do ponto de vista orgânico e político, já que força política é dentre outros aspectos: capacidade de direção, consciência, organização, potencial de lutas de massas.

Para Pizetta, nesse momento, é importante retomar a questão da estratégia, dos objetivos, pois é estratégia que dá o rumo e a linha para a formação, deve cobrar o tipo de militantes, de quadros que estamos e precisamos formar. Segundo ele, considerar que

A revolução é um processo no qual estamos imersos, mas, se não tiver a radicalidade necessária, pode dar no reformismo. Podemos ser revolucionários no discurso, mas, conservadores e reacionários na prática política.

Nota-se que a perspectiva da formação é reafirmar e produzir um novo sujeito político, vinculado a uma consciência inovadora, crítica e criativa, que avança na perspectiva revolucionária. Em outras palavras, para Pizetta

Não se trata de uma coisa, mas sim, de uma relação social, com sentido histórico, revolucionário, que vai sendo testado na prática de luta, na prática organizativa e na teoria política. É um ser com profundo conhecimento político e cultural, capaz de não vacilar diante dos grandes desafios que a luta de classes impõe. Esse é o quadro que precisamos formar. [...] Isso significa formar capital humano, uma nova relação entre as pessoas, capaz de ir forjando o novo homem e a nova mulher, edificadores da sociedade socialista.

Do ponto de vista do referencial teórico para a formação política, Pizetta reafirma a necessidade da apropriação da teoria marxista, para aplicá-la na prática, “não como receita ou dogma, mas como um guia para a ação”. A teoria é um instrumento para entender e interpretar tudo o que se passa na sociedade, no Movimento e, ajudar a tomar as decisões políticas, a definir as táticas adequadas para cada momento de acordo com a estratégia da organização. Para este formador, é preciso ressaltar que

conhecimento é esforço, é atividade intelectual é uma maneira de se apropriar do mundo que precisa ser transformado. Essa arma ainda é o materialismo histórico dialético e não o pós-moderno, essa ideologia que obscurece a realidade, acomoda os oprimidos e tira de cena a luta de classes e a visão de totalidade, de contradição, que movem os processos. Precisamos estudar muito, nos preparar para combater a ideologia e a práxis pós-moderna. Do contrário, a história nos cobrará por esse descuido no processo de formação política.

Implícita na teoria marxista, Pizetta é enfático ao recolocar a questão do método nos seguintes termos:

o materialismo histórico dialético, a práxis revolucionária, entre outros, são pontos

de referências que nos ajudam a pensar o novo desde o histórico consolidado e os objetivos estratégicos. É preciso dominar o método dialético como forma de pensamento e de ação, de práxis. É preciso enfrentar o idealismo, o positivismo que nos empurram para práticas coniventes com a ordem estabelecida.

É tarefa da formação, para Pizetta, dar as condições para que os dirigentes dessa Organização se aprofundem no conhecimento da realidade brasileira, para poder saber interpretar esse processo histórico que nos construiu, que produziu as condições que temos para fazer a luta. Pondera que

estamos em um processo de construção da nação brasileira, que ainda não se concluiu. Mas, essa conclusão não se dará pelos caminhos normais de desenvolvimento do modo de produção capitalista, nem, protagonizada pela burguesia brasileira. Não haverá mudança sem romper com a dependência externa, sem romper com as desigualdades enormes construídas nessa história, sem integrar o povo nos destinos da sociedade, da vida da política. E, essas tarefas estão destinadas à classe trabalhadora explorada, da qual somos uma parcela.

Pizetta, sustenta ainda que os dirigentes através dos processos formativos precisam ter conhecimento e confiança na sociedade do futuro, no horizonte socialista.

Se perdermos a utopia, a capacidade de imaginar, de sonhar e lutar por essa causa, estaremos desistindo de construir a soberania, a independência, de conquistar a liberdade e, continuaremos escravos e serviçais do capital. A formação é para o socialismo, para a revolução socialista e não simplesmente para sermos melhores dentro do capitalismo.

Por fim, o dirigente da formação crê que não existe alternativa de libertação da classe trabalhadora, a não ser acabar com a propriedade privada dos meios de produção, com a apropriação privada dos bens e das riquezas produzidas pela força de trabalho.

6 A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO POLÍTICA PARA O MST - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 12 - Escola Nacional Florestan Fernandes, um dos espaços onde ocorre a formação política dos militantes do MST



Fonte: Arquivo pessoal.

Ao analisarmos o processo de formação desenvolvido pelo MST (Capítulo 2), de maneira geral podemos entender que a formação política é um processo amplo que se realiza permanentemente no conjunto das ações do Movimento. A formação abrange os diferentes momentos e estratégias da organização.

A análise do processo de formação desenvolvido no MST nos permite perceber que o Movimento sempre vinculou os contextos históricos da agricultura brasileira e da Reforma Agrária com os objetivos estratégicos da própria organização. Foi assim que, em certa medida, pudemos compreender os diferentes momentos históricos da formação política, técnica e ideológica e de como foi se dando a combinação desses momentos na luta pela Reforma Agrária e na consolidação do próprio MST.

A formação sempre fortaleceu os objetivos estratégicos da organização. Esse mote conduziu os processos de formação por um longo período. Se tomarmos por base a luta imediata e econômica que acabou ganhando relevância na consolidação dos objetivos

estratégicos, vimos que a formação ficou limitada a estes aspectos, sobretudo até meados dos anos 90, quando ganha mais força a necessidade de consolidar a própria organização da produção como forma de resistência e ocupação dos territórios. Neste sentido percebemos que o caráter das lutas, a natureza das lutas, teve reflexo direto no perfil de militantes que foram formados, ou seja, formou-se para uma determinada forma de ação. Melhor dito, a ação para o MST determina em grande medida o próprio caráter da formação. A existência (formas de luta) vai determinando o nível de consciência (formas de pensamento) social. Quando fica mais claro para o MST, sobretudo a partir dos anos 2000, que a luta pela reforma agrária ganha novos contornos, enfrentando inimigos mais qualificados, que têm vínculos com as grandes corporações internacionais, com o capital financeiro, os processos formativos ganham novas exigências: preparar os quadros dirigentes para um novo nível de enfrentamento em que o conhecimento, a inteligência, o discernimento político necessitam ser mais profundos. Portanto a luta de classes mais aguda, passa a exigir novos processos formativos.

Vimos que quando as lutas de massas, as lutas reivindicatórias de caráter puramente sindical, ganham força no MST, acaba por projetar com mais ênfase, militantes reivindicadores, reformistas. O contrário também pode ser verdadeiro: se as ações realçam o aspecto político da luta de classes numa perspectiva mais ampla, numa perspectiva de classe, projetam-se quadros políticos vinculados a tarefas de um projeto que contemple o conjunto da classe, um projeto de sociedade. Contudo, no limite, essa oposição entre o reivindicativo e político, dando ênfase ao político e atribuindo o caráter reformista à luta reivindicativa pode nos levar a equívocos. A luta política pode ser reformista e a luta reivindicativa pode ter o germe de ruptura com um projeto reformista. Em grande parte por sua análise do movimento histórico da luta de classes, mas também pela intuição, parece-nos que o MST está fazendo um movimento de aproximação ao que seria um quadro mais vinculado às tarefas políticas, tentando ser a expressão de luta de um projeto do conjunto da classe trabalhadora. Porém e, aqui poderá residir um de seus problemas, um dos dilemas de seus quadros: a maioria da sua base social se mobiliza apenas na esfera da necessidade econômica. Seus quadros pensam e formulam estratégias numa perspectiva mais ampla, mas a natureza da organização impede-lhes a concretude de suas ideias. Ideias aqui, no sentido de um projeto que vai além da conquista da terra e da reforma agrária, mas um projeto que consolide uma sociedade igualitária.

Ressaltamos que o problema não reside no desajuste entre horizonte socialista e base camponesa da organização. Essa relação avança de forma processual, contraditória até. Na verdade, as ideias para superar o limite reformista numa economia de mercado são a

expressão de que a luta pela reforma agrária só vai se efetivar em um regime socialista. Então, as ideias serão a expressão concreta dessa percepção da necessidade da superação dialética do estágio atual do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Mudada a base material desta sociedade, muda-se mais ou menos rapidamente a consciência social desta mesma sociedade, o conjunto das ideias que se tem sobre essa sociedade.

Caberia aqui o espaço da formação política justamente para elevar o nível de consciência de sua base social, condições necessárias para se criar aquilo que Florestan Fernandes chamou de um “espírito crítico generalizado”, sem a qual não alcançaríamos as condições para uma sociedade igualitária, por isso socialista. Nesse sentido, o MST organizou inúmeras atividades e programas de formação⁷⁵ tanto para a sua base social como para seus militantes e dirigentes.

Nas formulações dos dirigentes do MST, aparece a definição de que o quadro político tem plena consciência do seu dever político diante da organização, de sua responsabilidade dos destinos do movimento no seu conjunto. Ele tem o dever de cuidar de todos seus atos para que sejam feitos com responsabilidade diante da massa. Então, se destacam a quantidade de atributos, qualidades que um quadro dirigente deve ter, para ser referência junto a massa, como: o estudo, o espírito de sacrifício, o profissionalismo, a vinculação com a massa, o companheirismo, a solidariedade entre outros.

Mas um conjunto de valores, expressos na prática dos quadros dirigentes, por si só não é suficiente. A constatação é de que na atualidade vivemos um momento de refluxo dos movimentos sociais e do pensamento socialista, exigindo dos quadros, qualidades, certas habilidades e capacidades pessoais e da própria organização, para impulsionar o próprio reascenso, condição sem a qual o próprio quadro vai definhando e desaparecendo. Por isso o MST coloca-se como desafio a formação política como estratégia da organização que contribui na construção de uma análise totalizadora para orientar as ações políticas. Para além das necessárias análises, a formação enquanto um conjunto de saberes indispensáveis ao quadro político.

No aspecto acima citado, aparece com força nos enunciados do Movimento, de que não se pode perder de vista que a formação da classe trabalhadora do campo deve estar vinculada a um projeto de emancipação social, vinculada a luta pela destruição das formas de opressão e exploração da sociedade de classes.

75 Como ilustração de tais iniciativas ver o anexo contido nessa pesquisa sobre o Programa Nacional de Formação de Militantes e da Base do MST

Coerente com essa formulação, o Movimento, através dos seus quadros dirigentes da formação, define que a tarefa política da formação de quadros é elevar a consciência da base, dos militantes e dirigentes para uma consciência socialista revolucionária. Mas para isso percebem, ainda que timidamente, que é preciso mudar a própria natureza das ações. No mesmo sentido, percebe-se por parte dos quadros dirigentes um movimento de entender que a luta pela terra, que a luta pela reforma agrária ganha contornos de luta anti-capitalista, anti-imperialista e, portanto, socialista. Já se percebe a combinação de lutas reivindicatórias com lutas de caráter antissistêmico.

Podemos constatar, ao desenvolver essa pesquisa, que o pensamento de uma organização, está ligado com aquilo que a organização faz. Mas para fazer, é preciso pensar e elaborar jeitos adequados para atingir os objetivos que se propõe. Então aparece o enunciado nos documentos internos da organização, dizendo que é fundamental que a tarefa de formação que se desenvolve no MST busque articular o nível de interesses imediatos e a luta econômica cotidiana, com o projeto de transformação social e de emancipação da classe trabalhadora.

Parece-nos que o Movimento está atento ao fato de que vivemos um período de refluxo da luta e da organização da classe trabalhadora. Atenta-se que determinadas práticas contrarrevolucionárias se colocam como obstáculos ao avanço do projeto político coletivo. A fragmentação, as divisões, o abandono à teoria marxista e socialista, a falta de unidade teórica de análise, dificulta o acúmulo de forças e a própria consistência política e ideológica dos quadros. A fragilidade orgânica, a ausência de um instrumento político que organize o conjunto da classe trabalhadora, que dê unidade às suas ações, são elementos que dificultam inclusive uma política de projeção de quadros.

A formação política, vista de seus múltiplos aspectos, sempre esteve presente em todos os momentos da vida do Movimento. É parte constitutiva de uma principalmente em função do perfil de sua base camponesa, cuja existência social determina em grande medida a sua própria consciência. Ademais de que nesse momento histórico, poucas organizações têm se dedicado à formação de militantes, coube ao MST pelas circunstâncias históricas ao transformar a formação em uma tarefa política cotidiana.

6.1 Os aprendizados

O percurso de nossa pesquisa procurou mostrar a necessidade da formação política como um dos pilares fundamentais da luta dos trabalhadores. Buscamos sustentar que o papel do elemento consciente sempre esteve na base dos processos organizativos, dos ensaios e

balanços gerais a que, em diferentes momentos históricos, os trabalhadores tiveram que responder.

Todavia, cada organização política, a seu tempo histórico, independentemente de seus acertos ou equívocos políticos, deu sua cota de contribuição. É inegável, por exemplo, para a formação política da classe trabalhadora e para o fortalecimento de uma consciência crítica na sociedade brasileira, a contribuição do Partido Comunista Brasileiro. O debate acerca das ideias socialistas deve-se muito ao legado deste partido. A profusão de uma literatura comprometida com a luta e causa dos trabalhadores pode-se tributar em grande parte a militância que cresceu empunhando a bandeira da igualdade e da justiça social em torno do PCB. E cabe destacar que grande parte da vida militante deste partido foi feita na clandestinamente e em condições de permanente repressão, prisões, torturas, assassinatos. A duras penas o PCB conseguiu manter viva a chama e o ideal de uma sociedade igualitária. Valorosos quadros políticos foram forjados na militância deste partido e muito contribuíram com a formação política da classe trabalhadora e, sobretudo, com a cultura política de que só a luta pode garantir melhores condições de vida aos trabalhadores.

Em todos os campos das artes, seja na literatura, no cinema, no teatro, na música, nas artes plásticas, os comunistas foram influentes e marcaram indelevelmente nossa cultura.

Das Ligas Camponesas, sustentamos que a grande lição pedagógica aprendida foi a ação direta das massas como forma de resolver os conflitos sociais. Nenhum líder pode substituir a força das massas em luta. Já aparece nas Ligas a necessidade da formação política como estratégia para consolidar um organismo político que não poderia depender apenas de lideranças externas. A função principal desse organismo seria o de expandir e consolidar a luta pela terra do âmbito local e criar uma articulação regional para consolidar a própria força do movimento que, se circunscrito a um município, seria facilmente derrotado pelas forças conservadoras do latifúndio que ainda era a principal expressão do poder local.

É importante reconhecer o trabalho formativo das Ligas muito vinculado ao trabalho de base, mas também da formação de quadros. O processo de conscientização dos camponeses vinha de fora da própria luta. Vinha da parte consciente. Já ganhava contorno esse processo formativo no uso das diferentes linguagens como a agitação e propaganda, o teatro, a música, o cuidado com a saúde dos camponeses e todo o trabalho de assessoria jurídica buscando garantir os direitos legais dos camponeses ante as relações trabalhistas de espoliação. Já a fase da formação de quadros iniciada com a Escola de Formação de Quadros não teve vida longa já que o golpe militar de 1964 interrompia esse processo de luta e organização popular. A repressão, torturas, prisões e assassinatos seria a prerrogativa

encontrada pela burguesia brasileira para fazer valer seu projeto de classe.

Mesmo com toda a repressão, as lutas populares não esmoreceram. Ficaram latentes e no último quarto de século houve uma intensa participação das forças populares organizadas para discutir um projeto popular para o Brasil. Todo esse debate, a nosso ver, foi capitaneado pela estratégia “democrático popular”, tendo a frente o Partido dos Trabalhadores. O debate do Brasil que queremos deveria ser diferente do país que havia sido herdado do período militar. Ele deveria nascer com a participação popular, democrático, emancipador e libertário. Se tomarmos em conta os antecedentes históricos é possível visualizar em germe as dificuldades de se estruturar um projeto de país que poderia minimamente contemplar os anseios populares. As lutas populares foram exterminadas a ferro e fogo pelos que sempre mantiveram apartados o poder e a sociedade. O que predominou foi a política de conciliação entre os partidos e as oligarquias mas, sempre, sem o povo. Para o povo não havia conciliação, mas submissão. Esta estrutura histórico-social excludente predomina até os nossos dias.

No entanto, pela primeira vez, uma coligação de forças progressistas e populares, hegemônicas pelo PT, vindo de baixo, chegou ao poder central. A sustentação deste governo girou em torno de uma ampla base parlamentar de caráter fisiológico e, notadamente, conservador, e menos nas forças e nos movimentos populares organizados.

A estratégia do PT, sob a liderança de Lula foi o de abraçar o Parlamento na crença ilusória de que seria o caminho mais rápido para as reformas que pretendia. É inegável que houve melhorias sociais⁷⁶, mas ao assumir o Presidencialismo de coalizão, lideranças dos movimentos sociais e sindicais foram chamados a ocupar cargos no governo, fragilizando ainda mais a organização das forças populares. Não se via nelas o sustentáculo de seu poder, mas a coalizão pluriforme de partidos. Se o PT tivesse observado um pouco a história, teria sabido do risco desta política de coalizão que atualiza a política de conciliação do passado. A coalizão, via de regra, se faz à base de interesses, com negociações, troca de favores e concessão de cargos e de verbas. Por esse caminho o projeto do PT naufragou não conseguindo realizar nenhuma mudança estrutural de interesse da classe trabalhadora, a qual, na sua origem, dizia representar.

A "Carta aos Brasileiros", (já referida no primeiro capítulo) que na verdade era uma Carta aos Banqueiros, obrigou Lula e o PT a alinhar-se aos ditames da macroeconomia mundial. Ela deixava pouco espaço para as políticas sociais que foram aproveitadas tirando da

76 Segundo Márcio Pochamann (2014) 40 milhões de brasileiros tiveram melhorias nas condições sociais de vida. Da condição de miseráveis a consumidores de bens e serviços.

miséria 36 milhões de pessoas. Nessa economia, o mercado dita as normas e tudo tem seu preço.

No nosso entender o PT cometeu um equívoco fatal: aceitou, sem mais, a opção de Lula pela problemática conciliação de classe, deixou de se articular com as forças populares, de formar politicamente seus membros e de suscitar novas lideranças. O PT deve ao povo brasileiro uma autocrítica nunca feita integralmente. Para se transformar numa fênix que ressurgir das cinzas, deverá voltar às bases e junto com o povo reaprender a lição de uma nova democracia participativa, popular e justa que poderá resgatar a dívida histórica que os milhões de oprimidos ainda esperam desde a colônia e da escravidão. Deverá recompor a nosso ver uma estratégia de ampla mobilização popular, de formação política no conjunto da classe trabalhadora; de mobilização cultural; de conscientização para recuperar o estatuto da política pela ótica, interesses e participação da classe trabalhadora na construção do que já esteve no ideário do próprio PT: a construção do poder popular. Não se trata, em absoluto, de apostar na crença de que o Partido dos Trabalhadores se reconstituirá como o bastião de uma verdadeira democracia popular. No entanto, se não houver um amplo processo de mobilização e conscientização popular, inclusive com o que “sobrou” do PT, nada acumulará em uma nova vitória eleitoral de Lula, e a afirmação de Marx, poderá se atualizar de que a história se repete ou como farsa ou como tragédia. Terão, os setores mais combativos do PT essa disposição?

De outra parte, o reascenso das lutas de massas, única condição para alterar o quadro de crise econômica e por isso fundamentalmente política, já que a crise econômica está sendo debitada às custas de mais exploração sobre os direitos dos trabalhadores deverá ter como pauta mínima a luta por melhorias das condições de vida do povo, o que envolve emprego, renda, moradia, educação, terra, transporte público, saúde. As ações de massa que se coloquem contra todas as medidas de política econômica e “ajuste fiscal” que retirem direitos dos trabalhadores e que impeçam o desenvolvimento com distribuição de renda.

A defesa dos direitos sociais do povo brasileiro, a defesa da democracia conjugada com a luta por reformas mais profundas, como a reforma política, agrária, urbana, educacional, a reforma do poder judiciário, dos meios de comunicação de massa; a defesa da soberania nacional impedindo a entrega das terras, do petróleo e demais riquezas naturais às empresas multinacionais do agronegócio, são parte das bandeiras mobilizadoras do conjunto da classe trabalhadora do campo e da cidade. Insistimos, nenhuma destas bandeiras se tornarão referentes de luta se não estiverem acompanhadas de um amplo processo de conscientização e reeducação das massas. Tarefa que não pode ser postergada ou delegada

para esta ou aquela organização política, mas é um desafio do conjunto da classe trabalhadora. A formação política deve se constituir como parte dos princípios e método de organização social de todas as organizações que tem como horizonte a construção de uma sociedade socialista. “ ”

A aposta que o MST fez em seu processo de construção histórica foi de nunca descuidar da formação política, seja de sua base social, ou de seus quadros dirigentes. A formação política combinada sempre aos processos de lutas e enfrentamentos foi gestando o MST. Os aprendizados e acúmulos no campo da formação política, evidentemente que também as lacunas que houve deveriam, ao menos, render lições ao conjunto da esquerda brasileira. A primeira delas evidentemente é a de que nenhuma organização política tem vida longa se não prepara seus próprios quadros, se não investe na formação política de sua militância e de sua base social.

As lições e aprendizados desta experiência podem ser fundamentais para não se repetir os erros do passado. No presente, a tarefa da formação política se recoloca sempre com novo conteúdo e desafios: na formação de base, no diálogo com as experiências internacionais e demandas nacionais de todas as frentes e setores, mas, sobretudo, em torno do debate que começa a aparecer com mais força: a construção de um projeto popular para o país. Popular não só do que significa a luta pela reforma agrária, mas do conjunto das demais reformas estruturais para o conjunto da classe trabalhadora. Então, a tarefa da formação de base adquire o conteúdo de formação, de construção de hegemonia, de poder popular.

Creio que vale salientar o sentido do “popular”. Aqui colocado, conota classe trabalhadora e suas formas de participação efetiva nas decisões, diferentemente das formas experimentadas no último período que eram mediadas pelos partidos políticos e cuja estratégia não passava dos pleitos eleitorais. Não se trata de representação ou delegação de poder, mas a participação de cada um nas tomadas de decisões. O poder, ainda que se imponha essa condição, não pode estar nas esferas da institucionalidade burguesa e sua expressão política, o Estado. O poder é parte do construto, do caminho, da atuação de cada grupo, de cada coletivo. Disputá-lo, independentemente do Estado e do monopólio da violência que ele é exercido é fazer valer, a nosso ver, o poder popular. Inda mais num contexto de ofensiva neoliberal, de ataque aos direitos dos trabalhadores, somente a construção do poder popular pode barrar essa ofensiva. É oportuno aqui mencionar como já nos referimos no debate do desafios da formação na reforma agrária popular. A expressão “popular” ganha entre os vários sentidos, o de poder popular. Não há como pensar uma reforma agrária que atenda os interesses do povo se não for parte de um amplo processo de

construção e acúmulo de poder popular.

Todavia, é preciso considerar que possivelmente estamos encerrando, agora em 2017/18, um ciclo histórico da esquerda que se iniciou no início dos anos de 1980, de sua estratégia e de seus instrumentos. O período histórico que vivemos é de descenso geral do movimento de massas, e isso influenciou na luta de classes, no MST, na sua base. Alterou a correlação de forças e dificultou a obtenção de vitórias por parte dos distintos processos de luta. Mas, a própria efetivação da reforma agrária popular só ocorrerá se o conjunto da classe trabalhadora tomar para si a tarefa da construção do poder popular.

6.2 Os desafios

Do ponto de vista da formação política, e de seu processo de construção, o MST sempre se colocou desafios. Em sua fase inicial, organizando os primeiros passos, enfrentando o medo e as incertezas do desconhecido, mas respaldado na memória histórica de lutas camponesas que o antecederam. Era preciso organizar uma base que encarasse o medo das ocupações; que soubesse organizar uma reunião, elaborar uma proposta, organizar uma comissão para negociar com as autoridades políticas, o Estado. Para esse processo inicial foram fundamentais as lideranças, os formadores que vieram de outros processos de luta e organização popular como as CEBs através da Teologia da Libertação; os movimentos de educação popular; as lutas sindicais, intelectuais comprometidos, agentes de pastorais. Todo esse impulso inicial esteve muito vinculado ao contexto das lutas contra a ditadura militar que represara todas as demandas sociais e políticas desde o golpe de 1964.

A luta pelo direito a terra brota quase silenciosamente em muitos rincões do país, preparada por um amplo e profundo trabalho de formação de base, organizado, sobretudo, pelos setores progressistas das igrejas. Organizar era formar, formar era dar conteúdo e forma aos reclamos de um problema secular do país: a injusta e má distribuição da terra.

Portanto, o desafio inicial da formação era temperar uma organização política que retomasse a luta pela terra num outro patamar de enfrentamentos e com formas organizativas diferenciadas das que até então haviam existido e muitas delas derrotadas. As lições e aprendizados destas experiências foram fundamentais para não se repetir os erros do passado. Assim, a formação política combinada sempre aos processos de lutas e enfrentamentos foi gestando o MST. Esse próprio processo de fazimento do MST pelo seu impulso inicial, do trabalho e formação de base e de jovens lideranças trouxe esta organização política, até meados da década de 1990, quando as exigências da luta passam para outro patamar.

Inaugura-se uma segunda fase dos processos formativos. Mais amadurecido após os longos embates, sobretudo, no período do governo Collor de Melo em que a repressão não deu tréguas, o MST se coloca a tarefa de continuar apostando na formação política através de cursos mas também de consolidar uma nova estrutura organizativa. Tarefas que se recolocam como no passado, mas com novo conteúdo: na formação de base, no diálogo com as experiências internacionais e demandas nacionais de todas as frentes e setores e, em torno do debate que começa a aparecer com mais força, a construção de um projeto popular para o país. Popular não só do que significasse a luta pela reforma agrária, mas do conjunto das demais reformas estruturais para o conjunto da classe trabalhadora. Então a tarefa da formação de base adquire o conteúdo de formação para elevar o nível de consciência das pessoas generalizado na sociedade, de construção de hegemonia, de poder popular. Nesse contexto a formação vincula-se a essa estratégia, qual seja: preparar uma organização política que vá mais além de sua causa imediata que é a terra. Ganha mais evidência a luta por transformações sociais mais amplas que a própria reforma agrária está inserida.

De outra parte, nessa segunda fase, a burguesia, através de inúmeros instrumentos, seja pelos aparelhos privados de hegemonia, seja pelas esferas que compõem a superestrutura do Estado, como o Executivo, Legislativo e Judiciário, passam a adotar uma nova tática de derrotar a principal organização que faz a luta pela terra no Brasil. A derrota deveria ser física, econômica, moral. Passam a adotar parte das estratégias que guiaram a ação bélica dos EUA no período da guerra fria: guerra de baixa intensidade.

Era preciso preparar a organização para enfrentar os inimigos num novo patamar da luta de classes e em particular da luta pela reforma agrária. Já começa a se delinear nesse contexto, a implementação de um novo projeto de agricultura em que a reforma agrária não caberia nele.

Na atualidade e, considerando-se todo esse contexto da luta por um outro projeto de reforma agrária, que o MST está chamando de popular, isto é, porque o conjunto da classe trabalhadora deve se posicionar sobre como deve ser a produção de alimentos, o uso dos recursos naturais, da terra, das formas de produzir, é que surge com mais ênfase o desafio da formação política. Desafio de, pela formação qualificar os seus quadros, dirigentes e sua base social, com conhecimento, autoconhecimento, imaginação, vontade e ação para construir as condições objetivas para um outro modelo de agricultura.

Contudo, e mirando os desafios mais gerais da luta da classe trabalhadora, considerando o próximo ciclo que se anuncia, após a derrota do pacto de conciliação de classes, o legado acumulado pelo MST no âmbito da formação será de fundamental

importância, diante da necessidade de construirmos formas de resistência pela via do poder popular, contra o retrocesso neoliberal.

Gostaríamos, para finalizar, mais do que desafios, tratar de abordar algumas tendências que a nosso ver podem abrir novas perspectivas para a questão cultural, a questão da participação política e o processo de formação da consciência. Elementos decisivos para a estratégia de luta da classe trabalhadora. Diria até que são centrais se considerarmos a relevância dos meios de comunicação de massa. Roberto Schwarz, no ensaio "Política e Cultura" em que apresenta subsídios para uma plataforma do PT, ainda em 1982, reconhece que os meios de comunicação de massa significam a concentração da iniciativa cultural em mãos da classe dominante, que decide unilateralmente o que vai e o que não vai ser divulgado no país. O autor aborda a questão da sujeição cultural da população em seu conjunto, que é transformada em público espectador e consumidor, e se refere a incorporação praticamente total da população, a um padrão cultural mais o menos homogêneo. Para Schwarz é preciso fazer a luta por uma cultura democrática, que não dependa apenas da luta econômica ou da luta política, mas da capacidade de *invenção* de uma política democrática em relação aos meios de comunicação de massa. Constata ele que "é certo que estes são inimigos do trabalhador, na medida em que servem os interesses do capital e do governo".

De outra parte seria uma ingenuidade nossa supor que se possa fazer uma "reforma intelectual e moral" (Gramsci) de modo exclusivo ou autonomamente, através da difusão propiciada pelos meios de comunicação de massa. Sabemos que, enquanto aparelhos de hegemonia, esses meios de comunicação são terreno de uma "guerra de posições" entre blocos sociais conflitantes. Mas imaginar não é contravenção: como seria uma sociedade se todos os veículos de comunicação transmitissem, em sua programação, apenas os elementos de uma cultura emancipadora e humanizadora.

Ante o até aqui exposto, gostaríamos de situar algumas tendências. A primeira diz respeito a necessidade da formação política para a luta social. Se às principais formas organizativas da classe trabalhadora não se colocar como tarefa primordial a formação da consciência, dificilmente teremos mudanças que venham de encontro aos interesses da própria classe trabalhadora. Com baixo nível cultural, com analfabetismo político, não se faz mudanças. "É preciso criar um poderoso movimento socialista na sociedade", defenderia Florestan.

A segunda tendência é a aposta na necessidade das lutas de massas. São elas que contém os elementos embrionários do consciente. A própria subjetividade da classe só se dá na luta. É ali que se produz a cultura. É ali que se faz os grandes ensaios e balanços. É na luta

mesma que se testa a validade das teorias e as formas organizativas que respondam aos desafios da *classe para si*. Os quadros e dirigentes são testados nesses momentos; aliás, é dos intensos processos de luta que se forjam a tempera intelectual e moral de um quadro. A própria direção intelectual só faz sentido se tiver esse vínculo profundo com os processos de luta que superem todo obreirismo basista como todo vanguardismo aventureiro. Todavia, o que se defende com o reasenso das lutas de massas é a imperiosa necessidade de retomar o vínculo orgânico dos setores organizados com o conjunto da classe trabalhadora que, dispersa, não se reconhece mais nos velhos instrumentos.

Uma terceira tendência é buscar superar os bloqueios que estão impedindo o avanço cultural em nossas organizações. Que bloqueios são esses? As experiências de luta que se atém ao caráter puramente sindical, corporativista, localizado; as formas organizativas que já não respondem aos desafios atuais, sobretudo, no trabalho com a juventude e as mulheres; na forma de produzir e reproduzir nossa existência, na ausência da cooperação; ausência de um projeto e programa de referência que unifique a classe trabalhadora na construção de uma sociedade socialista; a ausência do trabalho e formação de base.

De todos os desafios que se apresentam na luta de classes, nossas práticas precisam ir antecipando os aspectos da sociedade que se quer construir: uma sociedade humanizada e por isso mesmo emancipada do capital. O capitalismo não tem mais nada a propor, a não ser mais guerras, destruição, desigualdades sociais e miséria. Contra todas as evidências nossa cultura deverá se constituir tendo como referência a luta pelo socialismo.

6.3 Uma nova estratégia e novos métodos?

Como vimos, o MST continua sua aposta na formação política como necessidade orgânica, na superação dos limites organizativos internos, sobretudo, na sua base social, na projeção de novos militantes e quadros, para avançar na luta pela reforma agrária popular e pelas transformações sociais mais profundas. Empresta-se para fortalecer outros espaços de formação com o conjunto da classe trabalhadora, não por vanguardismo, mas por acreditar que a formação política é uma das condições da emancipação da própria classe. Portanto, fica evidente pelo que construímos com essa pesquisa que a estratégia da formação política continua vigente no MST.

Como resultado de nossa pesquisa sobre a experiência da formação no MST, ficou claro que pelo menos até o ano de 2002, quando da realização do PNFM (em anexo) estava bastante claro o método formativo. O método formativo pela concepção da formação como conceito de política, de tornar possível o que parece ser impossível de realizar; a formação

como capacidade de organizar e mobilizar o povo; a formação como decisão política da organização de preparar, qualificar e multiplicar os seus militantes no sentido da própria autonomia histórica, de andar com os próprios pés; a formação como tarefa de elevar permanentemente o nível de consciência da base; a formação como processo de luta e mobilização e estes como os momentos mais ricos e intensos dos processos formativos, a luta dos trabalhadores como mais importante escola de formação; a formação como a busca do conhecimento que vem do estudo da teoria, que sistematiza explicações com a reflexão sobre a prática social; a formação como momentos mais intensos de estudos através de cursos em seus diferentes níveis; a formação como política de projeção de militantes pelas tarefas e responsabilidades políticas; a formação como prática de novos valores, de novas relações, de uma nova ética; a formação como capacidade de analisar, interpretar, buscar alternativas e propor soluções para os problemas do povo, entendendo que só o povo é protagonista de sua própria emancipação. Enfim, estes são alguns aspectos que a nosso ver traduziram o método formativo do MST.

Vimos que no seu desenvolvimento histórico, ora um, ora outro aspecto ganhavam relevância. O próprio PNR se inscrevia num contexto da necessidade de elevar o nível de consciência dos trabalhadores Sem Terra e para isso era preciso superar as fragilidades organizativas, principalmente na base, para facilitar a participação consciente da base na defesa intransigente dos objetivos políticos da organização. Mas era preciso superar o estilo, método de trabalho e direção tradicional, para um método que incorporasse mais militantes na divisão de tarefas, na participação consciente da base. O aspecto que se realça é o da necessidade de multiplicar o número de militantes a partir de uma estrutura organizativa que possibilitasse a participação de todos. A nosso ver ampliou-se ainda mais a sua necessidade ante os cenários e ofensivas do projeto neoliberal. Somente uma força popular mobilizada e com consciência de classe pode enfrentar o atual projeto de dominação do capital.

Mas diante da atual conjuntura, levando-se em conta os desafios do momento histórico que elevou o patamar da luta de classes num grau mais exigente, qual seria o método formativo? Qual deveria ser o foco da formação? É preciso repensar o método?

Simplificadamente poderíamos responder que é preciso inovar nos métodos formativos se queremos que respondam aos atuais desafios da conjuntura e a construção de um novo projeto político para o Brasil. Senão como envolver a grande massa dos trabalhadores que não se vê representada nos atuais instrumentos organizativos. O que é pior, a grande massa foi demovida do estatuto da participação política. Recuperar a esfera da participação política através da construção do poder popular também é tarefa da formação.

Por isso é preciso inovar nos métodos. Em que sentido? Nas diferentes linguagens da formação (teatro, música, literatura, poesias, artes plásticas, audiovisual, etc); nas formas de comunicação com a massa; no trabalho de base; na agitação e propaganda. Aliás essa experiência começa a ganhar novo impulso no MST e outras organizações populares. Porém, a agitação e propaganda não pode se reduzir aos momentos mais intensos da luta, mas deve ser parte de uma estratégia formativa permanente que projeta novos militantes e novos processos de luta. Quiçá, um grande mutirão nacional de formação política, de campanha de esclarecimento, de trabalho de base não lance os alicerces e bases para um novo projeto para o país, com efetiva participação popular. Experiência acumulada e capacidade organizativa, já são nossas aliadas nessa empreitada. As demais condições são parte de nossa capacidade imaginativa e inventiva.

Não se trata de aqui refletir sobre o papel, o lugar e a importância da formação política na estratégia do Movimento, creio que isso conseguimos demonstrar ao longo dessa pesquisa. Mas de ponto de vista do método da formação parece que há uma lacuna, ou uma necessidade que não foi suprida no MST: a dificuldade de formar o formador, o quadro dirigente que terá como tarefa específica a preparação de novos militantes, de novos dirigentes. A nosso ver, a organização como um todo supre em partes essa deficiência, pois todas as frentes de atuação do MST também atuam na perspectiva da formação, da projeção de seus militantes para as tarefas organizativas. Mas há uma necessidade de se ir qualificando e preparando novos militantes cuja tarefa central é a formação política. Tarefa que exige habilidades específicas, capacidade pedagógica, teórica, política, metodológica, filosófica. Enfim, se trata aqui de preparar o militante profissional na sua tarefa, cuja centralidade é formar novos militantes, formar o multiplicador que em algum momento, o método organizativo do MST dava conta, mas hoje se torna insuficiente. Esse nos parece ser um limite não só do MST, mas do conjunto da classe trabalhadora.

Quando afirmamos na introdução desta pesquisa de que o método formativo se vincula a estratégia o fizemos num sentido muito preciso. A formação política só faz sentido no MST se continuarmos a manter a perspectiva da construção do socialismo, da luta contra a ordem burguesa, de se colocar num processo de ruptura contra a dominação capitalista. Fora dessa perspectiva estratégica a formação política não faz sentido algum. A classe trabalhadora só tem necessidade da formação política se se colocar num processo de ruptura com o projeto de dominação do capital.

Por fim, ainda do ponto de vista dos métodos de formação, gostaria de abordar três processos formativos que a meu ver trazem novos elementos para fortalecer a estratégia da

formação no MST e se emprestam para ampliar o debate da formação política no conjunto da classe trabalhadora.

O primeiro deles refere-se a da constituição da Brigada Marighella de agitação e propaganda do MST como resultado de um trabalho em desenvolvimento. Nos últimos quinze anos foi sendo gestado um método próprio do MST de formação de agitadores, que articula o processo de formação, com simulações de trabalho de base e treinamento com linguagens artísticas para potencializar a comunicação com a população. A Brigada vem atuando, sobretudo, nos momentos mais intensos de mobilização e jornadas de lutas. Seu método formativo combina a ação direta na comunicação com as massas, valendo-se de diferentes linguagens para o processo formativo. Supera o método lógico-formal de muitos de nossos cursos de formação e se transforma num potencial tanto para a agitação das massas como para a formação de base e organização popular.

A meu ver outro processo formativo que inova nos métodos é a constituição de Brigadas de Organicidade compostas por militantes que atuam em diferentes aspectos interligados: formação política, organização da produção, organicidade, método de direção. Dessa experiência iniciada em muitos estados onde o MST está organizado também ganhou uma dimensão internacional de apoio e solidariedade com outras organizações populares. Esse método possibilita projetar muitos militantes, sobretudo, porque precisam contribuir para dar um salto organizativo na base social, mas pelo seu processo de estudo, planejamento das tarefas.

Um terceiro processo formativo está afeto a experiência com novas Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) presente em muitos cursos de Residência Agrária Especialização e Residência Jovem, em que a juventude está trabalhando com audiovisual, com a tecnologia das redes sociais, buscando ampliar a interlocução com o conjunto da população brasileira e combater a cultura mercantil disseminada pela mídia empresarial. A própria Escola Nacional Florestan Fernandes está organizando um curso com essa natureza, buscando fortalecer e ampliar a capacidade técnica e política dos seus militantes na apropriação das TICs.

Creio que são experiências que precisam ser fortalecidas em seus métodos formativos, não apenas por uma vontade coletiva, mas por uma condição que a própria realidade nos impõe. Não podem ser assimiladas como mais um método que vamos experimentando, mas parte de uma cultura formativa que precisa se aprimorar permanentemente extraindo lições e forjando uma nova consciência social, tão fundamental para reverter o estado de barbárie que querem nos impor.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP, 1999.
- BROSE, Markus (Org.). *Lideranças para a democracia participativa: experiências a partir da Teologia da Libertação*. Goiânia: Editora da UCG, 2008.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “O lugar do impresso revolucionário: dos porões aos arquivos policiais.” In: DUTRA, Eliana Freitas, MOLLIER, Jean-Yves (orgs.) *Política, Nação e Edição – o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas, séculos XVIII a XX*. São Paulo: Anna Blume, 2007.
- _____. *Livros Proibidos, Idéias Malditas*. O DEOPS e as minorias silenciadas. São Paulo: Ateliê Editorial/FAPESP, 2002
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. (Org.). *A Imprensa Confiscada pelo DEOPS, 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003
- CARVALHO, Horácio Martins. A hegemonia burguesa e a “consciência feliz” das massas populares. Publicado em <http://zurdo-zurdo.blogspot.com.br/2008/07>
- CORRÊA, João Guilherme de Souza. *Formação de trabalhadores e movimento sindical: Desenvolvimento e consolidação da política nacional de formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na última década (1998-2008)*. 2009. 131f. Dissertação – Programa de pós-graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92335>.
- COSTA, Ricardo. *A Produção Político-Cultural do PCB dos anos 30 aos 60*. Fundação de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Dinarco Reis. Transcrição e HTML: Fernando A. S. Araújo, 2013. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/ano/mes/cultural.htm>.
- DEAECTO, Marisa Midori; CARONE, Edgard (Org.). *Leituras marxistas e outros estudos*. São Paulo: Xamã, 2004.
- DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER Jean-Ives. (Org.) *Edição e Revolução. Leituras comunistas no Brasil e na França*. Cotia/Belo Horizonte: Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013.
- DIAS, Edmundo; BEZERRA, C. Simões. *Gramsci e a política hoje*. São Paulo: Cadernos de Estudos da ENFF, 2012.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____. *Marx, Engels, Lenin: a história em processo*. Expressão Popular: São Paulo, 2012.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). *As Esquerdas no Brasil (A Formação das Tradições)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007. 1 v.

_____. *As Esquerdas no Brasil. (Nacionalismo e Reformismo Radical)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007. 2 v.

_____. *As Esquerdas no Brasil. (Revolução e Democracia.)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 3 v.

GOMES, Oziel. *Lenin e a Revolução Russa*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GRAMSCI, Antônio. *A concepção dialética da história*. Trad de C. N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. *Cadernos do Cárcere – v.1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos do Cárcere. v.3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IASI, Mauro. *Metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KAREPOVS, Dainis. “A Gráfico-Editora Unitas e seu projeto editorial de difusão do marxismo no Brasil dos anos 1930”. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Ives. *Edição e Revolução. Leituras comunistas no Brasil e na França*. Cotia/Belo Horizonte: Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

1979.

LENIN, V. I. *Que fazer?* Apresentação de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

LOPES, Bárbara. *Semeadores da Utopia. A história do Cepis*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MAGALHÃES, M. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MANFREDI, Silvia Maria. *Formação Sindical no Brasil: história de uma prática cultural*. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

MARCUSE, H. *A arte na sociedade unidimensional"*. In: Lima, Luís Costa (Org.). *Teoria da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1970.

MARQUES, Antônio José; STAMPA, Inez Terezinha. *Arquivos do Mundo dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/ São Paulo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

_____. *O manifesto comunista*. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Livros Vermelhos. Literatura, trabalhadores e militância no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2010.

MAUÉS, Flamarion. “*Livros e Censura durante a ditadura.*” In: Livro. Revista do Núcleo de estudos do Livro e da Edição - NELE. n. 2, São Paulo: Ateliê Editorial, agosto de 2012, p. 383-386.

_____. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Sindicalismo Rural (verbete). Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MORAES, João Quartim. A mobilização democrática e o desenvolvimento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. *Tempo Social, Rev. Social USP*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 135 – 158, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “*O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930.*” In: DUTRA, Eliana Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.) *Política, Nação e Edição – o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas, séculos XVIII a XX*. São Paulo: Anna Blume, 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *A política fundiária do governo*. Caderno de Formação n. 01. São Paulo, 1984.

_____. *A constituição interessa aos trabalhadores rurais*. (Caderno de Formação n. 03). São

Paulo, 1985.

_____. *A política de formação de quadros. Cadernos de Estudos ENFF*, jan. 2007, n.1, 112p.

_____. *A vez dos valores* (Caderno de Formação n. 26.). São Paulo, 1998.

_____. *Caderno de formação política*. N. 12 (1987)

_____. *Campanha de Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes*.(Caderno de Formação n. 29. São Paulo, 1998.

_____. *Como se organiza* (Caderno de Formação n. 05). São Paulo, 1985.

_____. *Construindo o caminho*. Junho de 1986 – Rua Ministro Godoy, 1484 – Perdizes – São Paulo.

_____. *Documentos sobre a questão da terra*. (Caderno de Formação n. 02). São Paulo, 1984.

_____. *Elementos sobre a teoria da organização do campo*. (Caderno de Formação n. 11). São Paulo, 1986.

_____. *O legado de Che Guevara*. Cadernos de Estudos ENFF, out. 2007, n.3, 80p.

_____. *O MST: a luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil – documentos básicos*. São Paulo: MST, 2005. 73p.

_____. *O papel da Igreja no movimento popular*. (Caderno de Formação n. 08). São Paulo, 1985.

_____. *O Plano Nacional de Reforma Agrária e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. (Caderno de Formação n. 04). São Paulo, 1985.

_____. *Perspectivas Políticas no Brasil em 1989*. Caderno de Formação n. 16, 1989.

_____. *Programa Agrário do MST*. (VI Congresso Nacional do MST) 3ª Edição, São Paulo, fevereiro de 2014.

_____. *Sobre o Método Revolucionário de Direção*. Gráfica Perez Ltda, 1987.

_____. *Terra não se ganha, se conquista*. (Caderno de Formação n. 09). São Paulo 1986.

PELOSO, Ranulfo (Org.). *Trabalho de Base* (Seleção de roteiros organizados pelo Cepis). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PIZETTA, Adelar. *A Formação Política no MST: Desafios e Propostas*. Guararema: Mimeo, 2008

PLEKHANOV, Gueorgui. *O papel do indivíduo na história*. São Paulo: Expressão Popular,

2005

POCHAMANN, Márcio. *O mito da grande classe média*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

RIBEIRO, José Augusto. *A era Vargas – v. 1*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001.

RICCI, Rudá. *Escolas Sindicais da CUT: uma obra inacabada*. Revista Espaço Acadêmico, N. 88, setembro de 2008

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já - o grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

SAQUET, M. A. S.; SPÓSITO, E. S (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* / (organizadores). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Sequências Brasileiras - Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHLESENER, Anita Helena. *Antônio Gramsci e a política italiana: pensamento, polêmicas, interpretação*. Curitiba: UTP, 2005.

SECCO, Lincon. *A história do PT*. São Paulo: Atelie Editorial, 2011.

STÉDILE, João Pedro (Org.). *História e natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

_____. *A questão agrária no Brasil – v.. 2. O debate na esquerda brasileira 1960 – 1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. *A questão agrária no Brasil – v. 6. O debate na década de 1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TSE-TUNG, Mao. *Sobre a prática e a contradição*. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

TUMOLO, Paulo Sergio. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

ANEXO A - OBJETIVOS E ESTRUTURA DO PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE MILITANTES E DA BASE DO MST

Setor de Formação Nacional

Introdução

Objetiva-se com esse texto subsidiar as discussões acerca do Programa Nacional de Formação. Para tanto, reúne os principais encaminhamentos e reflexões que tomamos no processo de implantação do Programa Nacional de Formação de Militantes e da Base do MST até aqui desenvolvidos para que, em todos os estados, tenhamos unidade na terminologia a ser usada e no método a ser construído. Trata-se de um processo que na sua implantação requer criatividade, perseverança e empenho do conjunto da organização.

É evidente que cada Estado possui características próprias, enquanto organização social, cultura, bem como, deficiências e dificuldades organizativas. E essa natureza (característica) irá influenciar o ritmo e o jeito de implementar em cada realidade. Mas isso não significa que o Programa vai ter uma característica diferente em cada Estado.

Ao contrário, a principal missão desse Programa permanente é justamente conseguir construir uma *unidade* no processo de formação e multiplicação de nossa militância, na base e em nível nacional.

Por isso, esperamos que esses apontamentos possam ser debatidos e esclarecidos nas direções estaduais, nos coletivos de formação, nas coordenações estaduais do programa, com os monitores, para que possamos ter um processo de implementação o mais semelhante possível.

As veredas abrem-se ao caminhar. Mas não basta vontade e coragem para caminhar. Precisamos forjar a arte de abrir as veredas para poder avançar no caminho e disto é que se trata.

1. Contexto histórico da luta pela Reforma Agrária

Desde a realização de nosso Quarto Congresso Nacional, e os múltiplos debates que temos feito nas diversas instâncias, nos cursos etc temos refletido sobre a nova conjuntura da luta pela reforma agrária no Brasil.

O MST está envolvido num novo contexto sócio-histórico que altera completamente a natureza da luta pela reforma agrária. Até aqui estávamos acostumados a fazer a luta pela reforma agrária baseados apenas no enfrentamento do latifúndio e usávamos a ocupação como a forma de luta principal. Através dela conseguíamos enfrentar a correlação de forças na luta pela reforma agrária. Agora estamos diante de um novo contexto que, resumidamente apresenta os seguintes elementos:

O modelo econômico adotado pela classe dominante está impondo na agricultura um novo modelo agrícola, que exclui a agricultura familiar e inviabiliza a reforma agrária.

A agricultura brasileira está sendo desnacionalizada e entregue para grandes grupos oligopólicos internacionais.

O governo passa a tratar o MST e todos os movimentos sociais que resistirem a esse modelo como inimigos de classe e adota então uma estratégia dentro da concepção de guerra da baixa intensidade, tentando nos destruir politicamente.

Dentre as táticas do governo está o uso intensivo da mídia para nos desmoralizar, a repressão da polícia via organismos de inteligência, a asfixia de recursos econômicos para viabilizar os assentamentos, a tentativa de dividir os movimentos sociais e o movimento sindical com o Banco da terra, a disputa de nossa base social com os empreendedores sociais e outras influências conservadoras, via Prefeitos, Vereadores etc.

Para enfrentar essa nova correlação de forças no campo da reforma agrária não basta apenas continuar ocupando terras. Seguiremos realizando ocupações de terra, melhorando nosso método de luta pela reforma agrária. Mas, nossas necessidades e desafios se ampliaram, fundamentalmente pela natureza de agir dos inimigos. Se ampliaram pela necessidade de dar maior consistência política-organizativa e ideológica para nossa base no sentido de avançarmos e superarmos os desafios colocados pela nova conjuntura.

Ademais desses aspectos externos ao MST, precisamos enfrentar certos desvios e lacunas que foram sendo geradas em nossa trajetória interna de construção do MST. É até normal que isso tenha ocorrido devido ao nosso estilo mas, frente ao novo momento político, esse estilo já não é o mais adequado, remetendo portanto, a que retifiquemos certos erros e possamos dar um salto de qualidade.

Resumidamente, podemos elencar três grandes deficiências:

a) Um baixo nível de consciência dos trabalhadores Sem Terra, o que os torna vulneráveis frente à ação do inimigo;

b) Fragilidade em nossa organicidade interna, principalmente na base, o que dificulta a participação consciente de nossa base na defesa intransigente dos objetivos políticos da nossa organização;

c) Utilização de um estilo (método) de trabalho e direção tradicional, que dificulta a descentralização e divisão de tarefas e poderes. Não que isso não sirva, a questão é que precisamos avançar, qualificar, ampliar.

É nesse contexto histórico da luta pela reforma agrária e da implementação de mudanças qualitativas em nossa organização que se propõe o um Programa Nacional de Formação de Militantes e da Base do MST, explicitado na continuidade.

2. Objetivos do programa de formação

Em primeiro lugar devemos ter claro de que o Programa de Formação de Militantes e da nossa Base, se insere nesse novo contexto da luta pela reforma agrária no Brasil. Portanto, ele não pode ser apenas uma iniciativa do setor de formação, preocupado em desenvolver um novo método de trabalho. Ao contrário, esse Programa é uma iniciativa que todo MST deve se envolver, pois ele se insere nas nossas táticas de enfrentar a ofensiva do inimigo.

Em segundo lugar, o grande objetivo desse programa é conseguir fazer ao mesmo tempo e de forma articulada:

- Um processo de nucleação dos militantes que vivem nos assentamentos e acampamentos e que agora estão envolvidos num ativismo permanente, nos mais diferentes setores de atividades do MST (Frente de massa, SCA, educação, formação). Ou seja, toda a militância que vive na base, independente do setor de atividades que estão envolvidos, precisam ser nucleados nesse programa.
- Em todos os assentamentos e acampamentos precisamos organizar os núcleos de família, aonde todas as famílias devem participar, como forma de organização de base e como garantia de democracia de base do movimento.
- Desenvolver a formação político-ideológica unitária para todos os militantes ao mesmo tempo em todo país.
- Elevar o nível de consciência política de nossa base.
- Implementar de maneira organizada em todo país as iniciativas necessárias das campanhas de massa do MST.
- Garantir um processo de articulação nacional de toda nossa militância.

- Envolver e estimular o surgimento de novos militantes que hoje estão dispersos ou desmotivados nos assentamentos e acampamentos.
- Garantir que toda nossa base, em toda sua amplitude geográfica, se organize, e tenha militantes que os acompanhe. Por isso, em cada assentamento e acampamento precisamos ter um núcleo de militantes e ter núcleos de base, das famílias.

Assim, em primeiro lugar, as direções e instâncias precisam ter claro os objetivos deste programa, que representam o casamento de uma nova metodologia para dar organicidade aos militantes e a base do MST e, ao mesmo tempo, formação político-ideológica permanente.

Em segundo lugar, o sucesso do desenvolvimento de nosso programa de formação de militantes e de sua articulação será fundamental para podermos enfrentar os novos desafios que o atual contexto da luta pela reforma agrária nos impõe.

Não conseguiremos derrotar o governo e a política da classe dominante apenas fazendo ocupações de terra. Precisamos dar um salto de qualidade na nossa forma de funcionar nos assentamentos, antes que seja tarde.

Coordenação nacional do programa

A Coordenação será exercida pelos companheiros do Coletivo Nacional de Formação.

3.1. Funções

Articular reuniões periódicas com os coordenadores estaduais;

Preparar material didático a ser utilizado em todo programa;

Programar os cursos unitários de formação nos estados;

Indicar os livros e controlar o Estudo Dirigido a distância, desenvolvido pelos coordenadores(as) estaduais do Programa.

4. Coordenadores estaduais do programa

4.1. Características

Cada estado deverá ter no mínimo dois coordenadores estaduais do Programa, que se chamarão dessa forma.

Esses coordenadores devem estar desde logo liberados pelo MST e se dedicando prioritariamente no programa de formação e multiplicação de militantes.

Devem ter a característica de formadores-dirigentes. E também ter capacidade de articular as regiões e implementar o programa no estado.

A direção do MST no estado deve indicar os companheiros mais preparados para essa função.

4.2. Funções

Participar na direção estadual e articular a nomeação dos monitores de formação em cada região ou assentamento;

Garantir a implementação do programa no estado;

Garantir a programação dos cursos de formação com os monitores estaduais;

Elaborar materiais específicos para os monitores nos estado ex.: Caderno dos Núcleos;

Manter contato permanente com os monitores, enviando material, discutindo e apoiando nas dificuldades;

Garantir que a distribuição dos monitores atinja todo o Estado e a toda base organizada do MST;

Organizar o cadastro de endereços dos monitores para, no futuro termos um cadastro nacional de todos os monitores e assim podermos distribuir diretamente as quotas de jornais e demais materiais didáticos a serem utilizados;

Implementar o Estudo Dirigido com os monitores.

5. Monitores do programa

5.1. Características

Cada Estado deve escolher monitores nas regiões e micro-regiões. Esses monitores podem ser militantes atuando em outros setores do MST. Precisam ter discernimento e espírito pedagógico. Todos os militantes mais preparados devem se envolver.

O MST no Estado deve escolher os monitores mais capacitados, que já vivem nos assentamentos (ou próximos a eles), em/ou acampamentos.

Cada Estado deve ter um número mínimo de monitores que através de sua atuação se possa atingir toda a base organizada. A distribuição geográfica é muito importante.

O MST fará um esforço (através da campanha de coleta de recursos) para em médio prazo, poder liberar cada um desses monitores.

Da mesma forma, o MST estadual poderá tentar convênios ou outras formas de liberar esses companheiros, que possam dispor de todo o tempo para acompanhar e desenvolver o trabalho de formação de base.

5.2. Número aproximado

Estamos trabalhando com a meta de em cada Estado ter, no mínimo, 20 monitores atuando. Nos estados com base social maior, certamente esse número deve ser bem maior. Não se limitar aos 20.

Por outro lado, alguns estados estão desenvolvendo a experiência de que o Monitor atua em duplas formadas por um companheiro e uma companheira. Essa experiência visa dar mais amplitude, envolver também as mulheres. Assim, mesmo que tenhamos 20 núcleos organizados/acompanhados por monitores, quando atuam em dupla, teríamos então 40 companheiros envolvidos na monitoria.

Os coordenadores estaduais do programa devem promover reuniões estaduais de formação com todos os monitores (20 a 50) em cada estado. A junção de todos os monitores não se constituem, no entanto, no coletivo estadual de formação. Cada Estado deve ter seu coletivo de formação, mais reduzido, que se encarregará do planejamento e execução do programa de formação em geral, do movimento no Estado e da articulação com as atividades programadas pelo setor nacional de formação.

5.3. Funções dos monitores

1. O monitor pode estar atuando também em outros setores de atividades do MST, como educação, comunicação, SCA etc., mas o principal é que assuma também a responsabilidade de acompanhar os núcleos de militantes.

2. O ideal é que o monitor assuma como prioridade essa função de organizar os núcleos e os cursos para os militantes de sua região.

3. Todo monitor deve residir no assentamento/ acampamento ou próximo a ele, para que possa acompanhar os militantes, conhecer com profundidade seus problemas, a realidade local, sem precisar ter despesas para realizar reuniões periódicas com os militantes.

4. Cada monitor ou dupla deve organizar pelo menos um núcleo de militantes (formados por 20 até 50 militantes) por local. Assim todos os militantes devem morar num mesmo assentamento, ou acampamento ou num município onde estamos atuando.

5. Quando o núcleo é pequeno, de apenas 20 companheiros, um monitor/dupla poderia acompanhar mais de um núcleo.

6. Se reunir periodicamente com o núcleo, dar acompanhamento, assistência.

7. Em cada reunião analisar o *Jornal Sem Terra* e outros materiais didáticos.

8. Procurar envolver o núcleo de militantes nas mais diversas atividades do MST, seja frente de massa, atividades formação etc.

9. Se preocupar em acompanhar e dar formação política permanente a esses militantes aglutinados no núcleo.

10. Percorrer as casas, no assentamento, para conhecer com profundidade a realidade, se envolver em atividades práticas do assentamento/acampamento, etc.

6. Núcleo de militantes

Em cada assentamento ou acampamento devemos organizar núcleos com os militantes que moram e atuam na localidade.

Devemos dar prioridade para nuclear e organizar os jovens e os companheiros que já participaram de algum curso de formação estadual ou nacional, como por exemplo, coordenadores dos núcleos de base, responsáveis pelos setores no assentamento etc.

O núcleo deve ter uma vida regular, com reuniões periódicas e sistemáticas, criando um hábito do tipo: toda primeira e terceira segundas-feiras do mês.

O núcleo deve estudar o *Jornal Sem Terra* e distribuí-lo para as famílias locais; assim também o *Caderno dos Núcleos* e outros subsídios elaborados para a formação.

O núcleo além de realizar as reuniões de estudo e aprofundamento, deve se preocupar em atuar em todos os problemas do assentamento/acampamento.

O núcleo tem como responsabilidade desenvolver as atividades relacionadas no documento da revolução cultural, envolvendo todas as famílias que estão na localidade.

O núcleo deve programar e contribuir com todas as atividades do MST estadual, seja da frente de massa, no SCA, nos cursos de formação, bem como as atividades relacionadas com as campanhas nacionais que o MST leva a cabo, como por exemplo: assinatura de materiais, doação de sangue, venda de materiais, abaixo-assinado, atos e vigílias de solidariedade.

Os militantes do núcleo devem organizar cursos de formação e selecionar entre seus membros companheiros para os cursos de formação estadual e nacional.

Cada militante que atua no núcleo deve ajudar a organizar a nossa base em grupos de família.

7. Núcleos de famílias na base

Os militantes devem ajudar, articular e acompanhar a organização dos núcleos de família em toda nossa base: assentamentos, acampamentos e municípios.

Os núcleos de família que reúnem vizinhos de um mesmo acampamento ou assentamento devem ser a forma de organização de toda nossa base social. Apenas não participam dos grupos as pessoas que não quiserem. E mesmo assim devemos conversar e convencê-las a participar.

O núcleo de família é a organização de base, onde todos deveriam estar organizados e através dele debater todos os problemas da comunidade, assentamento, cooperativa etc.

8. Orientações metodológicas

1. Em cada Estado devemos encontrar uma metodologia para descobrir os militantes, sensibilizar a base, motivar nos assentamentos, para que se possa implementar os Núcleos de Militantes e os Grupos de Famílias na Base. Em alguns estados se tem feito “Brigadas de Motivação” reunindo vários monitores que dinamizaram o trabalho no assentamento. É preciso criatividade e persistência.

2. Os coordenadores estaduais devem ser quadros (mesmo que tenham que mudar de função) que possam coordenar e conduzir o processo.

3. O maior desafio é garantir a liberação dos monitores, para que o monitor tenha condição de sobrevivência, possa andar pelo assentamento e acompanhar os núcleos de militantes. Assim, cada estado deve também se mobilizar para que se viabilize os recursos do programa.

4. As direções estaduais, os dirigentes regionais, devem compreender a importância desse processo de implementação para enfrentarmos esse momento histórico e avançarmos.

5. Nos assentamentos aonde não há núcleos de famílias, a primeira tarefa será organizar esses núcleos, como forma prioritária de organização da nossa base, mesmo porque, é aqui que se dará a atuação dos Militantes.

Ressaltamos uma vez mais: esse programa não é apenas mais uma campanha é um processo que junta a organicidade do movimento com a formação permanente e a necessária ampliação do número de militantes do MST.

Todo movimento deve se envolver para garantir a implementação desse programa, que com certeza, nos dará bons resultados.

São Paulo, maio de 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *O MST e a nova organicidade*. Caderno de estudos do MST. São Paulo, 2002.